

Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores Diário da Sessão

XI Legislatura Número: 31

II Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 6 de setembro de 2017

Presidente: Deputada Ana Luís

Secretários: Deputada Bárbara Chaves (substituída na Mesa, no decorrer da

Sessão, pela Deputada Graça Silva) e Deputado Jorge Jorge

Sumário:

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 10 minutos.

Após a chamada às Sras. e Srs. Deputados, a Sra. Presidente da Assembleia deu início à reunião com a discussão dos seguintes pontos:

- Debate de urgência sobre Pescas, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE. Após o início do debate pela Deputada Zuraida Soares, proferiram intervenções o Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (*Gui Menezes*), a Deputada Catarina Cabeceiras (*CDS/PP*), os Deputados Luís Garcia (*PSD*), João Corvelo (*PCP*), José Ávila (*PS*), Mário Tomé (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*) e ainda o Deputado Artur Lima (*CDS/PP*).
- Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 9/XI "Estabelece o Regime Jurídico do Programa Regional de apoio à Comunicação Social Privada PROMÉDIA 2020".

A continuação do debate iniciou-se com uma intervenção do Deputado João Corvelo (PCP), tendo, seguidamente, usado da palavra os Deputados Artur

XI Legislatura Número: 31

II Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 6 de setembro de 2017

Lima (CDS/PP), João Bruto da Costa (PSD), Francisco Coelho (PS) e André

Bradford (PS).

Submetida à votação, a proposta de DLR foi aprovada por maioria.

Finalizando a discussão deste ponto, apresentaram declarações de voto os

Deputados Paulo Estêvão (PPM), Paulo Parece (PSD), Artur Lima (CDS/PP) e

Francisco Coelho (PS).

- Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 11/XI – "Promove a igualdade de

género na atribuição de prémios em competições desportivas", apresentado pelo

Grupo Parlamentar do BE.

A leitura do diploma esteve a cargo do Deputado Paulo Mendes, intervindo,

posteriormente, na discussão os Deputados Paulo Corvelo (PCP), Dionísio

Maia (PS), Paulo Estêvão (PPM), as Deputadas Graça Silveira (CDS/PP) e

Mónica Seidi (PSD), e ainda o Deputado João Paulo Ávila (PS).

Os trabalhos encerraram às 19 horas e 31 minutos.

Presidente: Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais.

Vamos começar os nossos trabalhos.

Peço ao Sr. Secretário o favor de fazer a chamada.

Eram 10 horas e 10 minutos.

Secretário: Bom dia a todos.

Procedeu-se à chamada, à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

2

II Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 6 de setembro de 2017

André Jorge Dionísio Bradford

António Gonçalves Toste Parreira

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Carlos Emanuel Rego Silva

Dionísio Medeiros Faria e Maia

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Iasalde Fraga **Nunes**

João Vasco Pereira da Costa

José Manuel Gregório de Ávila

José António Vieira da Silva Contente

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

Manuel Alberto da Silva Pereira

Manuel José da Silva Ramos

Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha Ferreira

Maria da Graça Oliveira Silva

Maria Isabel da Silveira Costa Rosa Quinto

Mário José Diniz Tomé

Miguel António Moniz Costa

Mónica Gomes Oliveira Rocha

Renata Correia Botelho

Ricardo Bettencourt Ramalho

Sónia Cristina Franco Nicolau

Susana Goulart Costa

Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares Marinho

António Manuel Silva Almeida

António Oldemiro das Neves Pedroso

António Vasco Vieira Neto de Viveiros

Bruno Filipe de Freitas Belo

Carlos Manuel da Silveira Ferreira

Catarina Goulart Chamacame Furtado

César Leandro Costa Toste

Duarte Nuno d'Ávila Martins de Freitas

Jaime Luís Melo Vieira

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

Jorge Alexandre Alves Moniz Jorge

Luís Carlos Correia Garcia

Luís Maurício Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz Rendeiro

Marco José Freitas da Costa

Maria João Soares Carreiro

Mónica Reis Simões Seidi

Paulo Henrique Parece Batista

Partido Popular (CDS/PP)

Artur Manuel Leal de Lima

Catarina de Oliveira Cabeceiras

Rui Miguel Oliveira Martins

Bloco de Esquerda (BE)

Paulo José Maio Sousa Mendes

Zuraida Maria de Almeida Soares

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

João Paulo Valadão Corvelo

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 53 Sras. e Srs. Deputados. Temos quórum. Declaro aberta a

sessão. Pode entrar o público.

Iniciamos os nossos trabalhos, hoje, com o ponto 2 da nossa Agenda: Debate de

urgência sobre Pescas, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Os tempos foram definidos pela Conferência de Líderes e são também os

habituais para este tipo de figura regimental.

Para apresentar a iniciativa, tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

Deputada Zuraida Soares (BE): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs.

Deputados, Srs. Membros do Governo:

No sector das pescas da nossa Região, temos vindo a assistir - de forma

continuada -, a uma evolução negativa, quer na quantidade de pescado, quer no

seu valor.

Neste quadro, têm sido os pescadores as grandes vítimas - e, reparem bem, digo

pescadores e não armadores, porque a confusão entre estes conceitos tem

sido extremamente prejudicial aos primeiros. Mas têm sido, de facto, os

pescadores as grandes vítimas desta situação.

Estamos cientes de que esta contracção do sector afecta todos os intervenientes

da fileira da pesca mas, indiscutivelmente, são os pescadores os mais

penalizados.

5

II Sessão Legislativa

A situação chegou a um ponto que não pode ser mais mascarada, através de medidas pontuais, malabarismos políticos ou constantes promessas de estudos, de levantamentos, de planos e até de resgates que, até hoje, nunca chegaram a ver a luz do dia.

Também por isso, não podemos continuar a assistir ao espetáculo pouco edificante de solenes declarações de que os stocks estão em perigo, hoje, para pouco depois negar a realidade de ontem.

Estas práticas ziguezagueantes, com base no critério do "safámo-nos, porque conseguimos empurrar os problemas com a barriga", não servem a Região, não servem os diferentes protagonistas do sector e, menos ainda, os pescadores, os quais constituem a base da pirâmide.

Aliás, esta política do "safemo-nos" (ou "safámo-nos") não é nova. Todos/as nos lembramos dos protestos de todos os agentes políticos - e não só! -, quando a gestão da nossa Zona Económica Exclusiva, para lá das 100 milhas, passou para a Comissão Europeia. Porém, quando surgiu, em 2007, uma oportunidade para reverter esta situação (através da proposta de uma derrogação, no Tratado de Lisboa), PS, PSD e CDS uniram-se, nesta Casa, para derrotar uma proposta do Bloco de Esquerda, exactamente nesse sentido.

Isto é, a bem da festa de Lisboa, lá se foram "Os Açores primeiro"!

Na governação deste sector, o "safemo-nos" (ou "safámo-nos") já vem de longe, mas, hoje, somos confrontados com resultados e números que não permitem a continuação deste tipo de políticas.

Em 2010, o valor do pescado, nos Açores, foi de 39 milhões e quinhentos mil euros; em 2016, foi de 25 milhões e 800 mil euros.

Em 2010, a quantidade de pescado foi de 19 mil toneladas; em 2016, foi de 6 mil e 200 toneladas.

Estes números, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, não enganam.

XI Legislatura

Bem pode o Senhor Secretário Regional do Mar e o Governo ensaiarem novas formas de discurso, sobre a valorização do pescado, fazendo bandeira do aumento do respectivo preco por quilo. A verdade é que todos/as sabemos que o preço de qualquer produto aumenta, quando escasseia.

E se não soubéssemos, bastar-nos-ia reler o Relatório de Interesse Regional sobre a Situação da Pesca, apresentado pelo Partido Socialista a este Parlamento, em inícios de 2012, para ficarmos a saber.

Em 7 anos, a quebra em valor do pescado foi de mais de 13 milhões de euros! Sendo esta quebra continuada, desde 2010, certamente não será (não poderá ser!) por no ano de 2017 se esperar que esta curva descendente se atenue (ou melhore mesmo qualquer coisa) que possamos começar a reclamar uma nítida retoma.

Em nossa opinião, este erro, esta precipitação, este "safámo-nos" (mais uma vez!) será fatal para o futuro deste sector.

Porque é da sustentabilidade dos nossos recursos piscícolas que falamos!

O Partido Socialista, no seu já referido Relatório de 2012, apontava (entre outros) dois aspectos concorrentes para uma séria ameaça à necessária sustentabilidade: por um lado, o sobre dimensionamento do sector e, por outro, o consequente excessivo esforço de pesca.

Cinco anos passados (e com base neste diagnóstico, o qual subscrevemos), não se percebe que o número de pescadores fosse, em 2012, de 2658 e que, em 2017, seja de 3151 pescadores.

Só há uma conclusão possível: o Partido Socialista diagnostica um problema... mas trata outro!

E, quando a situação piora mais intensamente, assistimos a declarações do Senhor Presidente do Governo Regional, comprometendo-se com um resgate, que nunca aconteceu, sem que alguém perceba porque sim, ou porque não.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade! Muito bem lembrado!

A Oradora: O certo é que o problema dos stocks, nesta área, é um ponto central.

Evidentemente que o saber de experiência feito - dos nossos armadores e dos nossos pescadores -, relativamente ao estado dos referidos stocks, tem que ser levado em consideração.

Mas, nestas matérias (como em muitas outras), o saber técnico-científico tem de ser o principal esteio das decisões políticas e, por maioria de razão, quando estão em causa avaliações duvidosas da Comissão Europeia.

O caso do goraz é, a nosso ver, bem exemplificativo da má gestão por parte do Governo Regional.

A quota do goraz foi diminuída pela União Europeia, enquanto todo o sector assumia que esta espécie não tinha problemas de stocks, nos Açores.

Não conseguimos perceber - sendo o goraz tão importante, na nossa pesca - que a contestação a esta imposição europeia não tivesse tido, por base, provas científicas do estado da arte.

É conhecida a oposição do Governo Regional aos defesos biológicos (por razões que, eventualmente, a própria razão desconhece), mas mais uma vez reiteramos a nossa estranheza, pelo facto do Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores não ter dado um parecer fundamentado, aquando da recente análise, nesta Assembleia, de uma Petição que defendia o mencionado defeso.

Insisto: se quem sabe não fala...a ignorância há de sempre servir a alguém!

A falta de uma base técnico-científica, nesta matéria, transpõe para a decisão política uma total arbitrariedade, bem como coloca este sector ao sabor dos interesses políticos, em cada momento, de quem está no governo.

Sendo assim, a recente decisão de aumentar, substancialmente, o esforço de pesca do chicharro, por exemplo, depende mais do período eleitoral que se aproxima, ou de uma decisão tecnicamente sustentada?

Pergunto, porque convenhamos que, perante a trajectória assumida pelo Governo Regional, qualquer das versões é plausível.

E se assumirmos como boa a análise do já mencionado Relatório do Partido Socialista de que os meios técnicos e científicos disponíveis, na Região, para estudar tanto mar são escassos, então podemos concluir que não existe, nos Açores, um estudo sério do estado dos stocks e que a sustentabilidade é tratada conforme os objectivos políticos do momento.

Em resultado de toda esta política, os pescadores têm, crescentemente, sofrido agruras, meses a fio com ordenados na casa dos 100 euros, às vezes pouco mais, mas sempre longe, muito longe sequer do salário mínimo regional.

Diz o Governo Regional, na pessoa do Senhor Secretário do Mar, que isto não corresponde à verdade, até porque está na posse de um "petit" estudo, o qual prova que nenhum pescador dos Açores recebeu menos do que o salário mínimo regional. Porém, dezenas de pescadores disponibilizaram a sua folha de vencimentos, a este Parlamento, e essas folhas provam, exactamente, o contrário!

Afinal, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, em que ficamos? O Governo Regional também anda, há vários anos, a prometer o cumprimento da lei, ou seja, a existência de contratos de trabalho na pesca. Contudo, até hoje, nada de concreto aconteceu.

Deputado André Bradford (PS): Faltam aí dados dos pescadores que não sejam do sindicato!

A Oradora: Esta prática ilegal e injusta de sonegar aos pescadores o direito e a dignidade de terem um contrato de trabalho, como qualquer outro profissional, vai-se mantendo, porque também a gestão da pobreza pode dar ganhos políticos.

Quando se levanta este problema, o Governo e os armadores (independentemente da sua dimensão) estão, finalmente, de acordo. Não só o

pseudoestudo do Governo Regional diz que toda a gente recebe (pelo menos!) o salário mínimo regional, como o Presidente da Federação dos armadores - apesar de não ir tão longe, quanto o Senhor Secretário - lança sobre os pescadores o ónus da fuga ao fisco. Aqui está uma Santa Aliança!

A acção do Governo Regional, na batalha pelo cumprimento da lei (no que respeita aos contratos de trabalho), torna-se uma caricatura, quando, no auge desse esforço hercúleo, ouvimos o Senhor Secretário Regional do Mar, em Rabo de Peixe, há cerca de um mês, fazer um apelo dramático para uma melhor distribuição dos quinhões.

Quanto ao processo de concretização e de implementação dos referidos contratos de trabalho, até hoje... nada!

Mas ainda sobre a divisão da riqueza, no sector, várias questões se colocam.

Afirma o Senhor Secretário Regional que 30% do pescado foge ao fisco. Ora, fazendo fé nesta afirmação, estamos a falar num valor de pescado de 9 milhões de euros que fogem à lei - e isto no que diz respeito só ao ano de 2016!

Então, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo, não admira que o quinhão permaneça e que os baixíssimos salários se perpetuem, porque o sector da pesca não é rentável. Não admira que a pobreza seja o destino marcado para a esmagadora maioria dos nossos pescadores, não só quando trabalham, mas também quando vão para a reforma. Até porque, com as actuais disposições da Segurança Social, toda a carreira contributiva de uma vida assenta em ordenados de miséria.

Convenhamos: o combate à fuga ao fisco é meio caminho andado para o combate à pobreza, também neste sector. Também por isso, em vez da mera e consternada constatação desta situação, o que se exige do Senhor Secretário Regional do Mar e do Governo Regional é a concepção e a aplicação de medidas concretas para este combate.

II Sessão Legislativa

XI Legislatura Número: 31

Horta, quarta-feira, 6 de setembro de 2017

Não raras vezes ouvimos dizer - na voz do povo - que a lota "é uma máfia" e

que "eles estão todos combinados para baixar os preços".

Em termos mais eruditos, a isto chama-se 'cartelização', crime que bem

sabemos existir,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Olhe que não pode dizer crime!

A Oradora: ... quer no país, quer na Europa. Mas o que interessa saber, mais

uma vez, é que medidas pensa o Senhor Secretário Regional do Mar propor

para identificar e solucionar este problema.

Todo este conjunto de questões não esgotam a complexidade do mundo da

pesca, mas, em nossa opinião, são centrais, seja para colocar este sector no

século em que vivemos (XXI), seja para garantir a justiça social que todas as

sociedades democráticas almejam.

A inacção do Governo Regional, em questões de fundo como as que aqui

levantámos, aduba, neste sector, aquilo que tem sido apanágio da

governação do Partido Socialista, ou seja, o incremento das desigualdades

sociais.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs.

Membros do Governo:

Na pesca - como em muitos outros sectores - há uma maioria que, ou não tem

pão na mesa, ou sobrevive à míngua, enquanto também há uma minoria anafada

a que nada falta!

Disse.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional.

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (Gui Menezes): Sra.

Presidente da Assembleia Legislativa, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do

Governo, Sr. Membro do Governo:

11

A pesca, como todos sabemos, é um setor estratégico para a nossa economia, representando mais de 130 milhões de euros de volume de negócios. Sendo que, para além desta dimensão económica, tem uma enorme importância social.

Este setor – também sabemos – tem enfrentado algumas dificuldades, sobretudo, devido ao esforço de pesca registado nalgumas ilhas, e à escassez de peixe, nomeadamente de espécies migradoras, como aconteceu o ano passado com o atum, que não apareceu nas nossas águas. Mas, felizmente, este ano estamos a ter uma boa safra: até ao final de agosto o atum descarregado pela nossa frota atuneira rendeu só na Madeira cerca de 7 milhões de euros. Esta é uma boa notícia para o setor, considerando que, em 2016, o rendimento total das descargas de atum na Madeira ficou-se nos 4 milhões e 100 mil euros.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Muito bem!

O Orador: Se a este valor somarmos as descargas de tunídeos efetuadas na Região, já vamos com 10,4M€, muito acima dos rendimentos atingidos nos últimos dois anos.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Os tunídeos são pescados onde? Resta saber onde são pescados!

O Orador: Ora, o Governo não é responsável pela abundância – ou pela ausência – de atum nos nossos mares, mas se sobre este assunto nada podemos fazer, não baixamos os braços e continuamos a trabalhar em todas as outras frentes dentro do limite das nossas possibilidades.

Secretário Regional Adjunto da Presidência **Assuntos** para os Parlamentares (Berto Messias) e Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Muito bem!

O Orador: Defendemos que as políticas para este setor têm de prosseguir três objetivos fundamentais: a sustentabilidade dos recursos, a sustentabilidade económica e a sustentabilidade social. E para isso temos desenvolvido políticas precaucionarias, dinâmicas e adaptativas.

Em 2015, como devem estar recordados, o Governo elaborou o documento 'Melhor Pesca, Mais Rendimento', contendo medidas estratégicas para este setor, para o período 2015/ 2020. Este documento identificava 5 principais fatores que contribuíam para a quebra de rendimentos dos profissionais do setor, e apresentava 22 medidas para a sua resolução. Medidas essas que, na sua maioria, já foram implementadas - ou estão em implementação - e já deram os seus frutos.

O ano passado, em 2016, foi criado um grupo de trabalho designado pelo Presidente do Governo, para propor uma reestruturação de longo prazo do setor, e do qual fiz parte enquanto investigador. Entre outras medidas sugeridas neste documento – face à perceção da necessidade de se proceder, em algumas ilhas, a uma redução do esforço de pesca dirigido a certas espécies, e face à redução das possibilidades de pesca - era sugerido a necessidade de proceder a uma avaliação e caracterização mais detalhada sobre o rendimento da frota antes da adoção de medidas complementares às que estavam em curso. Nesse sentido, a Secretaria Regional do Mar elaborou um diagnóstico mais detalhado sobre o setor, que ficou concluído no início do passado mês de julho. Um documento interno de trabalho que serve de apoio à decisão política e que permite elaborar mais um conjunto de medidas que se encontram em análise – e outras que já estão a ser implementadas. A título de exemplo: temos um plano de ação mais ambicioso, e já elaborado, de Controlo da Pesca dos Açores, bem como outras estratégias, algumas das quais a serem desenvolvidas com outros departamentos do Governo, que visam, por exemplo, a mobilidade de profissionais entre ilhas, o reforço das ações para implementação dos contratos de trabalho e a formação dos ativos. Está também a ser avaliada a possibilidade de reajustamento de embarcações de pesca em certas ilhas. Todas estas medidas serão, a seu tempo, discutidas com os parceiros do sector.

XI Legislatura

No entanto, e na esteira do documento estratégico 'Melhor Pesca, Mais Rendimento', temos já em curso muitas outras medidas e ações, que passo a elencar:

- Estamos a reforçar as ações de promoção e de criação de contratos de trabalho na Pesca. E relativamente a este assunto, sobre o qual temos vindo a ser acusados, injustamente (como acabou a Sra. Deputada de o fazer), de nada fazer, gostaria de recordar que, desde dezembro de 2015 e até hoje, a Secretaria Regional do Mar tem organizado ações de sensibilização junto dos armadores de todas as ilhas para a implementação de contratos de trabalho no setor, juntamente com a Federação das Pescas. E devo dizer que, felizmente, para além da frota atuneira, já existem outras embarcações com contratos de trabalho. Acreditamos, portanto, que estamos no bom caminho.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Gostaria ainda de referir que, no âmbito das nossas competências, através da portaria 32/2009, prevemos, em breve, comparticipar o pagamento de serviços de consultadoria jurídica à Federação das Pescas para, precisamente, apoiar na celebração dos contratos de trabalho.

Aproveito ainda para adiantar, sobre esta matéria, que a Federação das Pescas, com o apoio do Governo, já preparou uma proposta de Convenção Coletiva de Trabalho que está a ser discutida com as associações e com os sindicatos, e que prevemos que entre em vigor no próximo ano.

Portanto, eu julgo que estas medidas demonstram bem a preocupação que o Governo tem sobre este assunto.

Para o Governo Regional, a dignificação da profissão de pescador passa pela retribuição justa dentro daquilo que é o enquadramento legal geral das relações laborais neste país e nesta Região. A implementação de Contratos de Trabalho, a par de outros mecanismos de apoio, será a solução para resolver situações menos claras e injustas no que respeita à distribuição de rendimentos no setor.

Dentro das possibilidades deste Governo, não admitiremos – e tudo faremos para combater – a perpetuação de algumas injustiças na pesca, contando, para isso, com os parceiros do setor.

Deputado André Bradford (PS) e Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito bem!

O Orador: - Continuamos a apostar na produção de conhecimento científico sobre os nossos recursos marinhos. E, neste âmbito, existem vários programas de monitorização em curso, como é o caso do cruzeiro anual de monitorização das espécies demersais, o Programa de Observação para as Pescas dos Açores (POPA), o Programa de Recolha de Dados da Pesca ou o programa de monitorização do Banco Condor, que se constituem como importantes ferramentas para o estudo e a gestão dos nossos recursos pesqueiros. Desde 2012, o Governo dos Açores investiu mais de 3 milhões e 750 mil euros na investigação dedicada a este setor. Estamos, igualmente, a trabalhar juntamente com os investigadores desta área na definição de um novo programa de monitorização de habitats e recursos costeiros.

- Aumentámos o tamanho mínimo de captura de espécies como o pargo, boca negra, alfonsim e imperador, e, como forma de valorizar o peixe açoriano, avançámos com a marcação do pescado em todas as ilhas para espécies de alto valor comercial, permitindo potenciar a sua diferenciação, rastreabilidade e, consequentemente, o seu valor.
- Em breve, iremos ainda publicar uma portaria que estabelece o regime de apoio aos investimentos para o desenvolvimento de parcerias entre cientistas e os pescadores.
- Estamos ainda a trabalhar na organização de vários eventos de cariz internacional para promover o setor das pescas dos Açores no estrangeiro. Em outubro, iremos realizar aqui, na cidade da Horta, a primeira Conferência Internacional sobre Pesca de Atum de Salto e Vara, com o objetivo de

XI Legislatura

promover e valorizar esta técnica artesanal e debater os problemas que a pesca do atum vive atualmente nos vários oceanos.

- Defendemos que os nossos pescadores devem ter uma remuneração justa pelo produto que obtêm do mar, numa atividade fortemente sujeita a várias variáveis, como as condições climatéricas ou a quebra de capturas de determinadas espécies. E é por isso que temos trabalhado para encontrar novas formas de sustentabilidade do setor, que respeitem o equilíbrio com a natureza e que permitam aumentar os rendimentos da comunidade piscatória, através, por exemplo, da diversificação das espécies e de outras atividades como a pesca turismo. Acreditamos que o setor da pesca também deve aproveitar as oportunidades de rendimento criadas pelo crescimento do turismo nos Açores. Nesse sentido, este Governo aprovou recentemente a isenção do pagamento da taxa de emissão de licença para o exercício desta atividade, podendo cada armador beneficiar, uma vez, desta isenção, até 2020.
- Temos defendido também que a aquacultura pode e deve funcionar como uma atividade complementar à pesca. E, neste momento, posso aqui também informar que temos, provisoriamente, aprovados 4 projetos candidatos às zonas pré-definidas para produção aquícola. Projetos estes que (e é uma situação muito interessante) envolvem associações do setor e investigadores da Universidade dos Açores.

Outra forma de criar fontes de rendimento complementares à pesca é através dos mecanismos de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC), tendo sido publicadas no início de agosto duas portarias com vista à operacionalização nos Açores destas medidas do Programa Operacional Mar 2020.

- Temos promovido a conservação de recursos, a valorização do pescado e o aumento dos preços na primeira venda, a promoção do peixe açoriano, e a dignificação da profissão de pescador, através de uma aposta na formação

profissional e de várias campanhas de sensibilização para o consumo de pescado dos Açores.

Minhas senhoras e meus senhores:

- Um dos grandes desafios é, também, o de promover a competitividade e a sustentabilidade nas empresas do setor. Nesse sentido, destaco o incentivo a novas soluções para a valorização dos produtos da pesca e para a criação de novas unidades de processamento de pescado, através de dois novos regimes de apoio à comercialização e à transformação dos produtos da pesca e da aquacultura, publicados este ano e cofinanciados pelo FEAMP. Estes dois mecanismos contam, no total, com apoios públicos de 12,3 milhões de euros.
- Publicámos também este ano uma portaria que prevê um novo regime de apoio a investimentos a bordo das embarcações de pesca, que incidem sobre a melhoria da segurança e higiene, condições de trabalho dos pescadores e sobre a eficiência energética.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

- **O Orador:** Estes apoios podem contribuir para reduzir custos e para a valorização do pescado, na medida em que visam criar melhores condições em termos de frio e de tratamento do peixe a bordo.
- Gostaria também de referir aqui o investimento em portos de pesca, lotas e entrepostos que tem feito parte da estratégia do Governo Regional para melhorar as condições de trabalho dos pescadores e dos comerciantes de pescado. Em toda a Região, desenvolvemos uma grande reforma das infraestruturas e equipamentos públicos da nossa rede de frio e sabemos que é preciso continuar a melhorar algumas infraestruturas.

Há dois anos, o Governo de então, investiu cerca de 1 milhão de euros em quatro novas centrais de produção de gelo, uma no Pico, outra no Faial e duas na ilha Terceira.

II Sessão Legislativa

Temos o Entreposto Frigorífico de Ponta Delgada a funcionar. Este ano, abrimos concurso para a empreitada de melhoramento e ampliação do Entreposto Frigorífico das Velas, em São Jorge. O concurso terminou no final de junho e está em fase de avaliação das propostas. E pretendemos também lançar, durante o próximo ano, os concursos para a requalificação dos Entrepostos Frigoríficos da Horta, da Madalena do Pico, das Lajes das Flores e de Vila do Porto.

Entre 2012 e 2016 foram investidos, no total, cerca de 36M€ nas infraestruturas ligadas à pesca em todas as ilhas, considerando Portos, Postos de Recolha, Lotas e Entrepostos Frigoríficos, entre outros.

Tudo isto naturalmente que tem contribui e muito para a melhoria da qualidade dos produtos da pesca e para a sua valorização.

Quero ainda destacar que:

- Criámos novos critérios para atribuição de licenças da pesca com o objetivo de assegurar a sustentabilidade biológica e económica do setor.
- Temos adaptado a legislação às necessidades dos nossos pescadores, sem pormos em causa os recursos piscícolas a título de exemplo aponto as alterações à portaria que regulamenta a arte de cerco e de levantar para que os chicharreiros de São Miguel pudessem capturar 400 Kg por dia desta espécie, entre 1 de abril a 30 de setembro. Não foi uma medida eleitoral;...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: ...foi uma medida para aproveitar o afluxo turístico que se verifica nesta altura nos Açores e que estes pescadores poderiam, naturalmente, tirar mais partido.

Uma medida que, decididamente, veio contribuir para o aumento do rendimento dos pescadores e para o combate à fuga à lota, sendo que já em março tínhamos criado um regime de exceção que autorizava a captura do chicharro durante o fim de semana, dependendo das condições climatéricas.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Ora aí está!

O Orador: Sra. Presidente da Assembleia, Senhoras e senhores deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhor membro do Governo,

A 28 de agosto deste ano, os nossos pescadores tinham ultrapassado os 20 milhões de euros na primeira venda de pescado em lota na Região. Se somarmos os cerca de 7 Milhões e meio de euros em atum descarregado pelas embarcações dos Açores na Madeira, o setor obteve mais de 27M€. Estamos, por isso, otimistas, e prevemos que 2017 seja um bom ano para a pesca regional.

De salientar que, em termos homólogos, as descargas efetuadas em lota até 31 de agosto apresentam o valor mais elevado desde o ano de 2013. Comparando com o mesmo período de 2016, verificamos que o valor das descargas em lota subiu cerca de 1,74 M€ (ou seja, +9%).

É verdade que a realidade do setor é muito diferente de ilha para a ilha, mas os números têm-se revelado muito positivos. Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística, em 2016, o preço médio do pescado na Região foi de 4,58 euros por quilo, enquanto que no Continente ficou-se pelos 1,93 euros. Isto significa, pois, que estamos, de facto, a conseguir pescar menos e vender melhor.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Gostaria de frisar que estes números refletem, também, o novo modelo de gestão da quota do goraz, adotada no início deste ano, que permitiu que, no final de agosto, se registasse, com menos 21% de peixe capturado, um aumento de 23% do preço médio na primeira venda.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: Desde 2013 que o preço médio do goraz não atingia um valor tão elevado na Região, sendo esperado que se consiga obter mais 1M€ do que em 2016 com a mesma quantidade de pescado - e isto sem comprometer a sustentabilidade do recurso,...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias) e Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: ... e trabalhando de forma concertada com todos os agentes do sector.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito bem!

O Orador: Aliás, na sequência das diligências efetuadas pelo Governo Regional, ainda este ano vamos poder capturar mais cerca de 34 ton. desta espécie, a somar à nossa quota anual de 507 ton., fruto de acertos no consumo da quota por Portugal em anos anteriores. Esta é uma boa notícia para muitos pescadores e armadores da Região, que têm aqui mais uma oportunidade de obter um rendimento suplementar.

Sra. Presidente, Senhoras e senhores deputados, Sr. Presidente, Senhoras e senhores membros do Governo,

Sem pôr em causa a sustentabilidade dos nossos recursos, é possível e desejável consumir mais peixe dos Açores, espécies menos pescadas e de menor valor comercial, apostando também na inovação. E aqui aproveito para destacar o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelas associações em algumas ilhas. A título de exemplo, refiro a Associação de Pescadores do Pico ou a Associação de Pescadores da Ilha Graciosa, com o peixe seco e com o sucesso que tem tido de peixarias naquela ilha.

Esta é a prova de que está em curso uma mudança de paradigma no setor das pescas, e que queremos que envolva cada vez mais os pescadores no circuito de comercialização, criando mais rendimento na produção, na primeira venda, diminuindo a necessidade de irem para o mar e, com isso, a pressão sobre os recursos.

Consideramos ainda, sobre este aspeto, que a capacitação dos profissionais da pesca é naturalmente fundamental para a dinamização e rejuvenescimento do

setor. Temos, por isso, exigido mais rigor no acesso à atividade da pesca e iremos reforçar os cursos de pescador, de arrais e de condução de motores.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: Mas a formação não deve terminar aqui. E é por isso que estamos a desenvolver outras iniciativas orientadas para a formação e aprendizagem na comunidade piscatória, nomeadamente a escolarização de pescadores e armadores ou a reorientação profissional, em parceria com a Direção Regional de Emprego e Qualificação Profissional. Ainda durante este ano, e através da Rede Valorizar, implementaremos um projeto piloto em São Mateus, na Terceira, que deverá envolver cerca de 15 pescadores para a obtenção do 9º ano de escolaridade. Experiência esta que queremos replicar noutras comunidades piscatórias e que muito nos orgulha.

Minhas senhoras e meus senhores,

Não escondemos os problemas. E sabemos que algumas ilhas têm, por vezes, dificuldades de escoamento de pescado. Para colmatar esta situação, o Governo dos Açores tem estado a trabalhar em conjunto com a SATA para agilizar procedimentos que permitam que o peixe seja escoado mais rapidamente. Assim, está em funcionamento uma linha dedicada às reservas para transporte de pescado fresco, e foi posto em prática um sistema de handling que permite agilizar todo o processo de transporte, evitando esperas prolongadas em terra.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Há dez anos que se fala nisso!

O Orador: Sabemos que a atividade da pesca acarreta vários custos. E é por isso que mantivemos os apoios regionais ao setor: Este ano, no âmbito da Portaria 74/2008, para o apoio à frota artesanal, já concedemos mais de 170 mil euros a 37 armadores.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Há dez anos! O responsável chama-se Vasco Cordeiro!

O Orador: E continuamos a apoiar as associações do setor, tendo sido

concedidos apoios no valor superior a 820 mil euros.

Num ano, apoiámos os nossos pescadores com mais de 2 milhões de euros para

a aquisição do gasóleo colorido. O ano passado, procedemos também à

uniformização do preço dos combustíveis para este gasóleo, que reduziu em 10

cêntimos por litro o valor pago pela frota local. E este ano alargámos o gasóleo

colorido às viaturas de apoio à atividade da pesca, cuja regulamentação está,

neste momento, a ser ultimada.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Viva os subsídios!

O Orador: Minhas senhoras e meus senhores: estas são medidas com um

impacto concreto na vida dos nossos pescadores.

Se há mais a fazer? Sim, com certeza que há. Reconheço que é preciso

continuar a trabalhar. Trabalhar em prol da sustentabilidade do setor e da

qualidade de vida dos nossos pescadores. E desde que tomei posse é isso que

tenho feito: trabalhar com empenho, responsabilidade e seriedade.

A minha postura é de abertura; abertura para debater e elaborar medidas não só

com os parceiros do setor, mas também com as forças políticas com assento

nesta Casa, que pretendam, efetivamente, contribuir para melhorar a qualidade

de vida dos pescadores açorianos e garantir o futuro da pesca nos Açores.

Disse.

Secretário Adjunto da Presidência Regional **Assuntos** para OS

Parlamentares (Berto Messias) e Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Vamos, então, dar início ao debate.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

22

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP): Senhora Presidente; Senhoras e Senhores Deputados; Senhor Presidente; Senhores Membros do Governo:

É preciso um setor das pescas com viabilidade económica e social, cada vez mais atrativo e rentável, é necessário enfrentar as dificuldades por forma a encarar os desafios diários crescentes e o que o sector espera de nós, classe politica, é o nosso melhor esforço e o nosso empenho para que o setor enfrente e ultrapasse as dificuldades com que se depara. São sobejamente conhecidas as dificuldades pelas quais o sector tem atravessado nos últimos tempos, que originou fragilidades económicas e sociais.

A escassez dos recursos piscícolas locais e costeiros é uma das principais causas para a situação difícil que o setor da pesca atravessa e que reflete que as políticas adotadas não foram eficazes, num setor extrativo e com recursos limitados. A sustentabilidade dos recursos é sem duvida o principal investimento que é necessário fazer, pois de nada nos servirá as infraestruturas se tivermos delapidado os recursos!

Já em 2012, foi emitido, pelo Grupo Parlamentar do PS, um relatório sobre as Pescas nos Açores e já nessa altura as conclusões e recomendações refletiam várias preocupações pelas quais o setor atravessava, nomeadamente:

- a diminuição das espécies com maior valor comercial;
- a significativa fuga à lota e significativa comercialização de pescado por parte dos pescadores lúdicos;
- a insuficiente informação base utilizada para a avaliação dos stocks;
- que em algumas áreas o estado atual dos stocks já não permitia a reposição atual;

ou que:

- a renovação da frota, necessária em termos de habitabilidade e segurança, fez disparar o esforço de pesca e não está dimensionada para a nossa realidade dado

II Sessão Legislativa

o incremento em eficiência na captura e o efeito subsequente na delapidação

dos stocks.

Ainda em 2016, e dado talvez ao documento mencionado pelo Sr. Secretário,

elaborado em 2015, em 2016, e uma vez que a situação continuava difícil para o

sector, foi aprovado nesta casa, por unanimidade, o projeto de resolução

"garantir a sustentabilidade e os rendimentos da pesca", uma vez que se estava

perante um problema económico, social e ambiental de grande dimensão e

profundidade que afetava o setor das pescas no Açores, cuja solução é

complexa, mas que importava reconhecer e agir com urgência. Estamos a falar

de um documento aprovado em 2016.

Como tal, não é possível vir agora defender que nada se passa e que está tudo

bem!

A última alteração ao FundoPesca foi no sentido de tornar o processo mais

simples e mais célere, para que os pescadores possam receber este apoio quando

efetivamente precisam dele, ou seja, quando veem os seus rendimentos

comprometidos pelo facto de não poderem ir para o mar.

Assim, não se percebe como é que o fundo foi ativado em fevereiro, as

candidaturas decorram em março e os pescadores recebem o fundo, em julho,

passados 4 meses, considera aceitável Sr. Secretário? É esta a resposta que o

Governo dá, numa altura difícil?

Não é admissível que sendo o mar dos Açores uma fonte riquíssima de

recursos, que algumas das nossas comunidades piscatórias sejam onde se

encontram as franjas economicamente desfavorecidas. No entanto, a verdade é

que em 20 anos de governação socialista não foram capazes de operar uma

mudança na sociedade açoriana.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

24

A Oradora: Sectores como o das pescas, que deveriam ser geradores de riqueza, é onde em algumas áreas e em algumas zonas se encontra a maior pobreza.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Não foram capazes de desenvolver uma estratégia para o sector das pescas. Enumeremos:

1. Fez-se uma reconversão da frota pesqueira malfeita.

As sucessivas revisões da reforma da Política Comum de Pescas da União Europeia vêm alertando para o ajustamento da frota, no sentido de uma frota mais pequena e mais eficiente, ou seja, a frota que, no seu todo, tem que reduzir o número total de metros e de cavalagem das embarcações.

A região tem feito essa convergência reduzindo tanto a potência como o tamanho das embarcações, isto obriga a um maior esforço de pesca nas zonas de maior proximidade da costa, com várias consequências:

- Deixa as zonas de alto mar vulneráveis a outras frotas que não as açorianas;
- A desova das espécies mais importantes de demersais, como o goraz, é feita exatamente nas zonas mais próximas da costa e consequentemente um esforço de captura acrescido nestas zonas contribui para a degradação dos stoks;
- As condições de mar à volta da ilha e o facto das embarcações mais pequenas e menos potentes serem menos preparadas para o mau tempo, e probabilidade de não poderem ir para o mar aumenta drasticamente.
- 2. Apostamos numa indústria conserveira dependente, exclusivamente, duma espécie migratória, que é o atum.

E, portanto, para termos as fábricas a laborar temos que ir comprar matériaprima. 3. Não satisfeito, o Senhor Secretário, mal toma posse, acaba com uma medida que levou anos até se conseguir o consenso dos pescadores, que é a paragem biológica, permitindo a captura durante os meses da desova;

O Sr. Secretário, em sede de comissão, afirmou que "a época de desova não é muito relevante quando a população da espécie já é boa". Assim, quais os estudos que sustentam tal afirmação? Nesses estudos confirmam-se que já existem stocks que permitam dizer isto?

Mais, onde é que estão as medidas que promovam a valorização do pescado?

Ao contrário, propostas como a do CDS para a aquisição dum avião cargueiro, que permitiria o rápido escoamento do nosso pescado, que desta forma seria muito mais valorizado pela sua frescura, foram atiradas para a gaveta.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

A Oradora: A verba para a construção do novo Entreposto Frigorífico de Velas está no orçamento por proposta do CDS, pois no Orçamento apresentado pelo Governo Regional, tal não estava previsto. O Sr. Secretário acabou de anunciar que estavam a analisar as candidaturas. A pergunta que surge é: para quando o início do novo entreposto de Velas e da ilha de São Jorge?

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (*Gui Menezes*): Já o disse! **A Oradora:** E depois vem o Sr. Secretário afirmar que "nos devemos focar na qualidade do produto e não nas quantidades", mais do que palavras são necessárias medidas... e o estado atual daquele entreposto revela o foco que se tem tido na qualidade do pescado!!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

A Oradora: Não é suficiente olhar para os números e dizer que está tudo bem, pois num setor como o da pesca, muitas variáveis têm de ser contabilizadas, para se perceber, por exemplo, que valorização do pescado estamos a falar, que

quantidade é que estamos a falar, pois a verdade é que temos de perceber várias variáveis que estão sempre em cima da mesa:

- quantas vezes teve o pescador de ir ao mar para obter aquela quantidade?
- que quantidades e que espécies foram capturadas naquele período de tempo?
- qual a lei da oferta e da procura? Se existe menos quantidade, logo, o preço, certamente, irá aumentar.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

A Oradora: Assim, o slogan que tanto se tem defendido de que "pescar menos e valorizar mais" é o caminho encaixa como uma luva!!

Ou então, o diferencial que se verifica no preço de lota, por exemplo, em S. Miguel, para ilhas mais pequenas, nomeadamente para S. Jorge, chegando a diferenciais de 6/7€ por kg, por exemplo, no pargo e goraz, ou ainda aconteceu no passado mês de julho no caso da garoupa grada que em S. Miguel saiu a 9€/kg e em S. Jorge a 4€/kg.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isto é que é coesão!

A Oradora: Não foi a Espada Pesca criada com o objetivo de estabilizar os preços de mercado, principalmente nas ilhas mais pequenas? Qual a função, neste momento, dessa empresa? Qual o contributo que esta empresa está a dar às ilhas, nomeadamente às ilhas mais pequenas?

Ou no que se refere à gestão de stocks, e face ao cenário atual, não se deveria avançar, de uma vez por todas, para uma Gestão por Ilha até às 6 milhas, por forma a existir uma gestão mais sustentada dos recursos, a verdade é que, por exemplo, e no caso de S. Jorge, na ponta dos Rosais, uma das nossas principais placas piscatórias, o que se verifica é que muitas vezes apenas 20 % das embarcações são locais, sendo as restantes 80% do exterior.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

A Oradora: Qual a sua posição quanto à gestão de stocks por ilha? Considera que tal poderá ser uma medida a adotar? Para quando, Sr. Secretário?

Muito obrigada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem, Sra. Deputada!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado André Bradford, pede a palavra para?

Deputado André Bradford (PS): Uma interpelação, Sra. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado André Bradford** (*PS*): Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para solicitar um intervalo regimental de meia hora.

Obrigado.

Presidente: É regimental. Regressamos às 11 horas 25 minutos.

Eram 10 horas 55 minutos.

Presidente: [Corte na gravação] os trabalhos.

Eram 11 horas 33 minutos.

(Após o intervalo, a Deputada Graça Silva substitui a Deputada Bárbara Chaves na Mesa)

(Pausa)

Vamos, então, continuar com este debate de urgência.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Garcia.

Deputado Luís Garcia (PSD): Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Secretários Regionais:

Sr. Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia, apetecia-me começar este debate por fazer a seguinte afirmação: se as coisas estão assim tão bem, tão bonitas, como o senhor pintou ali, na sua intervenção, porque será que se queixam os pescadores?

Deputado Carlos Silva (PS): Quais são os pescadores?

O Orador: Esta é que é a grande questão: Porque será que se queixam os nossos pescadores?

Sras. e Srs. Deputados, estamos a iniciar uma nova Sessão Legislativa e este debate constitui, por isso, uma excelente oportunidade para o Governo apresentar, finalmente, a esta Assembleia, as políticas e as medidas que vai implementar para resolver os graves problemas que afetam este setor.

Nos últimos anos, esta governação socialista tem criado imensos problemas ao setor. Os problemas do setor agudizam-se, os rendimentos baixam e o Governo Regional o que faz? Anuncia relatórios, planos e resgates.

Não tem, na minha perspetiva, qualquer problema em se elaborar planos e relatórios, mas tudo tem o seu tempo.

Não podemos passar uma governação e legislatura após legislatura eternamente numa fase de elaboração de relatórios e planos; exige-se que se passe à fase da implementação das políticas, porque, caso contrário, damos a ideia de que o próprio Governo não é capaz de encontrar as soluções para os problemas que a própria governação criou.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Sim, porque esta é a primeira coisa que tem de ficar também clara neste debate. Muitos dos problemas com que as pescas se deparam, hoje, nos

Açores, são o resultado das más políticas desta governação socialista dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E o senhor quando diz que, nessa reflexão que a Secretaria esteve a fazer, que se deparamos com dificuldades acrescidas, porque tinham aumentado o esforço de pesca em algumas ilhas, oh, Sr. Secretário, vire-se aí para alguns colegas seus da sua bancada e para alguns colegas ali da bancada do Partido Socialista e peça-lhes responsabilidades, porque esse aumento do esforço de pesca é exatamente por políticas erradas que esta governação, apesar dos alertas que a própria Universidade dos Açores e que o senhor, como cientista, alertou; ignorou esses alertas e eis o resultado: temos muitos dos nossos recursos delapidados exatamente porque esta governação sobre dimensionou o setor, aumentou o esforço de pesca e aí estão os resultados.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Mas eu não resisto em fazer uma análise sobre a história mais recente desta governação sobre os anúncios de diagnósticos, de relatórios e de planos e, curiosamente, esses anúncios aparecem no fim das legislaturas, porque parece que vai haver eleições e é preciso reconhecer alguns problemas e anunciar algumas coisas.

Ora, comecemos pela legislatura de 2008/2012. No final da legislatura, no último ano da legislatura, e já foi aqui mencionado, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista elaborou um relatório reconhecendo muitos dos problemas e anunciando muitas medidas, que até eu estou de acordo com muitas delas, mas foi mais um plano que não saiu do papel.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

XI Legislatura

O Orador: Mas mudamos de legislatura. Legislatura anterior, 2012/2016, há mudança do responsável da tutela e, em abril de 2015, apresenta-se novo plano e agora é que ia ser, um plano que era a salvação do setor, que todos os problemas estavam diagnosticados, todas as soluções estavam para ser implementadas, abril de 2015, "Melhor pesca, mais rendimento". O prazo de vigência deste plano, 2015/2020. Mais um plano para não sair do papel.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E quem ignorou esse plano foi o próprio Sr. Presidente do Governo Regional, que, passados dez meses da sua apresentação, portanto, abril de 2015, para fevereiro de 2016, ano eleitoral, o Sr. Presidente, nesta casa, anuncia que é preciso fazer um resgate nas pescas.

Logo a seguir, cria, por Despacho n.º 492/2016, um grupo de trabalho para delinear medidas para uma reestruturação do setor e racionalização da frota de pescas nos Açores.

Ora bem, este grupo de trabalho, na sua constituição, tinha, nada mais, nada menos, do que um senhor representante da Universidade dos Açores, que se chama Gui Manuel Machado Menezes.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Quem será?

O Orador: Mais! Este grupo de trabalho tinha, na sua constituição, um outro senhor, que se chama Luís Manuel dos Ramos Rodrigues, que é o atual Diretor Regional das Pescas.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Afinal, era um governo sombra, não era um grupo de trabalho!

(Risos)

O Orador: Ora bem, este grupo de trabalho entrega o seu relatório ao Governo, em nota do GaCS, em 2016, e diz, "Presidente do Governo recebe relatórios do

grupo de trabalho com orientações e medidas concretas para o setor das pescas".

Deputado Duarte Freitas (PSD): Quando é que era isso?

O Orador: Junho de 2016.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Foi em campanha!

O Orador: Campanha eleitoral!

Oh, Sr. Secretário, este relatório existe ou não existe? É que nós já fizemos um requerimento a solicitá-lo e nós gostávamos de conhecer este relatório deste grupo de trabalho.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Já está na página do PSD a pesquisar alguma coisa!

Deputado Manuel Pereira (PS): Não consegue encontrar nada!

O Orador: É porque o senhor, em março de 2017, diz que, afinal, "Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia revelou, hoje, que o diagnóstico ao setor das pescas para adoção de medidas que visem combater os problemas com que o setor se confronta vai estar concluído este mês".

Março de 2017. Mas não era isso que tinha feito este grupo de trabalho? O diagnóstico e implementação de medidas? O senhor, que fez este relatório, o Sr. Diretor Regional, que aqui estavam, depois de nomeados Secretário Regional e Diretor Regional, foram fazer novo relatório, delinear novas medidas? Quando é que nós chegamos, efetivamente, à fase das políticas, da implementação das políticas?

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): O senhor não ouviu a intervenção do Sr. Secretário, estava distraído!

O Orador: E, finalmente, diz o Sr. Secretário, agora, que este relatório ou este diagnóstico já está concluído.

É porque já não somos só nós a estranhar esta história de relatórios e mais relatórios; é porque, curiosamente, é até a própria Federação das Pescas: "Federação das Pescas dos Açores lamenta atraso no plano de reforma do setor." E, portanto, para a Federação das Pescas vir a público dizer é que, de facto, as coisas estão atrasadas.

Oh, senhores, mostrem, de uma vez por todas, esses relatórios, esses planos que os senhores dizem que estão a elaborar, sentem-se com o setor para delinearem essas políticas e avancem para a fase...

Não é possível nós passarmos, legislatura atrás de legislatura, numa fase de elaboração de relatórios e planos e não chegar nunca à fase de implementação das políticas, porque, de facto, há algo de muito errado neste processo, há algo que denota uma incapacidade atroz do Governo para resolver os problemas que esta própria governação provocou. E ficamos mesmo com a sensação que o Governo está submerso nesses problemas; ficamos com a sensação de que quem precisa de ser resgatado é o próprio Governo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Quem precisa de ser resgatado é o próprio Governo!

Sr. Secretário Regional, é que um governo que assim procede não é solução para o setor, um governo que assim procede é mais um problema para o setor.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E quero dizer-lhe mais. Os senhores bem podem tentar fazer disto uma festa, pintar o quadro muito cor-de-rosa, mas essa tentativa está, à partida, frustrada porque ela colide com a realidade, esse é que é o vosso problema, é que essa tentativa de dizer que isso tudo está bem, de não reconhecer os problemas, colide com a realidade.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Francisco César (PS): A gente já não precisa dizer nada! O senhor já sabe o que a gente diz!

O Orador: De 2010 a 2016, o setor perdeu, na primeira venda de pescado, quase 14 milhões de euros. Nós temos rendimentos dos pescadores que são inferiores ao salário mínimo nacional, que são inferiores a 10 mil euros por ano. Nós perdemos, neste mesmo período, para além dos 14 milhões de euros de rendimentos, 12 mil toneladas de peixe pescado. Portanto, não venham para aqui tentar, mais uma vez, não admitir os problemas, pintar o quadro cor-derosa, admitam os problemas, porque a primeira condição para a gente resolver um problema é admiti-lo. Sentem-se com o setor, porque o setor está disponível para colaborar e delinear as medidas, está recetivo a ser uma parte ativa, mas não passemos a vida, Sr. Secretário, na elaboração de relatórios e mais planos, passemos, de uma vez por todas, à fase de implementação de medidas para resolver os problemas estruturais que os senhores provocaram a este setor das pescas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Deputado João Corvelo (*PCP*): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Há muito que se vêm revelando, e não só a nível regional, os efeitos nefastos do modelo centralizado de gestão de pesca imposto pela União Europeia, mas também em nenhuma outra zona do país se assiste à agonia que o setor atravessa, principalmente em São Miguel e na Terceira.

Número: 31

Os constrangimentos introduzidos por uma legislação comunitária que ignora as especificidades internas de cada país são particularmente evidentes na Região Autónoma dos Açores. A uma vasta extensão marítima, que de por si induz uma diferente distribuição dos próprios recursos haliêuticos, acresce a diversidade sociocultural e económica entre as nove ilhas, que determina profundas diferenças também no exercício da atividade piscatória, nos modos da sua organização, no número e na caraterização socioprofissional dos que a praticam. Tem-se recentemente assistido a uma desconcertante manifestação de indiferença, por parte do Governo Regional, face às propostas e às exigências de um grande número de pescadores, especialmente concentrados em São Miguel. Aos elementos comprovativos por eles apresentados, e que demonstram de forma documentada e cabal a enorme quebra de rendimentos sofrida pela maior parte dos pescadores micaelenses, a resposta dada foi confusa e construída com base em operações matemáticas que pouco nos dizem acerca da realidade vivida por estes homens e pelas suas famílias.

Realmente, se há sector em que a estatística pouco descreve a realidade, é exatamente o das pescas. Por exemplo, de pouco vale argumentar que o valor de primeira venda é superior ao que foi no passado, se para obter esse valor um barco teve de sair mais vezes, com os consequentes gastos acrescidos. E é totalmente inaceitável que se insinue, ou mesmo se afirme, como tem acontecido, que os pescadores complementam os seus rendimentos através de práticas ilegais: não que tal não aconteça, mas a única pergunta honesta que se há de colocar, neste contexto, é o que empurra estes trabalhadores para comportamentos arriscados: é que não estamos a falar aqui de fortunas escondidas, mas sim de quantias que apenas chegam a garantir a sobrevivência, à margem de retribuições que estão longe de a assegurar.

A crise vivida em São Miguel e na Terceira não é recente, mas nos últimos anos assiste-se a uma degradação extrema das condições de vida de uma grande

XI Legislatura

maioria de pescadores, derivada da incidência de novos fatores de empobrecimento sobre uma organização já estruturalmente pouco adequada a

uma condução racional do sector.

As caraterísticas da frota, por exemplo, são sobejamente conhecidas, assim como é geralmente admitido que, especialmente no contexto criado pela regulamentação europeia, os pequenos barcos artesanais que aqui predominam não geram a riqueza esperada, embora paradoxalmente representem o tipo exploração 'virtuosa' dos recursos que hipocritamente se advoga. Contudo, até há pouco tempo foram estes, e não outros, os projetos apoiados por fundos comunitários geridos, como é óbvio, a nível regional — enquanto o acesso à nossa zona económica exclusiva era nos factos facultado a frotas com caraterísticas bem diferentes, e métodos de pesca predatórios, cuja influência na atual falta de recursos até está longe de ser esclarecida.

Ora, se em ilhas mais pequenas tal situação pode não gerar tantos constrangimentos de maior relevo, tal é devido a vários fatores:

- o número efetivo de pescadores que exercem a sua atividade nas águas costeiras, muito reduzido em todas as ilhas, com a exceção de São Miguel e da Terceira.
- a não exclusividade da atividade no que em geral diz respeito a essas ilhas, onde a prática da pesca surge quase sempre associada a outras atividades e fontes de rendimentos. Na prática, só em São Miguel e na Terceira existe um grande número de pessoas a depender exclusivamente da pesca. Este número tem aumentado exponencialmente nos últimos anos, essencialmente devido à crise da construção civil, que durante muito tempo absorveu a mão de obra não qualificada.
- a iliteracia que ainda grassa em comunidades piscatórias de dimensões relevantes, o que implica a repetição de modelos sociais especialmente penalizadores das suas camadas mais jovens, num contexto em que a própria

atividade, para ser apenas viável, já se afastou muito dos seus processos tradicionais. As exigências técnicas hoje colocadas mesmo às embarcações mais pequenas, sem contar a complexidade das práticas ligadas à contabilidade, à segurança social, à informação que necessariamente deve ser prestada a fins estatísticos, faz com que a maior parte dos trabalhadores do sector seja confrontado com uma dificuldade de vida dificilmente imaginável para a restante população.

- o encarecimento de todos os meios de produção, os descontos para a segurança social calculados com base no salário mínimo, que muitos pescadores não atingem, o alto custo dos seguros face à inexistência de mecanismos reguladores dos valores mínimos de primeira venda.
- e, finalmente, a situação de empobrecimento extremo dos recursos, que nas águas onde se pode movimentar grande parte da nossa frota se manifesta não só relativamente a várias espécies com maior valor comercial, mas mesmo a outras que se consideravam tradicionalmente abundantes.

Senhora Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhores Membros do Governo:

Acerca de todas estas situações pode-se discutir aprofundadamente, como é certamente necessário que se faça - a não ser que já se considere que a pesca profissional seja uma atividade de facto destinada a morrer, e que o pouco peixe disponível deva ser destinado ao turismo e à pesca lúdica, como já se começa a suspeitar. É por demais evidente que o sector, tal como está, não é mais viável, e que as medidas avulsas que têm sido tomadas não têm produzido nenhuma alteração positiva. O próprio estado dos recursos haliêuticos demonstra até que ponto as questões fundamentais têm sido ignoradas.

Contudo, enquanto as necessárias transformações não são implementadas, é necessário reconhecer o estado de extrema carência económica em que se encontra um grande número de pescadores, e tomar medidas urgentes para

garantir, a eles a às suas famílias, uma existência digna e não ensombrada pela incerteza constante quanto às suas possibilidades de sobrevivência imediata.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

Deputada Graça Silveira (CDS/PP): Ah! Agora vai!

(*) **Deputado José Ávila** (PS): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Julgamos positivo trazer este tema à discussão e ouvir os partidos políticos e o Governo dos Açores sobre este importante setor da atividade económica, na nossa região, numa altura em que estamos todos empenhados no aumento do rendimento dos profissionais da pesca.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Teremos todo o gosto, interesse e até empenho em participar no debate de urgência agora reagendado. Estamos e estaremos sempre abertos a trazer estas questões relativas ao setor das pescas a este Parlamento ou a qualquer outro sítio.

Como é sabido, a pesca tem uma grande importância na economia dos Açores pela mão de obra que emprega, pelo valor acrescentado e pelo peso no PIB e também pela contribuição às exportações dos Açores, quer para o continente português, quer para o estrangeiro.

Reconhecemos, desde logo, que 2006 foi um ano mau para as pescas dos Açores, mas tal, também, como foram maus os anos de 1999, 2002 e 2005. Há que assumir esse facto, não há que esconder.

Deputado Francisco César (PS): É verdade!

O Orador: Não é por acaso que a Sra. Deputada Zuraida Soares foi buscar o ano de 2010 para comparar com o ano de 2016.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Ora bem!

II Sessão Legislativa

O Orador: Foi buscar, tão só, o melhor ano de sempre com o pior ano de sempre. Portanto, esse exercício até é fácil de fazer. Podia ter optado...

Deputada Zuraida Soares (BE): A sério? Olhe que não é verdade!

O Orador: ... por outra circunstância, podia ter comparado com os ciclos, que há ciclos de abundância e também há ciclos de escassez neste setor.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: E a senhora podia ter comparado de outra maneira,...

Deputada Zuraida Soares (BE): Ah, podia! Podia ter comparado com o Governo Socialista?

O Orador: ... mas fez assim, está no seu direito, fez da maneira que...

Mas, esqueceu-se também de dizer um fator muito importante, que é quando se analisa o setor das pescas, é importantíssimo: é que a pesca do atum, entre 2010 e 2016, os proveitos provindos do atum baixaram de 19,7 milhões de euros para 5,1 milhões de euros. E que eu saiba, o Governo Regional não tem qualquer influência na circulação dos atuns no Atlântico Norte, aliás, já fez um esforço muito grande em tentar reduzir o número de dispositivos retentores de pescado no Atlântico, de maneira que possa haver maior circulação de atuns. Portanto, já fez o seu papel nessa área, mas agora não se poderá culpar o Governo pela falta de atum.

A juntar a esta verdadeira tempestade,...

Deputada Graça Silveira (CDS/PP): A tempestade perfeita era na agricultura!

O Orador: ... assistimos também à imposição da redução da cota do goraz...

A Sra. Deputada Graça Silveira gostaria de ouvir ou não?

Deputada Graça Silveira (CDS/PP): Com certeza!

O Orador: Então... É que os seus apartes são muito simpáticos, mas incomodam um bocadinho!

... pela União Europeia, espécie que é muito importante para a fileira, sobretudo pela grande procura e valorização.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista encetou uma série de diligências, como visitas a portos, a lotas, reuniões com associações...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... e contactos diretos com os pescadores, tal como é normal na sua ação política, para fazer um levantamento real de toda a situação. Neste trabalho, surgiram alguns problemas que destacamos, e não temos medo nem vergonha de destacar.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Falta de recursos em algumas espécies piscícolas, em algumas ilhas, nomeadamente no caso já aqui referido de São Miguel e da Terceira.

Deputada Zuraida Soares (BE): Está no relatório!

O Orador: Grande injustiça...

Já vamos ao relatório! Mas vamos ao relatório!

... na distribuição de rendimento em algumas, muito poucas, comunidades piscatórias, perfeitamente identificadas, de que é o exemplo mais evidente o caso de Rabo de Peixe.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: A falta de atum, desde 2011, e a falta de chicharro, no início deste ano.

Mas nem tudo são más notícias. Este ano, contabilizando os primeiros oito meses e comparando com os mesmos oito meses de 2016 (e isso também a Sra. Deputada não quis referir), verifica-se que...

Deputada Zuraida Soares (BE): Ai, referi, referi! O senhor não ouviu!

O Orador: ... as capturas totais dos Açores aumentaram 9.8% e o rendimento aumentou 9.2%; o preço médio manteve-se mais ou menos o mesmo, à volta de 4.13%. As capturas dos atuns aumentaram 25% e renderam mais 27% também do que os oito meses anteriores. A pesca do atum, neste momento, já é superior a todo o ano passado, portanto, acho que é uma boa notícia para todos nós.

Número: 31

As capturas das espécies demersais, como sabemos, onde se inclui o goraz, o peixão, o imperador, o alfonsim, etc., baixaram 15,1%, é verdade, mas valorizaram mais, valorizaram mais 1,8% do que nos oito meses do ano passado. Os atuneiros açorianos descarregaram mais 93% do atum do que nos oito meses passados, na Região Autónoma da Madeira, e ganharam mais de 92% que o ano anterior.

Em conclusão, contando com as capturas dos Açores...

Deputada Zuraida Soares (BE): Estatísticas feitas pelo PS!

O Orador: ... e as descargas que foram feitas na Madeira pelos navios açorianos, verificamos que em quantidade pescamos mais 32%, que rendem mais 23%, nos primeiros meses do ano passado.

Deputada Zuraida Soares (BE): A quem, Sr. Deputado? Rendeu a quem?

O Orador: Estes números indicam, sem dúvida, que na pesca de demersais estamos a pescar menos e a ganhar mais e que existe uma franca recuperação da pesca...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: ... dos grandes pelágicos, como é o caso do atum. Na pesca dos pequenos pelágicos, como é o caso do chicharro, apesar de se ter assistido a um mau início do ano, há indicadores que apontam para uma recuperação, nos últimos meses, e até que o Governo tomou a medida e aumentou o valor máximo autorizado das descardas.

Deputado André Bradford (PS): Depois é que incomodou muito à oposição!

O Orador: Nós próprios assistimos à valorização, em lota, do chamado chicharro novo, na lota de Rabo de Peixe.

Estes indicadores é claro que valem o que valem e não devem servir de justificação para baixarmos a guarda.

Deputada Zuraida Soares (BE): Foi o que eu disse ali!

O Orador: Isto é a nossa ideia. É preciso continuar a trabalhar, a criar condições para aumentar o rendimento dos pescadores e, por isso, contamos com os contributos, não só dos parceiros do setor, mas com todos os partidos aqui presentes.

Ressalvo que os aumentos dos proveitos da pesca têm, obrigatoriamente, que refletir-se no rendimento dos pescadores. Isso é um trabalho que temos que fazer, todos nós, aqui, temos essa responsabilidade, é um trabalho permanente.

Mas não aceitamos que o caso do PSD, Sr. Deputado Luís Garcia, critique, em alta voz, a política de pescas dos Açores, achando que é necessário fazer, e vou passar a citar, "uma alteração profunda na política de pescas para corrigir erros e falhanços", fim de citação.

Depois, o que é que o PSD vem propor? Rever o preço da primeira venda em lota numa altura, curiosamente, em que o preço do quilo desceu de 3,92 euros, em 2010, para 5,87 euros, em 2016. Portanto, vamos intervir para quê? Para aumentar o preço médio. Ele já aumentou e estamos a ver que está a aumentar e vai aumentar mais, se tudo correr bem.

Mais uma solução do PSD. Introduzir a pesca de turismo quando, afinal, esta atividade já está devidamente regulamentada, implementada e, muito recentemente, o Governo até tomou a medida de isentar taxas por uma só vez a cada operador, até 2020.

Outra sugestão do PSD. Mapeamento da aquacultura *offshore*, quando é conhecido que o Governo dos Açores já o fez para o Faial, Terceira e São Miguel e está a preparar o mapeamento de outras ilhas dos Açores.

Mais formação, quando, afinal, o Governo até já começou com ações de formação, inclusivamente nas ilhas do Pico e da Terceira,...

Deputado Bruno Belo (*PSD*): O problema mesmo é o dos pescadores! A pesca está boa!

Deputado José San-Bento (PS): O senhor não percebe nada disso. O senhor

não pesca nada!

O Orador: ... avançando gradualmente para as outras ilhas, e vai implementar,

na Terceira, como foi anunciado pelo Sr. Secretário, e aqui eu quero dar-lhe os

parabéns, Sr. Secretário, vai introduzir o Programa Reativar. Foi uma das

reivindicações dos pescadores daquela ilha, nas visitas que nós fizemos àquela

ilha. Portanto, Sr. Secretário, esta sua decisão vem ao encontro das necessidades

dos pescadores da Terceira e por isso eu dou-lhe os meus parabéns por ter

conseguido este desiderato.

Vozes de alguns Deputados do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Nós, por aqui, aliás, por aqui se vê que este esforço proponente do

PSD, afinal, nas pescas, e até em outras áreas, é uma mão cheia de nada, e é, em

última análise, uma pequena parte do que o Governo, afinal, já vem fazendo,

nos últimos tempos, com o nobre objetivo de aumentar o rendimento dos

pescadores.

Deputado José San-Bento (PS): Nós já estamos a fazer isso tudo, Sr.

Deputado!

O Orador: Ressalvo aqui uma questão muito importante. Nós estamos focados

no aumento do rendimento dos pescadores, que ninguém se esqueça disso. Não

aceitamos também o tratamento que é dado aos pescadores como "coitadinhos",

generalizando alguns casos pontuais e localizados de falta de rendimento,

explicado com a injusta forma de dividir o produto...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... resultante das pescarias.

43

Algumas associações com quem contactamos refutam este tratamento de inferiorização da classe, que, salvo algumas exceções, têm um rendimento digno, tão digno como a profissão que desempenham.

Vozes de alguns Deputados do PS: Muito bem!

O Orador: Foi-nos referido, em algumas ilhas, neste périplo que nós fizemos, que não existiam pescadores com rendimentos abaixo do salário mínimo regional, como tem insinuado o PSD, repetidas vezes, apesar dos dirigentes associativos nos terem garantido que tinham avisado disso mesmo o PSD, aquando das suas visitas, mas, mesmo assim, e pelos vistos, não os impediu de voltar a esta questão e dizerem aquilo que têm dito em todas as visitas que fazem ao setor das pescas.

Por outro lado, fico satisfeito com as várias referências que fazem ao relatório que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista fez chamado "Pescas dos Açores". É um sinal de que o Grupo Parlamentar do PS trabalha bem e, por isso, também fico satisfeito. Fiz parte desse grupo de trabalho, aliás, fui o seu relator, com muito orgulho. Mas a grande novidade que eu queria dar aos Srs. Deputados, porque já apresentaram esse relatório assim, abanaram esse relatório como se aquele relatório não tivesse servido para nada e eu queria dizer-lhes, aqui, Srs. Deputados, não é em primeira mão, porque há deputados que sabem isso perfeitamente, mas queria dizer-lhes que das 30 recomendações que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista fez ao Governo sobre esta matéria,...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Trinta e três!

O Orador: ... 23 já foram acatadas.

Portanto, as coisas têm de ser ditas e as verdades têm de ser ditas.

Acho também injusta a referência que a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras faz quando compara uma determinada espécie, num determinado dia, os preços...

Deputado Bruno Belo (PSD): O problema são os pescadores!

O Orador: ... de uma determinada espécie, num determinado dia, em São Miguel e em São Jorge. Pois, em São Jorge, em 2016, teve um dos valores mais altos do preço médio do pescado, com 6,85%, só superado pelas Flores e Corvo, enquanto em São Miguel o preço médio foi de quase metade, 3,83%. Portanto, nós devíamos, quando se fazem algumas afirmações, é preciso ter algum cuidado, porque...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP): Não aconteceu! Foi tudo invenção!

O Orador: ... é verdade que algum dia os preços do mercado podem estar diferentes, e até em lota também.

O Sr. Deputado Luís Garcia...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP): O senhor deve andar noutro mundo!

O Orador: ... parece, fico sem saber, mas parece que não gosta muito de estudos nem de relatórios, ou acha que não servem para nada, mas, depois, pede estudos para tudo. Sr. Deputado, os estudos servem, sobretudo, para apoiar decisão política, e isso tem acontecido (tem acontecido!) e, se perguntarem ao Sr. Secretário, ele dirá, muito melhor do que eu, porque ele tem conhecimento de causa, os estudos que têm sido feitos são estudos para trabalho interno do Governo Regional, que, junto com os parceiros, têm tomado...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ah, o senhor conhece-os!

O Orador: Não os conheço! Não os conheço!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O senhor não conhece!

O Orador: Não conheço!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Seja sincero!

O Orador: Não, não! Estou a ser sincero, Sr. Deputado. Eu sou sincero, portanto, tenho essa vantagem.

Portanto, esses estudos servem para trabalhos internos de suporte à decisão e isso tem acontecido. E pergunte-se, por exemplo, também aos parceiros se não é

assim.

Por fim. Eu sei que os tempos não são fáceis nem estão fáceis, neste setor das

pescas, e que, neste momento, apresentam as suas dificuldades e, no futuro, de

certeza, muitos desafios vamos ter que enfrentar. Mas eu queria dizer que o

Grupo Parlamentar do Partido Socialista está e estará sempre com os homens e

as mulheres que fazem do mar a sua vida e eles podem contar sempre connosco,

porque vamos continuar empenhados em aumentar o rendimento dos seus

profissionais.

Muito obrigado.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares** (BE): Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu começo exatamente por esta última e brilhante intervenção do Sr. Deputado

José Ávila para lhe dizer o seguinte. Se tudo está feito e está bem feito, se das

30 recomendações feitas, no início de 2012, nesta casa, pelo relatório do Partido

Socialista, 23 já foram implementadas e o resultado é aquilo que se vê no setor

da pesca, Sr. Deputado José Ávila, então, as coisas estão muito, mas muito

piores do que aquilo que o Bloco de Esquerda pensava quando agendou este

debate de urgência.

Deputado André Bradford (PS): Olhe que não!

46

XI Legislatura

A Oradora: E, portanto, isso é, digamos, um cenário com uma leitura, enfim, legítima, mas, não diria datada, mas marcada, da mesma maneira que o Sr. Deputado diz que deste lado se leem as estatísticas e os resultados de uma maneira, não há a mínima dúvida que o Partido Socialista também tem uma maneira muito própria de ler a realidade.

Deputado José Ávila (PS): Legítima!

A Oradora: Absolutamente!

Sr. Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia, antes de mais, eu queria dizer-lhe que, nesta bancada, ninguém põe em causa nem a sua seriedade nem a sua competência nem o seu espírito de missão e de trabalho público. Nunca o fizemos, não o estamos a fazer; agora, o que nós pomos em causa, com toda a legitimidade, são as suas políticas, as suas prioridades, acerto das mesmas ou não. Portanto, confundir uma coisa com a outra não é aconselhável e a forma como o Sr. Secretário Regional terminou a sua intervenção de púlpito deu-me a impressão de que havia aí alguma confusão.

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (Gui Menezes): Não foi essa a intenção!

A Oradora: Que fique registado, Sr. Secretário Regional.

Também disse o Sr. Secretário Regional, na sua intervenção inicial, e penso que o estou a citar, que "está em curso uma mudança de paradigma no setor da pesca". Sr. Secretário Regional, nós aqui, no Bloco de Esquerda, não conseguimos percecionar esta mudança tão radical. Culpa nossa, a nossa maneira de ler os números, a nossa maneira de ler as estatísticas e a nossa maneira de ouvir as pessoas e de olhar para elas.

O Sr. Secretário Regional recuperou e aprimorou um bom diagnóstico ao setor, que está feito, já para não ir mais para trás e não ser acusada de ir ao ano de 2010, que está feito e bem feito desde o ano 2012, pelo relatório de interesse regional, feito nesta casa, pelo Grupo Parlamentear do Partido Socialista, fez

XI Legislatura

um bom diagnóstico, aprimorou-o, fez algumas juras de amor, permita-me que lhe diga assim, e de iniciativas revolucionárias, mas como sempre acontece quando um responsável pelo setor da pesca fala, nesta casa, é assim: "Agora é vai ser! A partir de agora é que vai ser!". Portanto, o mundo e a pesca, na nossa região, não é no ano de 2010, Sr. Deputado José Ávila, que começa, é hoje, aqui e agora, porque tudo, a partir de agora, vai começar a correr bem.

Então, o Bloco de Esquerda pergunta como é que vai começar a correr bem e que medidas são essas, então, que algumas delas foram referidas pelo Sr. Secretário Regional. E vou insistir em algumas questões que levantei, se me permite acrescentar outras.

Falemos na Lei 15/97, a lei que institui os contratos individuais de trabalho para os pescadores, para os profissionais que andam a bordo das embarcações de pesca.

Como o próprio título diz, 15/97, esta lei existe há 20 anos, esta lei existe e está em vigor há 20 anos, Sr. Secretário Regional, Sras. e Srs. Deputados, e, então, eu pergunto: como é que é possível, ao fim de 20 anos, em que os pescadores açorianos já ouviram falar da lei, mas nunca a viram passar de baixo, não é dos seus olhos, é das suas vidas profissionais, como é que o Sr. Secretário Regional chega aqui e diz que estão a fazer, agora, ao fim de 20 anos, um trabalho de pedagogia e que até vão pagar uma consultadoria, se bem entendi, à Federação das Pescas, para fazer este trabalho pedagógico de convencer a raposa a tomar conta e a zelar pelos interesses das galinhas? Sr. Secretário Regional, isto não faz sentido nenhum.

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (Gui Menezes): Faz!

A Oradora: Não, não faz! Não há pedagogia, Sr. Secretário Regional, há uma lei que tem que ser cumprida.

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (Gui Menezes): Então não se fazia nada!

A Oradora: Quem faz dos pescadores os coitadinhos não são os partidos da oposição que dizem que há miséria e pobreza neste setor, na nossa região. Quem fez, quem tem feito dos pescadores pobrezinhos são os sucessivos governos regionais que nunca, durante 20 anos, aplicaram uma lei que existe e só não está em prática para dignificar os pescadores desta região e a sua profissão.

Deputado Carlos Silva (PS): Não era a "raposa"!

A Oradora: Depois, Sr. Secretário Regional, outra pergunta. O Sr. Secretário Regional, em fevereiro de 2016, afirmou e cito: "Eu acho que estamos a atingir níveis preocupantes em algumas espécies, como o goraz, congro, boca negra, que são talvez as mais críticas. Ainda não atingimos situações que não tenham retorno, mas estas têm de ser revertidas de alguma forma".

Pouco mais de um ano depois, em junho de 2017, o Sr. Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia afirma e cito: "Não estamos perante nenhuma ameaça grave aos recursos da pesca, não sendo necessário fazer plano de recuperação nem nenhuma paragem temporária da pesca".

Bom, duas perguntas. No prazo de um ano, o que é que mudou? Primeira pergunta, porque as suas afirmações e a sua avaliação do estado dos stocks é completamente contraditória,...

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (Gui Menezes): Não é!

A Oradora: ... uma é o contrário da outra, o que é que mudou e onde é que estão os estudos científicos feitos nesta região, por departamentos que têm um dos *know how* mais reconhecidos a nível internacional que comprovam...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Só conversa!

A Oradora: ... quer a afirmação de fevereiro de 2016, quer a afirmação de junho de 2017. Nós desconhecemo-los, não os conhecemos, Sr. Secretário Regional,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não há!

II Sessão Legislativa

A Oradora: ... penso que muitos outros deputados e deputadas, nesta casa, também não os conhecem...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não existe!

A Oradora: ... e isso é absolutamente lamentável, porque, como eu disse, daquela tribuna, quando não há estudos nem comprovações científicas, a política decide conforme dá mais jeito a cada momento e é exatamente isso que tem acontecido neste setor, na nossa história e ao longo dos últimos, e agora vamos aos últimos 20 anos, que é para não irmos mais para trás, que o Sr. Deputado José Ávila pode zangar-se.

Deputado José Ávila (PS): Não me zango!

A Oradora: Depois, tudo está bem e recomenda-se.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional, não é preciso que a folha seja maior, porque toda a gente consegue acompanhar o sentido descendente deste traçozinho preto.

Então, falemos, por exemplo, valor do pescado por ano. Ano de 1997, é o primeiro, e agora o ano de 2017. Vejam bem como tudo tem subido, graças e em consequência e resultado das boas políticas para o setor da pesca do Governo Regional.

Mas vamos à quantidade pescada por ano.

Deputado Carlos Silva (PS): Quanto é que pescou?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Está a aprender umas coisas connosco!

A Oradora: Ano de 1997 até 2017. Acompanhem o sentido do tracinho preto.

Boas políticas, mais pesca, melhor pesca, mais rendimentos.

Deputado José Ávila (PS): E o atum? Faz toda a diferença!

A Oradora: Estão aqui, Sras. e Srs. Deputados.

Deputado Carlos Silva (*PS*): Se dividir os valores, vai dar outro resultado?

A Oradora: São números, não é uma leitura, não é uma avaliação do Bloco de Esquerda.

Mais!

Relação entre os totais admissíveis de captura, os conhecidos TAC, e as verdadeiras capturas de goraz. Entre 2007...

(Agora talvez seja melhor ficarmos naquilo que estamos e, depois, vamos ao atum, porque, senão, é uma grande confusão, Sr. Deputado.)

... e 2017, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional, também se percebe perfeitamente, não é preciso ser maior. Portanto, a barra azul corresponde ao TAC, portanto ao total admissível de capturas, e a barra a vermelho corresponde... Não, é ao contrário: a vermelha corresponde ao TAC e a azul corresponde às capturas.

Deputado Carlos Silva (PS): Está confuso!

A Oradora: Ora, vejam bem o que é que acontece, por que é que nós começamos a ler de uma...

Ah! Também tem aí!

Deputado Carlos Silva (PS): Não se consegue ler!

A Oradora: Oh, Sr. Deputado, então, afinal, nós temos os mesmos papelinhos, o que temos é outra maneira de os ler, mas não é possível ler o contrário do que está aqui.

Por que é que, a partir de....

Deputada Graça Silveira (CDS/PP): Estava a ajudá-la, Zuraida, mas também atrapalhei!

A Oradora: Não senti isso, mas é possível que sim. Se era o caso, eu agradeço. Mas não foi isso que eu percebi.

Continuando.

Sr. Secretário Regional, por que é que a partir do ano de 2010 (Sr. Deputado José Ávila, 2010! *Ring Ring*!) começou a descer consideravelmente a relação entre, no fundo, a cota e as capturas? É porque há stocks, como diz a Sr. Secretário Regional, em junho de 2017, não há nenhuma ameaça grave, não

temos nenhum problema de recursos na pesca, não é necessário fazer um plano de recuperação, não é preciso nenhuma paragem temporária da pesca? Então, isto o que é que quer dizer? O que é que quer dizer? Como é que o Sr. Secretário Regional interpreta e nos ajuda a interpretar este gráfico, para não ser à maneira do Bloco de Esquerda.

Mais algumas perguntas.

Como é ou quais são as medidas que o Sr. Secretário Regional pretende implementar para combater de uma forma eficaz a fuga ao fisco, a economia paralela, que o senhor reconhece que existe no setor da pesca, e que, recuperando números avançados pelo anterior Secretário Regional do Mar, rondavam os 30%? O que é muito, é um escândalo, dentro de um setor com as carências, as necessidades e as dificuldades como o setor da pesca atravessa e não todas, Sr. Deputado José Ávila, da responsabilidade do Governo Regional, como é óbvio. A responsabilidade do Governo Regional é dar-lhes resposta, agora, não é o responsável por não haver atum, mas já é responsável se não cria políticas que possam responder à necessidade, às dificuldades, às carências, aos baixos rendimentos dos pescadores quando o atum desaparece. Essa é que é a responsabilidade do Governo Regional, não é garantir que o atum nos vem dizer bom dia.

E para já, Sr. Secretário Regional, acho que já tem aqui várias questões para fazer o favor de me responder.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Mário Tomé, tem a palavra.

(*) **Deputado Mário Tomé** (*PS*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Eu estive muito atento às diversas intervenções e eu penso que foi um lapso da Deputada Zuraida Soares, na sua primeira intervenção, quando, de facto, diz que há uma evolução negativa. Portanto, já foi reportado...

Deputada Zuraida Soares (BE): Não disse isso! Desculpe, Sr. Deputado! **O Orador:** Estava a referir-se aos últimos anos, não concretamente ao período de 2016?

Deputada Zuraida Soares (BE): Eu disse que este ano estamos a assistir a uma leve melhoria!

O Orador: Peço desculpa!

Presidente: Srs. Deputados, não entrem em diálogo!

O Orador: Peço desculpa, então.

Reportando e estando o assunto devidamente esclarecido, eu penso que o que interessa aqui a todos nós e a intenção de todos os partidos, de facto, é melhorar o rendimento dos nossos pescadores. E este ano, concretamente, os indicadores são muito positivos. É preciso também entender que as pescas diferem de ilha para ilha. Há comunidades que vivem exclusivamente da pesca e há outras comunidades, que é o caso do Pico, o caso de São Jorge, Flores, que os nossos pescadores não têm só aquela atividade específica, têm outras atividades.

E vamos a factos, a números. Também são importantes.

O caso de São Miguel, comparativamente nos primeiros oito meses deste ano, período homólogo 2017/2016, 30 de agosto, aumentámos o rendimento em 3%. Do ponto de vista das espécies, nomeadamente no cherne, já vamos num milhão e meio de euros. A lula tem um impacto brutal nas capturas e nos rendimentos na ilha de São Miguel, aumentámos 21% a captura da lula, passando das 69 toneladas, até 30 de agosto, para as 89 toneladas, com um valor em lota de 10 euros, equivalendo a 800 mil euros, o que é muito positivo. Os indicadores são positivos.

XI Legislatura

O atum já foi reportado e, de facto, este ano, os indicadores persistem, a nossa frota continua a capturar o atum, tendo em conta que grande parte do segmento de frota está na Madeira. Isto é, possivelmente, se tivéssemos uma parte dessa frota cá na região, teríamos, com certeza, mais capturas.

Depois, há aqui uma questão que é importante e que foi reportada pela Deputada Zuraida Soares, pessoa por quem tenho muita estima, respeito e consideração, mas que isto não corresponde à verdade. Quando diz que o Governo Regional empurra os problemas com a barriga para a frente.

Sra. Deputada, eu recordo, tenho que recordar o que tem sido feito. Todos nós sabemos que os últimos anos não têm sido fáceis, não só neste setor, como em outros setores.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E a culpa é de quem?

O Orador: E, de facto, tem existido, da parte da região, uma sensibilidade especial, diligências feitas nesse sentido de promover dois aspetos: sustentabilidade dos recursos e rendimento aos nossos pescadores.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: Assim foi com a criação das zonas de reserva e interdição da pesca, visando o aumento da população das espécies residentes. Primeiro fator que visa a sustentabilidade. Com a implantação do aumento do tamanho mínimo de algumas espécies, o caso das espécies que foram referidas pelo Sr. Secretário, o pargo, o imperador, o alfonsim e, nomeadamente, o goraz, que veio potenciar um aumento do preço médio em lota destas espécies. Tanto é que se compararmos a evolução das espécies na região, entre 2010 e 2016, estamos a falar de um aumento de 2,9 euros em quilo de peixe, que é muito positivo.

E, de facto, há aqui um dado também muito curioso, como disse o meu colega José Ávila, é que reportam-se sempre ao ano de 2010. É que o ano de 2010, só nas capturas de atum, os ganhos provenientes foram 15 milhões de euros. Se compararmos com 2016, com 2 milhões, estamos a falar aqui num diferencial

Horta, quarta-feira, 6 de setembro de 2017

de 13 milhões de euros. Retirando 13 milhões a 38 milhões de euros, portanto, as contas são fáceis de fazer.

Mas voltando às medidas que foram feitas, que têm sido implantadas, há outra muito importante, que foi implantada, já há alguns anos, e que foi melhorada, que é limitação das operações de pesca à linha da costa quarto de palanque de fundo. Assim foi, e relatado pelo Sr. Secretário, que, após um inverno difícil na captura de chicharro e cavala, alterou-se a portaria de rede de cerco, não por razões políticas, mas para fim de minimizar o impacto negativo que teve nos meses de janeiro, fevereiro e março, especialmente nas ilhas de São Miguel e Terceira, de forma a retomarmos quer a quantidade, quer os ganhos obtidos. Neste momento, estamos com uma diferença, do ponto de vista das capturas, na ordem das oitenta toneladas de chicharro, atingindo quase os valores do ano passado (que isto é extremamente importante), vindo ao encontro das pretensões quer das associações, quer dos nossos pescadores. Assim foi com uma proposta e aprovação, nesta Assembleia, do gasóleo colorido para apoio aos veículos utilizados no transporte de tripulantes e equipamentos de pesca, objetivando uma diminuição dos custos à produção, de forma a que os nossos pescadores possam obter mais rendimento.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: Assim foi com as diligências feitas pelo Sr. Secretário junto do Governo Regional da Madeira, em que foi possível aumentar o número de atuneiros a pescar na Madeira. E fiquei com esse número, Sr. Secretário, dos ganhos provenientes das capturas, 7 milhões de euros. O histórico, que me apercebi, é o melhor ano de sempre do ponto de vista dos rendimentos das nossas embarcações em águas madeirenses.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: A necessidade de continuar a diligenciar junto das associações e sindicatos os contratos de trabalho de forma a garantir um rendimento fixo aos

Horta, quarta-feira, 6 de setembro de 2017

nossos pescadores; a contínua aposta na formação profissional, permitindo a entrada de jovens na atividade da pesca e valorizando os nossos profissionais; muito importante a formação através da Rede Valorizar, que permite aos interessados a obtenção da escolaridade obrigatória, conferindo-lhes, posteriormente, o acesso à carta de mestrança de embarcação ou arrais de pesca, conforme já ocorreu na ilha Terceira.

Conforme referido pelo meu colega José Ávila, uma distribuição mais equitativa dos rendimentos, relatado nas diferentes visitas que fizemos pelas nove ilhas dos Açores, relatado na comunidade piscatória de Rabo de Peixe, de forma a que os ganhos obtidos nas capturas de pescado sejam justamente distribuídos pelos pescadores. As atividades emergentes da economia do mar, associadas à pesca, que têm criado alternativas de rendimento, como a pesca de turismo e como os projetos de aquacultura, que estão a potenciar os Açores e a sua economia.

Depois, relativamente a outras intervenções, nomeadamente à intervenção da Deputada Catarina Cabeceiras, quando diz, de facto, que os pescadores eram apologistas ou pretendiam uma paragem biológica. Portanto, não foi isso que constatámos nas diferentes visitas que fizemos nas nove ilhas dos Açores, o que os pescadores pretendem é pescar...

Deputada Graça Silveira (CDS/PP): Levou-se dez anos a implementar isso com o apoio dos pescadores!

O Orador: Portanto, o que os pescadores pretendem é pescar e, obviamente, compete à região criar mecanismos, instrumentos e ferramentas para que isso seja possível, tal como aconteceu, agora, com a cota de goraz, com a distribuição da cota de goraz. Consegue provar-se...

Portanto, isso não corresponde à verdade.

Deputada Graça Silveira (CDS/PP): Os pescadores não querem paragem, querem pescar!

O Orador: Finalizando,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Tem de haver coragem de se assumir a

paragem biológica! Para se assumir isso, é preciso ter coragem!

O Orador: O senhor, se me deixar...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Sr. Deputado Mário Tomé, pode continuar.

O Orador: ... só para dizer que o setor das pescas é um setor fundamental para

a economia dos Açores, o Governo Regional dos Açores tem criado

instrumentos e ferramentas para potenciar e que torne possível os pescadores

exercerem a pesca, associando a sustentabilidade dos recursos aos rendimentos.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, obviamente, associa-se a esta

situação, sempre com a preocupação comum de melhorar as condições de

trabalho dos nossos profissionais, de forma a que eles possam ter um

rendimento adequado à profissão que exercem.

Muito obrigado.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

De momento, a Mesa não tem inscrições.

(Pausa)

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (Gui Menezes): Depois

de uma série de intervenções que foram sendo feitas e que enriquecem,

naturalmente, o debate sobre este setor, eu chego à conclusão que, por parte dos

partidos da oposição, infelizmente, não há muitas propostas para resolver os problemas...

Deputado Luís Rendeiro (*PSD*): Há um partido que faz um requerimento ao Governo a pedir um estudo, não acha que é uma proposta?

O Orador: ... que dizem que a pesca tem.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Quer que a gente faça o seu trabalho, é?

O Orador: Não. A responsabilidade de qualquer partido também é apresentar medidas e propostas e soluções e eu isso não vejo. Não vejo, de facto, acontecer.

Eu relação à Sra. Deputada Zuraida Soares, o final da minha intervenção, a interpretação que deu não era essa, mas deixe-me também dizer-lhe uma coisa, que me ofende particularmente o que eu acabo de ler aqui, num comunicado do Bloco de Esquerda, em que diz, e eu vou ler, "Esta prática ilegal e injusta de sonegar aos pescadores o direito e a dignidade de terem um contrato de trabalho, como qualquer outro profissional, vai-se mantendo porque também a gestão da pobreza pode dar ganhos políticos".

Olhe, Sra. Deputada, isto é uma frase ofensiva,...

Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito bem!

O Orador: ... depois, de todo o meu discurso...

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... em favor e na defesa dos pescadores pela sua dignidade, uma frase destas, em que nós fazemos aproveitamento da pobreza para tirar dividendos políticos, eu julgo que não lhe fica bem e reitero aqui também a minha admiração por si, mas é...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos

Parlamentares (Berto Messias): Muito bem!

Deputada Zuraida Soares (BE): É uma afirmação política!

O Orador: ... uma frase que me entristece, vinda de si, porque é contrário àquilo tudo que eu penso e que este Governo pensa.

(Aplausos dos Deputados do PS e dos Membros do Governo)

Deputado José San-Bento (PS): A senhora escreve uma coisa e diz outra!

O Orador: Eu não vou enumerar, são muitas as questões, eu não vou ter tempo para tudo, eu não vou enumerar alguns números, mas posso, por exemplo, corrigi-la num dos números que disse em relação ao número de pescadores. Os números de pescadores, nos Açores, não são 3000, são 2640, cerca desse valor. E, depois, haveria aqui mais algumas notas.

Como eu disse também no meu discurso, a questão do aumento do chicharro diário também não foi um ato eleitoralista, não era esse o pensamento, era, de facto, proporcionar a estes pescadores, numa altura em que há um afluxo de pessoas muito grande aos Açores e principalmente à ilha de São Miguel, era uma forma de aumentar a procura, portanto, a procura aumentou, com certeza, e aumentar a oferta.

Em relação a algumas das questões colocadas pela Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, algumas delas já foram respondidas. Uma muito concreta e que me pediram para responder e eu respondo com toda a clareza, em relação ao entreposto de Velas, já o disse também no meu discurso, houve cinco propostas, estão a ser avaliadas e contamos iniciar essa obra, se for possível, ainda este ano.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não é se for possível, tem de ser!

Horta, quarta-feira, 6 de setembro de 2017

O Orador: Depois das avaliações, com certeza que se vai fazer a adjudicação da obra.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Leia o Plano e o Orçamento!

O Orador: A Sra. Deputada Catarina, penso que tem andado pouco pelo porto de Velas de São Jorge,...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP): É noutro mundo!

O Orador: ... talvez tenha conversado pouco com os pescadores.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É isso mesmo!!

O Orador: A ilha de São Jorge está a ter rendimentos muito interessantes. Tanto são interessantes que grande parte da maioria dos pescadores de São Jorge nem estão a ir capturar o goraz, porque estão a encontrar noutras espécies formas de rendimento mais elevado e o goraz, em São Jorge, existe. Portanto, eles ainda têm aqui, até ao fim do ano, ainda têm...

Mas em relação àquilo que disse da gestão de ilha, e eu aí vou dizer que estou de acordo consigo, eu acho que cada vez mais temos que caminhar para uma gestão de ilha e já houve várias medidas,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Está numa proposta!

O Orador: ... ao longo destes anos, que caminham um pouco para aí, desde logo, a não utilização do palanque de fundo, dentro das três milhas de cada uma das ilhas; em relação às armadilhas de outras ilhas, não podem ser utilizadas noutras ilhas.

E estamos, naturalmente, a preparar outras medidas para realmente conseguirmos...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP): Para quando?

O Orador: Para breve.

Isto deve-se em relação e tem a ver em relação, por exemplo, à utilização das linhas de mão por embarcações de outras ilhas, dentro das três milhas das costas de outras ilhas.

Estão a ser preparadas essas medidas e são, a seu tempo, também debatidas com o setor.

Em relação ao Sr. Deputado Luís Garcia, pois, não há aqui propriamente nenhuma pergunta concreta, há uma avaliação que é feita sobre o desempenho, se quisermos assim, dos governos que têm tido a tutela das pescas e dos secretários que têm passado.

Eu expliquei bem no meu discurso que houve aqui uma sequência de situações e que o último relatório de diagnóstico já está concluído, é um relatório interno e que nos serve...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Interno?!

Deputado Luís Garcia (PSD): É interno, mas já solicitámos, Sr. Secretário!

O Orador: ... para reforçar algumas das medidas que temos.

Mas eu posso dizer-lhe em relação ao "Melhor pesca, mais rendimento": vamos, por exemplo, "Medidas para aumentar a abundância e disponibilidade dos recursos marinhos", estamos a criar mais algumas áreas marinhas protegidas, continuamos a apoiar, como medidas que lá estavam, a investigação, divulgação do conhecimento científico; aumentar a fiscalização das pescas, também já foram medidas que tiveram; promover a criação; estimular a entrada de mais compradores; encontrar alternativas para a primeira venda; valorização dos pescado. Tudo isso são, com a marcação do pescado, etc., medidas que algumas já foram concluídas e tiveram sucesso e outras estão a ser implementadas, como a marcação de pescado, por exemplo, a regulamentação da primeira venda, enfim, uma série de... A atribuição de forma mais criteriosa das autorizações de embarque, adequar a regulamentação do FUNDOPESCA, apoiar a diversificação de atividades, etc..

O Sr. Deputado João Corvelo também não fez pergunta nenhuma concreta, andou um pouco a divagar sem nenhuma questão muito concreta, portanto, eu não tenho, não apontei, pelo menos, nenhuma questão aqui.

Em relação à Dra. Zuraida Soares, e vou voltar à Dra. Zuraida Soares, porque foi a que submeteu este assunto (Deputada Zuraida Soares, peço desculpa!).

De facto, a Sra. Deputada utiliza aqui, como já foi referido, uma habilidade política, mas quem anda na pesca há alguns anos também percebe essas habilidades, que é pegarmos nos anos excecionais (o ano que pegou é um ano excecional) e a partir daí dizer que o resto dos anos são todos maus.

Deputada Zuraida Soares (BE): E alguma razão há de haver! A questão é, qual é a razão?

O Orador: Eu devo dizer-lhe que os Açores, e em relação aos recursos que tem e à sua frota, nos Açores, não podemos pensar em que tenhamos capacidade ou que tenhamos recursos superiores a cerca de 12 mil toneladas por ano, é aquilo, em média, que os Açores podem retirar.

Também olhando para esses valores, Sra. Deputada, é natural que o atum tenha uma grande influência nesses resultados.

Em relação ao estado dos recursos, o que eu lhe posso dizer é o seguinte. Que tem havido uma redução de marés, e isto significa que, isto também um pouco na sequência da gestão da cota do goraz, também tem havido uma redução do esforço de pesca no mar. Sendo uma pesca multiespecífica, quando se restringe um pouco a pesca do goraz, ao longo do ano, também se está automaticamente a reduzir um pouco o esforço de pesca sobre as outras espécies e, portanto, sendo uma pesca multiespecífica, isso acontece.

Portanto, estamos a atingir os objetivos que queríamos, ou seja, nós temos consciência que os nossos recursos não são infinitos e são poucos, e temos é que valorizá-los, e é isso que está a acontecer, por exemplo, com o goraz e com muitas outras espécies, como já foi aqui referido, além das medidas que já tomámos, tamanhos mínimos, etc..

Eu quero também relembrar aqui que, em relação ao aconselhamento científico, o goraz é daquelas espécies que é avaliada do ponto de vista científico ao nível

do [impercetível], com dados, naturalmente, que os vários países aportam a

esses grupos de trabalho. E o que aconteceu, ao longo dos anos, foi que, de

facto, houve uma perceção, houve uma avaliação e o recurso tinha diminuído.

Em 2014/2015, nós não tínhamos bem essa perceção, nos Açores, porque não

houve a campanha de demersais. Em 2016, quando surge a campanha de

demersais,...

Deputado Luís Garcia (*PSD*): E por que é que não houve?

O Orador: ... nota-se que a campanha, nota-se que o recurso aumentou e muito

e daí que, felizmente, conseguimos manter a cota do goraz e vamos, com

certeza, não sabemos ainda, se continuarmos assim, provavelmente aumentar

mais um pouco esta cota.

Quanto ao combate à fuga à lota, eu também já referi que, na sequência do tal

documento interno de diagnóstico que elaborámos, já está elaborado também

um plano de ação de controlo da pesca. Eu devo dizer que é um plano que

contém cerca de 65 medidas e que vai ser um plano verdadeiramente para

combater este flagelo, que eu considero também um problema. A fuga à lota é

um problema que nós temos todos que combater e vamos combatê-lo com todas

as nossas forças, dentro daquilo que for possível.

Quanto ao atum, não poderei dizer mais nada, porque também não depende de

nós. Agora, quero relembrar que tem sido público e notório, além do evento que

vamos organizar, que eu julgo que vai ser muito importante, as diligências que

temos feito junto das associações, onde temos que fazer estas diligências de

pugnar por uma diminuição drástica dos concentradores de atum na costa

africana e a abertura de corredores de passagem, sem esses dispositivos, para

ver quais são as consequências, pelo menos, do efeito que isso tem nas nossas

pescas.

Muito obrigado.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

63

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental. Vamos interromper para o almoço, mas vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor de anunciar os tempos restantes. Pedia também a vossa atenção.

Secretário: O Governo Regional dispõe de 3 minutos e 37 segundos; o Partido Socialista de 9 minutos e 38 segundos; o PSD de 12 minutos e 38 segundos; o CDS de 6 minutos e 30 segundos; o Bloco de Esquerda de 5 minutos e 39 segundos; o PCP de 1 minuto e 46 segundos; o PPM ainda não utilizou tempo, portanto, dispõe dos 10 minutos.

Presidente: Obrigada, então.

Bom almoço. Regressamos às 15h.

Eram 12 horas 43 minutos.

Presidente: [Corte na gravação], nomeadamente ao debate de urgência sobre as pescas.

Eram 15 horas 06 minutos.

(Após o intervalo, a Deputada Bárbara Chaves reocupa o seu lugar na Mesa)

A Mesa tinha a inscrição do Sr. Deputado Luís Garcia.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado Luís Garcia (*PSD*): Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

XI Legislatura

Volto a este debate com uma preocupação que quero, aqui, deixar registada, porque o discurso, designadamente do Sr. Secretário Regional e do Partido Socialista de que, afinal, já não há problemas com os nossos recursos, que os recursos estão em franca recuperação, que há recursos que aumentaram e muito, é uma mensagem e um discurso perigosos, que não pode passar neste debate sem o devido alerta e sem o devido registo, porque não corresponde à verdade. E isso poder-nos-á levar a mais um cenário rosa de descentrar as nossas atenções daquilo que é essencial nas pescas: a sustentabilidade dos nossos recursos. Esse é um problema que nós temos, que devemos enfrentá-lo, que não devemos esconder e que não devemos ter medo de falar no assunto. Este é, na perspetiva do PSD, inclusivamente, o investimento central das nossas pescas nos Açores, garantir a sustentabilidade dos nossos recursos.

E eu recordo também que ainda, não há cerca de um ano, esta Assembleia, proposta por todos os partidos da oposição e também com o apoio do Partido Socialista, aprovou uma recomendação em que admitia esse problema, uma recomendação que (n.º 8/2016) tinha como título, "Garantir a sustentabilidade e os rendimentos da pesca" e que no seu ponto número 1 dizia o seguinte, "A Assembleia recomenda ao Governo:...", ponto número 1, "...defina e implemente, em articulação com a Universidade dos Açores e com o setor, um plano de salvaguarda para as principais espécies demersais costeiras dos Açores, que procure a sua sustentabilidade, a adequação da frota de pesca aos recursos marinhos disponíveis e, simultaneamente, assegure o rendimento da pesca". Ou seja, isso foi há pouco mais de um ano e nós sabemos que isto, em termos biológicos, e as coisas não evoluem dessa maneira e não podemos passar um discurso em que tínhamos problemas graves para um discurso absolutamente cor-de-rosa, porque, afinal, os recursos estão a aumentar.

Por outro lado, também, e também já foi aqui referido que, em fevereiro de 2016, a Universidade dos Açores, através do Sr. Professor, investigador Gui

Horta, quarta-feira, 6 de setembro de 2017

Menezes, alertava também para esse problema. Dizia que "o esforço de pesca na região está a atingir níveis preocupantes, eu acho que já estamos a atingir níveis preocupantes em algumas espécies, como o goraz, o congro e o boca negra, que são, talvez, as mais críticas". Portanto, reconheceu esta Assembleia, reconheceu a Universidade dos Açores que nós tínhamos esse problema.

Ainda há menos tempo dizia um outro investigador da Universidade dos Açores, o investigador João Pedro Barreiros, que "os estudos científicos estão feitos, mas os governantes insistem em não seguir as recomendações dos investigadores. Desde 2015 que estou extremamente preocupado com a forma como os stocks estão a reagir", disse sublinhando que alguns stocks estão num estado calamitoso. Isto em 2015, em 2016, e, portanto, vir, agora, aqui, dizer que nós não temos, de facto, problemas de stocks é muito grave e não pode passar esta mensagem, porque é uma mensagem errada que nós estamos a transmitir aos nossos pescadores...

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (Gui Menezes): Eu não disse isso!

O Orador: ... e que não corresponde à verdade. E não corresponde à verdade porque o Sr. Secretário, melhor do que eu e melhor do que muitos dos Srs. Deputados, sabe que do ponto de vista biológico a recuperação das espécies não se faz com essa rapidez com que os senhores estão a querer fazer passar nos seus discursos.

Deputado João Costa (PS): Qual é a rapidez?

O Orador: E eu não sei o que é que aconteceu neste ano, provavelmente tudo isto acelerou porque o investigador Gui Menezes foi nomeado Secretário Regional e, provavelmente, fez o milagre da multiplicação dos peixes e, de um momento para o outro, deixámos de ter problemas nos nossos recursos e isso não é, infelizmente, assim com essa rapidez.

II Sessão Legislativa

Há uma outra ideia de que estamos a pescar menos e a ganhar mais e que o preço médio está a aumentar nos Açores, em todas as espécies.

Eu queria e fui procurar alguns preços médios de algumas espécies, designadamente de uma espécie que muito contribui para o rendimento dos nossos pescadores, o goraz, que, em 2007, dados do Serviço Regional de Estatística, 2007, o preço médio do goraz era 14,76 euros por quilo; em 2015, foram 13,52 euros; em 2016, essa espécie foi 12,13 euros. Portanto, numa espécie que é essencial para o rendimento, esse preço médio não se verifica e estou a citar esses 12,13 euros com dados do próprio Gabinete do Secretário Regional das Pescas. Preço médio da espécie goraz, em 2016, 12,13, quando, em 2007, tinha sido 14,76 e, em 2015, tinha sido 13,52, e em São Miguel, onde nós, curiosamente, temos graves problemas com os rendimentos dos pescadores, é das ilhas onde o preço médio é mais baixo e, em 2016, foi 10,32 euros.

Portanto, essa conversa do preço médio que está a subir em todas as espécies não me parece que se esteja a verificar em todas as espécies e especialmente em algumas espécies que são essenciais para o nosso rendimento.

Depois, Sras. e Srs. Deputados, o anormal seria o contrário, ou seja, se nós temos menos oferta, é natural que o preço suba. Se fosse ao contrário, isto é a mais elementar lei da oferta e da procura: a oferta diminui, o preço aumenta, é a evolução natural.

Mas eu queria também alertar para dois problemas desse aumento do preço médio.

Em primeiro lugar, se há, efetivamente, esse aumento do preço médio e se há, por essa via, um aumento dos rendimentos, há aqui, claramente, um problema de distribuição dos rendimentos. Ou seja, se esse preço médio está a aumentar, se estão a aumentar os rendimentos, esses rendimentos não estão a chegar à maioria dos nossos pescadores.

Em segundo lugar, esse aumento de preço médio em algumas espécies também está a transformar os preços do peixe em preços absolutamente proibitivos para o normal do consumidor...

Deputado José Ávila (PS): Então como é que se faz?

O Orador: ... e nós não vemos e vemos os... Porque valorizar o nosso peixe é também criar as condições para que esse peixe seja mais consumido pelos açorianos, seja consumido nas nossas cantinas escolares, seja consumido nas nossas creches, nos nossos jardins de infância,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Se existirem!

O Orador: ... seja consumido nos nossos hospitais e seja, desde logo, consumido e oferecido aos nossos turistas e, muitas vezes, isso não acontece. Portanto, valorizar e criar condições para que isso aconteça também é uma obrigação do Governo, porque o que nós vamos vendo e ouvindo é que os açorianos são os portugueses que menos consomem peixe em todo o país e essa realidade também nós não queremos.

Uma palavra também, e final, para a questão da propositura do PSD, que o Sr. Deputado José Ávila fez o favor de nos vir dizer: que o PSD propunha uma alteração da política regional de pescas. Enganou-se, Sr. Deputado, o PSD não propõe uma alteração. Eu não sei onde é que o senhor foi ver isso, mas eu vou dizer-lhe o que é que o PSD propõe. O que o PSD propõe não é uma alteração, é a definição de uma política regional de pescas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ora bem!

Deputado José Ávila (PS): Está escrito!

O Orador: Porque ela não existe.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Muito bem!

O Orador: Ela não existe, Sr. Deputado, esse é que é o nosso problema. Nós andamos aqui com relatórios e mais relatórios e medidas a avulso e não há um

Número: 31

plano orientador das nossas pescas e, portanto, nós precisamos é da definição de uma política regional de pescas.

Depois, dizer que o PSD propunha a questão da pesca de turismo. Ao Sr. Deputado, eu ainda sou do tempo, e não sou muito velho, em que nós falávamos aqui da pesca de turismo...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O senhor já está velhinho!

O Orador: Já estou velhinho!

... e os senhores riam-se.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Diziam, "Lá os nossos pescadores querem os turistas nos seus barcos", "Ah! Os turistas vão é atrapalhar os nossos pescadores!". Eu ouvi já isto nesta Assembleia vindo dessas duas bancadas...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade! Bem lembrado!

O Orador: ... e agora os senhores defendem a pesca de turismo.

Aquacultura. Há quantos anos nós falamos em aquacultura?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade! Até se riram!

O Orador: Todos os anos, verbas inscritas nos planos, desde 2009, nós tivemos 15 milhões de euros inscritos para a aquacultura em planos e, portanto, parece que é agora que, finalmente, nós vamos ter a aquacultura.

Diz o Sr. Deputado que nós propomos mais formação. Propomos, Sr. Deputado, e o senhor sabe tão bem quanto eu que uma das grandes necessidades do setor é mais formação para dignificar esta formação. Portanto, nós propomos, de facto, mais formação para este setor.

Portanto, a nossa capacidade de propositura está aqui. Nós, nos Planos e Orçamentos, temos feito propostas de alteração neste setor, nós fomos coautores de uma proposta estruturante para se elaborar planos de salvaguarda para as nossas espécies demersais,...

Deputado André Bradford (PS): O senhor não quer mais planos!

O Orador: ... nós fomos coautores da alteração do FUNDOPESCA, que possibilitou a sua utilização, desde logo, abriu portas para que se utilize o FUNDOPESCA, desde que suficientemente dotado para a preservação dos recursos.

Portanto, nós temos estado aqui a propor para tentar também melhorar as condições deste setor.

E, Sr. Deputado José Ávila, mesmo a terminar, nós não somos contra os estudos, agora, o que nós somos contra é que se passe o tempo todo em estudos em relatórios e que nunca cheguemos à fase da implementação das medidas e das políticas e é isto que é preciso, é nós passarmos desses estudos e desses relatórios que agora o Sr. Secretário diz que o relatório interno... Oh, Sr. Secretário, eu não resisto a deixar-lhe também esta questão. É que o senhor diz que o relatório interno, que nós já requeremos e também queremos conhecê-lo, mas o relatório interno foi feito depois de um relatório que o famoso grupo de trabalho do qual o senhor fez parte também já tinha sido elaborado. Qual foi o problema, qual foi a necessidade de se elaborar um segundo relatório? O relatório do grupo de trabalho não serviu? Não estava de acordo com a realidade?

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (Gui Menezes): Eu já expliquei!

O Orador: Foi preciso os serviços internos da Secretaria realizarem um novo relatório? Qual foi o problema com o primeiro relatório? Não respeitava a realidade, não tinham medidas que pudessem ser implementadas? As pessoas que elaboraram esse relatório não estavam por dentro da realidade do setor? Isso também é preciso passar a ideia, é preciso esclarecer, para que não se passe a ideia de que o primeiro relatório desse grupo de trabalho, aparentemente, não serviu para nada, porque foi-se logo a seguir fazer um relatório interno pelos serviços da Secretaria.

Portanto, não somos contra os relatórios, não somos contra os estudos, o que nós queremos é que elaborem relatórios e estudos que sejam consequentes e, portanto, que eles tragam medidas e políticas que consigam inverter este ciclo de empobrecimento e de declínio das nossas pescas nos Açores.

Deputados João Bruto da Costa e Jaime Vieira (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O PSD esgotou o seu tempo para este debate.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares** (BE): Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia, deixe-me dizer-lhe que registo, registamos, no Bloco de Esquerda, a sua indignação pela expressão "aproveitamento político da pobreza". Faço esse registo com gosto, mas a verdade, Sr. Secretário Regional, é que, se ela não existe, parece que existe. E, nesse sentido, para não correr o risco de fugir ao âmbito deste debate e ser, com certeza, chamada à atenção pela Sra. Presidente da Assembleia, faço-lhe só uma sugestão: faça uma análise, Sr. Secretário Regional, da gestão do pagamento do FUNDOPESCA, ano a ano, nos últimos dez anos, e junte a sua indignação à nossa pela gestão política da pobreza,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ora bem! Apoiado!

A Oradora: ... porque aí estamos de acordo, Sr. Secretário Regional.

Depois, ainda, Sr. Secretário Regional, eu estou e o Bloco de Esquerda está ligeiramente perdido...

(Apartes inaudíveis da câmara)

A Oradora: Estava eu a dizer que nós estamos ligeiramente perdidos na cronologia da identificação dos problemas ou não ao nível dos nossos recursos piscícolas.

A ver se eu entendi bem aquilo que o Sr. Secretário Regional disse e se estou a fazer uma leitura correta e isenta daquilo que os documentos dizem.

Em fevereiro de 2012, o Partido Socialista, através do seu relatório de interesse regional sobre as pescas, dizia o seguinte, na nossa região, e vou citar: "Os recursos dos nossos mares são frágeis e, como tal, finitos, pelo que, havendo uma exploração intensiva, como a verificada atualmente, podemos pôr em risco a sustentabilidade do setor e a existência de algumas espécies". Atualmente, 2012 e para trás, presumo eu, porque a data deste relatório é de fevereiro de 2012. E ainda acrescentava: "A preocupação com a preservação do ambiente e com os recursos naturais associada às recentes oscilações registadas nas capturas obrigam a uma reflexão aprofundada sobre as questões ligadas à gestão dos stocks piscícolas". Não duvido!

A seguir, estamos em fevereiro de 2012, o Sr. Secretário Regional disse, na sua última intervenção, respondendo gentilmente a algumas das perguntas que o Bloco de Esquerda lhe levantou, que, em 2014, houve uma reposição significativa dos nossos recursos piscícolas. Penso que ouvi bem e que não estou a tresler. Pronto. 2014. Em fevereiro de 2016, o Sr. Secretário Regional, vou poupá-lo a repetir aquilo que já aqui li, diz que há um problema na nossa região com algumas espécies, como o goraz, o congro, o boca negra, são os mais críticos, mas há outros, e, portanto, há que tomar medidas e reverter políticas. Em fevereiro de 2016. Em março de 2016, Sr. Secretário Regional, o Presidente do Governo Regional reconheceu que o valor do pescado vendido em lota aumentou, no ano transato, portanto, naquela altura, em 2015, mas que, ressalvou, e agora cito o Sr. Presidente, "é apenas uma aparência, pois houve

XI Legislatura

uma quebra muito significativa de quantidades, além de que o executivo não pode ignorar alertas que vão sendo dados, nomeadamente por parte da comunidade científica em relação à situação dos stocks de algumas espécies". Marco de 2016. Chegámos a outubro de 2017, Sr. Secretário Regional, e o Governo Regional, através do Sr. Secretário, e a bancada do Partido Socialista e, portanto, o Governo Regional no seu todo, diz que não se passa nada. Sr. Secretário Regional, ensine alguém que não é nem cientista nem investigador e, sobretudo, desconhece os tais estudos que fundamentam as opções políticas do Governo, porque, na realidade, nós desconhecemo-lo, essa é uma questão, o Sr. Secretário Regional fez questão de responder a quase todas as minhas perguntas, mas esta ainda não respondeu, onde é que eles estão? Como é que nós podemos chegar até eles, para perceber de as opções políticas, se "bate a bota com a perdigota"? Portanto, ajude-me e ajude o Bloco de Esquerda e, provavelmente, ajude os açorianos e açorianas a entenderem-se nesta cronologia em que num ano está tudo bem, não se passa nada, no ano seguinte há problemas, temos que reverter políticas, a seguir voltamos, está tudo bem, não se passa nada, e no ano seguinte está tudo outra vez mal. Nós não podemos continuar assim, Sr. Secretário Regional, nós não podemos, em nome da nossa economia, em nome do nosso desenvolvimento...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Nós nunca tivemos essa postura! Nós nunca dissemos isso!

A Oradora: ... e, sobretudo, em nome da tal dignidade dos profissionais da pesca, que começa nos pescadores e acaba nos comerciantes. Não podemos continuar assim e, portanto, ajude-me a perceber este ziguezague de que eu falei na primeira intervenção.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): A senhora não ouviu nada do que foi dito!

II Sessão Legislativa

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Informo que o Bloco de Esquerda também esgotou o seu tempo.

Sr. Deputado José Ávila, tem agora a palavra.

(*) **Deputado José Ávila** (PS): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs.

Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu adaptei aqui uma citação de um escritor espanhol que diz que há três tipos de organizações.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Tem que dizer o nome do autor!

O Orador: Max Aub.

As que contam a sua história, as que não a contam e também as que não a têm.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Relativamente às pescas, o Partido Socialista tem a sua história, tem trabalho feito, que muito nos honra.

Nesta história, consta quase tudo o que era preciso fazer nas pescas, desde a dignificação da profissão, passando pelas condições de trabalho e pela construção de infraestruturas de apoio, inexistentes no passado, até à criação de condições técnicas para incrementar a valorização de pescado.

Foram precisos anos, muito investimento e, sobretudo, vontade política para erguer um setor que era esquecido, enfraquecido e sem perspetivas de futuro. Mas apesar desta enorme tarefa e desta constatação inegável, isto não nos impede de ver e reconhecer que temos problemas no setor,...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... que o setor tem atravessado problemas nos últimos anos.

Deputado Francisco César (PS): Atenção!

O Orador: Eu fico admirado, mais uma vez, de alguns deputados virem aqui, nomeadamente a Sra. Deputada Zuraida Soares e o Sr. Deputado Luís Garcia com este documento, que é o relatório de pescas dos Açores, que foi feito pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista e apresentado nesta casa em 2012.

Número: 31

Sempre que falam neste documento, falam em tom depreciativo, relativamente ao Governo. O Partido Socialista recomenda, mas que o Governo não conseguiu concretizar nem acatou. Não é verdade. Eu já disse que das 30 recomendações que aqui estão, 23 já estão acatadas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Então por que é que estamos a discutir?

O Orador: Eu receio que, a partir daqui, nunca mais, nesta casa, a oposição faça um elogio a este trabalho, é porque havia a ideia de que, de facto, o Governo não tinha cumprido. Porque, se bem me lembro, a Sra. Deputada Zuraida Soares dizia que estava tudo aqui e que bastava o Governo seguir o que aqui estava que tínhamos os problemas da pesca resolvidos. Não é bem assim.

Deputada Zuraida Soares (BE): Publicamente!

O Orador: Como deve ter percebido, não é bem assim.

Agora, receio que nunca mais se fale neste relatório, porque...

Deputada Zuraida Soares (BE): Não receie, Sr. Deputado!

O Orador: ... já estão as medidas acatadas.

A Sra. Deputada Zuraida Soares também ficou preocupada porque disse que havendo já esta situação do Governo ter acatado todas estas recomendações que, afinal, estávamos pior do que a senhora pensava.

Deputada Zuraida Soares (BE): Trinta e três, não são todas!

O Orador: Eu digo, Sra. Deputada, isso não é verdade, porque se os governos não tivessem agido da maneira que agiram, se calhar estávamos numa situação muito pior do que estamos agora.

Deputada Zuraida Soares (BE): Disso não há nenhuma dúvida!

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Sr. Deputado Luís Garcia, eu tenho muita pena, mas os números são isso mesmo. Quando os números são maus, temos que trazê-los aqui e dizer sem problema nenhum que são números maus, e já o dissemos no passado, e

Número: 31

isso não é novidade nenhuma. Todos os partidos têm feito isso, sobretudo os partidos da oposição, como é mais lógico, e ressalvam muito sempre os números negativos e eu notei que, neste Plenário e nesta discussão, houve uma tentativa de tentar utilizar os segmentos de números que eram mais favoráveis à oposição.

Mas o facto é que os números este ano estão melhores do que o ano passado e nós temos que falar neles.

Deputado Luís Garcia (PSD): Não estão!

O Orador: Quando estão maus, temos que falar, mas quando estão melhores do que os do ano passado, temos que falar na mesma, Sr. Deputado. É preciso ter coragem para fazer isso.

Vozes de alguns Deputados do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Por muito que custe, como é evidente. Por muito que custe, tem de ser assim.

Sr. Deputado Luís Garcia, relativamente ao goraz, o Sr. Deputado talvez não ouviu bem os números que o Sr. Secretário disse. O goraz, o preço médio do goraz evoluiu desde 2013 e eu vou passar a ler-lhe, para o senhor não se esquecer: 7.48, em 2013; 7.79, em 2014; 8.03, em 2015; 10.75, em 2014 e 13.28, em 2017.

Deputado Luís Garcia (PSD): Esses não são os dados que estão publicados!

O Orador: Portanto, Sr. Deputado, o que o senhor disse não corresponde aos números que nós temos e que são os números oficiais.

Como sabem,...

(Aparte inaudível do Deputado André Bradford)

O Orador: ... o Sr. Deputado Luís Garcia diz que o PSD não propunha nada, mas não é verdade, Sr. Deputado. Há uma nota de imprensa, depois de uma visita a uma determinada porto, eu acho, até, que foi o seu líder do partido, não tenho bem a certeza, mas suponho que foi o líder do partido que disse que o PSD, e eu citei, entre aspas, "uma alteração profunda na política de pescas para corrigir erros e falhanços", e nessa nota tem aquelas premissas que eu falei. Eu não inventei isto. Isto foi o PSD que disse, o que quer dizer que o PSD...

(Aparte inaudível da câmara)

O Orador: Não! Oh, Sr. Deputado, isto quer dizer que o PSD anda a prometer aquilo que está a ser feito, o que é muito triste para um partido proponente como o PSD é, deve ser.

Sr. Deputado, mas, como sabem...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Há uma ausência notada neste debate, o Sr. Deputado Jaime Vieira!

O Orador: ... ou pelo menos deviam saber, estivemos sempre com os pescadores em todas as horas, nas boas e nas más, nunca vamos abdicar desta premissa, que consideramos ser uma obrigação nossa, que estamos e queremos continuar a cumprir.

O Governo tem feito um bom trabalho neste setor, nunca virando a cara às dificuldades e não abdicando de procurar soluções para os problemas, que, apesar de complexos, são, têm merecido a melhor atenção por parte dos intervenientes, não só a Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia, mas também dos parceiros.

Número: 31

O novo modelo de gestão do goraz, o aumento do tamanho mínimo desta espécie é luta pela redução dos mecanismos agregadores de pescado por embarcação, que foi uma vitória que conseguimos na Europa, o aumento do limite das capturas do chicharro, a utilização do gasóleo colorido nas viaturas dos armadores, por forma a baixar os custos de contexto, a manutenção das reservas, entre outros, a criação de novas são bons exemplos que provam que conjugando esforços entre a produção e os responsáveis políticos podemos fazer mais e melhor.

A par deste esforço, há que contar com a participação ativa e dinâmica do setor cooperativo e privado, que tem lançado produtos inovadores e que, em última análise, tem contribuído para a valorização do pescado, a partir da primeira venda.

Quem nos dera que fosse assim com todos, mas, infelizmente, não podemos contar com todos.

Nestes processos lamentamos o que tem feito o PSD, e eu estou a falar aqui, estou a referir isto porque, durante esta caminhada até à discussão deste tema, neste Plenário, foram promovidas muitas reuniões, os partidos todos fizeram isso, é o seu dever, fizeram trabalhos com o setor e eu queria ressalvar aqui o que fez o PSD, porque é importante, porque o PSD, neste momento, é o principal partido da oposição, porque quando as coisas estão a correr bem, e estou a lembrar-me do ano de 2010, que foi o melhor ano de sempre nas capturas de pescado, na região, o PSD fez-se de partido morto, portanto, não diziam nada sobre este assunto, mas quando as coisas correm mal, fazem de partido que tudo promete.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Se o primeiro é mau porque parece nada querer, não sabe de nada, nem sequer coloca as pescas nas suas prioridades programáticas, como nós sabemos que aconteceu nas eleições de 2016, o segundo não é melhor, porque é

um partido que vive e faz viver os outros de ilusões. O PSD, sobre as pescas,

passou de um partido morto para um partido que tudo promete, assim de

repente, esperançado, com toda a certeza, de poder ganhar uns votos aqui e

outros ali. Ainda por cima, afirma que, no caso das pescas, está do lado da

sociedade civil, que esta também é importante referir. É por isso que não

percebemos como é que um partido que tem insistido na paragem biológica,

quando a quase totalidade dos pescadores e armadores está contra esta

medida,...

Deputada Sónia Nicolau (PS): É verdade!

O Orador: ... que é apelativa, que é apetecível, que até é popular, com toda a

certeza, porque ninguém é indiferente ao aceno do dinheiro e ao gesto de atirar

dinheiro para os problemas, mas colocaria toda a fileira em causa, arrastava

empresas para a falência, colocava a gestão das cotas na mão de terceiros e,

segundo os especialistas,...

Deputado Manuel Pereira (PS): Muito bem!

O Orador: ... não resolvia rigorosamente nada relativamente à abundância dos

recursos.

Deputado Luís Garcia (PSD): O senhor guardou isso para o final do debate!

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Recordando a citação com que iniciei esta intervenção, por vezes, é

melhor não ter história do que ter uma má história.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

79

II Sessão Legislativa

XI Legislatura Número: 31

Horta, quarta-feira, 6 de setembro de 2017

O PS também esgotou o seu tempo para este debate e, de momento, a Mesa não

tem inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (PPM): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Devo dizer, em relação a este tema que o Bloco de Esquerda aqui trouxe, a este

Plenário, que, evidentemente, da parte do PPM, nós consideramos que este é

um debate que se repete nas suas temáticas, nas posições que aqui são

avançadas por parte dos diversos partidos e, evidentemente, também por parte

do Governo Regional.

Mas por que é que este debate é repetitivo? Este debate é um debate repetitivo

porque há muito que a situação das pescas e aquelas que são as suas

necessidades foram devidamente identificadas; identificadas pelos diversos

partidos e identificadas também até pelo próprio Partido Socialista. Mas o que

tem vindo a suceder é que estando identificados os problemas e também

estando devidamente identificadas as estratégias que permitiriam modernizar e

superar parte das dificuldades que enfrenta o setor, a verdade é que a questão

está sempre na execução, na não execução destas políticas ou numa execução

muito deficiente.

O que nós temos por parte do Partido Socialista, que governa há 21 anos, é o

seguinte histórico.

Temos, do ponto de vista das infraestruturas, quero reconhecer isso, um esforço

muito significativo do ponto de vista da melhoria das infraestruturas e da

multiplicação das infraestruturas que estão ao serviço do setor.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: Isto é verdade.

Não diga muito bem, porque a seguir vou dizer outras com que não irá

concordar.

80

XI Legislatura

Em relação às infraestruturas e à construção destas infraestruturas, eu penso que o resultado é um resultado em que existiu, de facto, progresso. Mas em relação a um dos maiores problemas do setor, como bem dizia a Sra. Deputada do Bloco de Esquerda, que tem a ver com a distribuição de recursos dentro de setor,...

Deputado André Bradford (PS): E nós próprios também dissemos!

Deputado Francisco Coelho (PS): Gosto é de vê-lo a elogiar a Revolução Francesa!

O Orador: ... a distribuição de recursos dentro do setor, aqui nada foi feito. Apesar de governar um partido que se diz socialista, do ponto de vista da ideologia, esta ideologia nas políticas práticas não apareceu, não há distribuição de riqueza. O que nós temos neste setor é a persistência de uma natureza quase medieval no âmbito da organização do sistema, da organização que aqui prevalece. Prevalece um sistema em que existem os servos da gleba, que são a grande parte, a esmagadora maioria da população, são servos da gleba.

Portanto, aqui, ainda estamos num período pré Revolução Francesa, ainda temos aqui círculos e predomínios, do ponto de vista do domínio social e do domínio do ponto de vista do setor que é algo que ainda não foi desmantelado e que tem, repito, uma natureza medieval. Poucos, alguns, os distribuidores e alguns armadores somam uma parte muito significativa da riqueza que é gerada pelo setor. Grande parte daqueles que trabalham neste setor não tem nada,...

Vozes de alguns Deputados do PS: Não é verdade!

O Orador: ... vivem em condições de pura sobrevivência, com dificuldades muito, mas muito significativas, e o Partido Socialista, que governa há 21 anos, que deveria já ter desmantelado este regime de servidão, não o conseguiu fazer e eu penso que, a partir de determinado momento, desistiu de o fazer. E a verdade é que, nesta matéria, os avanços que se registaram, ao longo destes 21 anos, não sucederam. E aqui há algo que é preciso fazer, aqui é preciso fazer, e

desculpem, de alguma forma, absorver a vossa carga ideológica, cumprir Abril, aqui, verdadeiramente, é necessário democratizar, é necessário dar dignidade às pessoas e os senhores ainda não tiveram a coragem. Não têm coragem de enfrentar estes senhores que dominam este setor e que ficam com grande parte da riqueza. Este é o primeiro ponto em que eu acho que os senhores falharam.

E aqui, se os senhores decidirem, alguma vez, romper com estas políticas, romper com este predomínio, romper com estas injustiças, se decidirem, alguma vez, enfrentar estes senhores, pois bem, o PPM estará ao vosso lado.

Deputado André Bradford (PS): Como é que ele se chama?

O Orador: E quero também aqui referir um segundo ponto.

Já lhe disse! São os armadores, alguns, e são os distribuidores, também, muito poucos, que ficam com grande parte das receitas que são geradas neste setor e isto nós temos que desmantelar com coragem e temos que distribuir a riqueza neste setor e é isso que eu acho que é fundamental e eu acho que este é um passivo da vossa governação. É a minha opinião.

Devo dizer também em relação a um segundo setor em que é preciso ter coragem política, é preciso ter coragem política e alguns dos partidos já aqui fizeram referência: a escassez de peixe. Os senhores já o reconheceram, por diversas situações, o Governo Regional também já o reconheceu, outros titulares da pasta já o fizeram. Pois bem, quando os senhores, e reconhecer isto não é nada, como os senhores estavam a dizer, popular para o setor. É preciso coragem para reconhecer e para conseguir implementar uma paragem biológica, é preciso coragem para explicar este tipo de medida aos pescadores e ao setor, é preciso coragem para o fazer e os senhores, que, num primeiro momento, conseguiram que alguns dos partidos que aqui estão nos acompanhassem com coragem em relação a estas políticas, os senhores aqui, também, abdicaram e agora já acham, contra toda a prova científica e contra toda a evidência,...

Deputado André Bradford (PS): É isso que não é verdade!

O Orador: ... e contra toda a lógica, que, agora, já não há um problema de escassez de peixe, nos Açores.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Oh, senhor! Ninguém disse isso!

O Orador: E, meus senhores, já não reconhecem e já não querem implementar a paragem biológica que definiram em anteriores ocasiões. Por quê? Porque vos faltou coragem política para implementar estas políticas de forma decisiva.

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (Gui Menezes): Não é verdade!

O Orador: E para mim este é o segundo ponto em que as vossas políticas estão a falhar de forma significativa.

Finalmente, em relação ao terceiro ponto, que eu considero que é fundamental, que é em relação aos circuitos de transformação e de exportação. É verdade que se têm vindo a registar algumas melhorias, mas está muito longe (muito longe!) do que o setor necessita e do nosso potencial nesta matéria. E aqui também, como, por exemplo, em relação ao chumbo do avião cargueiro, em que os senhores começaram por ridicularizar e que agora já pragmatizam, estudos que os senhores ficaram, aliás, de fazer sobre a viabilidade do avião cargueiro e nunca os apresentaram aqui, nesta Assembleia.

Deputada Graça Silveira (CDS/PP): É verdade, é verdade!

O Orador: E, portanto, em relação à exportação, em relação à agilização e a melhorar o contacto com os setores de exportação, aqui há muita coisa a fazer e, de facto, também aqui vos faltou iniciativa.

Finalmente, em relação a outros setores em que é necessário diversificar e em que há oportunidades.

Em relação ao turismo de pesca, pois bem, também aqui os senhores chegam tarde e demoram a arrancar. É necessário mais iniciativa, é necessário mais determinação em relação a um setor que tem um enorme potencial e é

Número: 31

necessário aproveitar os fluxos turísticos que nos estão, neste momento, a chegar. É necessário potenciar esse negócio. E aqui também vos falta determinação.

Em relação à aquacultura, já foi tudo dito. Eu lembro-me que, desde sou deputado, desde 2008, não há um único orçamento que não tenha uma verba prevista para a promoção da aquacultura. Quais são os resultados concretos desta política, quando estamos em 2017? Pois, até agora, do ponto de vista prático, nada! Nada! Também aqui, se os senhores reconheceram essa necessidade, se tiveram esse sentido estratégico, do ponto de vista da execução prática, pois, nós, aqui, continuamos a desaproveitar o nosso potencial e, ao longo de todos estes anos, todos esses orçamentos, todas estas verbas foram perfeitamente desaproveitadas.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima** (CDS/PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Secretário Regional, presumo que ainda tem tempo para lhe perguntar o seguinte.

Tem o senhor conhecimento de uma proposta que o CDS fez, aqui, para o estudo da viabilidade de um avião cargueiro, para o qual o CDS não tem nenhuma dúvida, mas o Partido Socialista tinha e o Governo, foi posta verba no Plano e Orçamento, e presumo que executada, se tem esse estudo sobre a viabilidade do avião cargueiro para o transporte, nomeadamente de pesca e outras mercadorias? Pareceu-me perceber que esse estudo teria sido feito e, portanto, eu queria saber se o senhor o tinha.

Depois, Sr. Secretário, é um bocadinho triste ter razão antes do tempo. A grande solução para os problemas de escoamento de peixe tinha sido a nova frota da SATA. Mais um erro e mais uma certeza do Partido Socialista e do Governo

Regional, que foi que se despenhou por água abaixo, porque o problema continua a ser o mesmo, continua a não ter a frequência do escoamento de peixe, não dão resposta satisfatória, um dia só pode levar 200 quilos, um dia só pode levar 100, outro dia não pode levar nada, tem que deixar o peixe com dois dias de antecedência, no outro o avião já saiu, e, portanto os senhores continuam nesta zona, a navegar às cegas, não sabem para onde vão, não têm rumo. E quais são as medidas exatamente? Uma linha dedicada para o transporte de peixe. Mas ela já existe, para marcar, ela já existe, não funciona. A linha dedicada já existe! Não embarca peixe, como o senhor sabe, sem se telefonar para a SATA a saber se leva ou não leva! Portanto, ela já existe. Agora, se não leva, o peixe fica atrás, como tem ficado sistematicamente. E sabe o que é que acontece ao valor do pescado? Desce!

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (Gui Menezes): Não é verdade!

O Orador: Não é verdade?! Não é verdade?!

Deputada Graça Silveira (CDS/PP): Ah, não é?!

O Orador: Pergunte aos pescadores. É disso que eles se queixam, sistematicamente se queixam. Sistematicamente! Não há uma semana que consigam escoar todo o peixe que têm e isto, Sr. Secretário, chama-se tratar com seriedade, com frontalidade os problemas.

Nós tínhamos razão quando insistíamos na necessidade de um avião mini cargueiro, tínhamos essa razão, os senhores não conseguiram resolver o assunto com a nova frota milagrosa da SATA. Continua a ficar peixe em terra, várias vezes. É só consultar as notícias nos jornais, não precisa ir mais longe.

Quanto à aquacultura, é muito triste, Sr. Secretário. Não é do seu tempo, o senhor estaria lá no seu DOP, a fazer lá os estudos com as cracas, e bem, mas fomos os primeiros, nesta casa, a propor...

(Aparte inaudível do Presidente do Governo)

O Orador: O Sr. Presidente do Governo está muito sensível, mas isso também

o problema é dele.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima!

Deputada Graça Silveira (CDS/PP): Sensível é pejorativo?

O Orador: Oh, Sra. Presidente, qual é o problema?

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, nós estamos, naturalmente, a fazer um

debate e a interpelação direta,...

O Orador: Qual é o problema?

Presidente: ... ainda por cima a pessoas que não estão a intervir no debate, não

me parece muito adequado, porque, efetivamente, pode levar a questões.

O Orador: A pessoa não está a intervir no debate, fez um aparte e eu fiz-lhe

um reparozinho ao aparte.

Presidente: Sr. Deputado, sabe perfeitamente que não se deve fazer!

O Orador: Eu acho que a sensibilidade está muito à flor da pele! Mas vou estar

atento!

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, sabe perfeitamente que a Mesa chama

sempre a atenção quando há este tipo de diálogo entre bancadas.

O Orador: Não é verdade! Lamento dizer, mas não é verdade!

Presidente: Sabe, sim, senhor, Sr. Deputado!

O Orador: Lamento dizer-lhe isso!

Sr. Secretário, a aquacultura. Mas agora é que os senhores descobriram a aquacultura?! Há anos que nós pomos verbas e os senhores rejeitam sistematicamente a verba para a aquacultura, sistematicamente os senhores

chumbaram a verba para a aquacultura. Aprovaram apenas um beneficiozinho

fiscal para zonas de aquacultura. Só o ano passado é que fizeram o

mapeamento! Atrasados anos luz em relação às Canárias, anos em relação ao

continente, estamos atrasados devido à pouca eficiência dos governos do Partido Socialista. Há anos que nós propomos verba e há anos que os senhores as chumbam.

Portanto, há aqui, pelo menos, dois assuntos que os senhores, agora, apresentam como a grande novidade, como a grande panaceia e que os senhores, há anos, podiam ter resolvido e não resolveram.

Deputada Graça Silveira (CDS/PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

De momento, a Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (Gui Menezes): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Parece que a sensibilidade está ao rubro neste debate e provavelmente é porque, de facto, existem resultados positivos nas pescas que estão a incomodar a oposição. Isso parece-me bastante evidente por essa vossa sensibilidade.

Vou começar pelo fim.

Sr. Deputado Artur Lima, eu não tenho conhecimento aprofundado da viabilidade de um avião cargueiro, no caso particular das pescas. Tenho algumas dúvidas em termos dos volumes de pescado que poderiam ser transportados e da operacionalidade desse avião,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O senhor não sabe que avião era! Dou-lhe o benefício da dúvida!

O Orador: ... teria que ser conjugado com outros setores, com certeza, mas não vou entrar por aí.

As situações que fala de problemas que continuam a existir com os transportes, eu julgo que são problemas pontuais, neste momento, a informação que tenho é de que as coisas estão a correr muitíssimo melhor do que corriam, existe uma

linha dedicada às pescas e existe uma forma de *handling* diferente para as pescas e isso está a correr.

Quanto à aquacultura, comparar a aquacultura que se podia fazer aqui com as Canárias, permita-me que lhe diga, sem o ofender, é comparar o sol com a água. Não tem nada a ver uma coisa com a outra, as situações são totalmente diferentes, as caraterísticas de base são totalmente diferentes e nem sequer vale a pena aqui confirmar.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E com o continente também não é comparável? Compare com o continente!

O Orador: Quanto à intervenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão, pois, eu não tenho grandes coisas a dizer a não ser que, mais uma vez, se insiste numa coisa que é uma paragem biológica, que do ponto de vista técnico, aliás, entrando em contradição também com o que diz o Sr. Deputado Luís Garcia, porque ele contradiz-se em muitas coisas, por um lado, diz que há espécies que levaria muito tempo a recuperar, por outro lado, diz que uma paragem de três meses era suficiente para, eventualmente, recuperar qualquer stock.

Deputado Luís Garcia (PSD): Eu nunca disse isso!

O Orador: Isso é uma contradição do seu discurso...

Disse-o e volto a referir.

A paragem biológica e a gestão do goraz que nós fizemos está aí à vista, os resultados são estes, isto tudo sem comprometer a sustentabilidade do recurso, posso-lhe eu garantir.

Quando falei do aumento dos recursos, estava a falar em particular do aumento do goraz e o Sr. Deputado tentou levar isso para outro lado.

Deputado Luís Garcia (*PSD*): Eu vou fazer um requerimento a solicitar esse estudo!

O Orador: O Sr. Deputado fez aqui também uma coisa que não é também, penso eu, muito acertada, que é o seguinte. O senhor foi buscar estatísticas, com

XI Legislatura

certeza, do INE ou do Serviço Regional de Estatística, mas os valores exatos do aumento do preço médio, no caso do goraz, são 23% a mais em relação a 2016.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Onde é que estão?

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Os senhores estão a fornecer dados mal à sociedade! Ainda bem que os senhores dizem que o INE está a fornecer dados mal à sociedade!

O Orador: O Sr. Deputado tem que contar que o goraz e peixão são a mesma coisa, o Sr. Deputado tem que juntar as duas coisas.

Então, o senhor copiou mal. Com certeza que deve ter copiado mal, porque não é isso que se passa, neste momento, aliás, como eu disse no meu discurso.

Deputado Luís Garcia (PSD): Mas eu vou mostrar-lhe esses dados, então?

O Orador: Por outro lado, o Sr. Deputado tem aqui uma contradição, que é o seguinte.

Vamos assumir que o Sr. Deputado o que disse está certo. Está errado, mas vamos admitir que está certo, que o preço médio do valor do pescado diminuiu, mas, depois, vem, a seguir, dizer que os preços estão elevadíssimos que nem o consumidor açoriano os consegue comprar. Há aqui uma contradição no seu discurso que ninguém compreende.

Portanto, era bom, Sr. Deputado,...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário!

O Orador: Eu gostaria, para não me falhar e em respeito aos deputados que me interpelaram, em relação à questão do FUNDOPESCA, o FUNDOPESCA foi aprovado o seu funcionamento nesta Assembleia, Sra. Deputada, e tem um grupo de conselheiros que aconselha quando ou não deve ser ativado o FUNDOPESCA. Inclusive, esse grupo de conselheiros tem sindicatos, tem membros do setor das pescas. Portanto, falar que o FUNDOPESCAS é utilizado politicamente para ajudar os pobrezinhos, e utilizando a pobreza, não é verdade. O FUNDOPESCA tem o seu funcionamento próprio, foi aprovado aqui.

Quanto às contradições, eu, quando falava que havia situações preocupantes nas pescas, falava especificamente de duas ilhas e de duas situações, que era o Grupo Oriental e, nessa altura, era, de facto, assim. Era uma zona que, em relação a outros sítios, tinha menos abundância de pescado. Em 2016, com o [termo impercetivel] demersal,...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário.

O Orador: ... verificou-se um aumento bem significativo desta espécie, felizmente, também fruto dos taques que foram sendo reduzidos. A população tinha que reagir à redução das capturas e por isso o goraz, felizmente, está a aumentar e vai continuar a aumentar, com certeza, e nunca mais irá cair numa situação de exploração intensiva, como esteve em algum momento.

E como não tenho mais tempo...

Presidente: Sr. Secretário, tem mesmo que terminar.

Obrigada. O governo também esgotou o seu tempo para este debate.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra. Alerto que dispõe de cerca de um minuto.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (PPM): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Em relação à intervenção do Sr. Secretário, o que tenho a dizer é que estamos aqui com uma postura negacionista em relação à escassez de peixe, é uma postura que, evidentemente, contradiz até o seu passado como cientista. Mas qualquer das formas, evidentemente que há algo que a experiência política me mostra, é que o senhor vai ter que enfrentar a realidade e, portanto, cá estaremos, ao longo desta legislatura, para enfrentar essa realidade e, depois, vamos ver...

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (Gui Menezes): Com muito gosto!

O Orador: ... o que é que o senhor irá dizer.

XI Legislatura

Um segundo ponto que eu acho que é importante e que o Sr. Secretário não referenciou foi a questão da distribuição de riqueza dentro do setor. É que isso é gritante, para mim, esse é o principal problema ...

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (Gui Menezes): Eu disse-o no meu discurso!

O Orador: ... e o governo regional, até ao momento, não implementou políticas eficazes. Aqui até não se trata de implementar uma outra política, aqui é preciso uma revolução, é necessário romper com séculos de práticas muito desiguais...

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (Gui Menezes): Não é verdade!

O Orador: ... e que colocaram as pessoas a receber rendimentos muito baixos e poucos, alguns, a açambarcar toda a riqueza gerada pelo setor.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado!

O Orador: E é necessário fazer. Aliás, isso está dentro daqueles que são os vossos princípios ideológicos e essa é uma batalha que é necessário lançar com toda a determinação. E sobre isso, Sr. Secretário, eu não o ouvi dizer nada. Muito obrigado.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Disse-o no discurso inicial!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não, não disse!

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (Gui Menezes): Pelo amor de Deus!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima** (CDS/PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Secretário, é apenas para um esclarecimento ao Sr. Secretário, que eu presumo, presumo, não, não estava cá, quando foi... A questão que eu lhe coloquei não era sobre o avião propriamente dito, foi sobre o estudo que o

Número: 31

Governo se comprometeu, nesta casa, e foi aprovado em sede de Plano e Orçamento, é se o senhor tem esse estudo. Foi a pergunta que eu lhe fiz. Não quero que me responda, porque não tem tempo, mas, se tiver, agradeço que me faça chegar. O que eu fiz aqui foi fazer uma proposta, em sede de Plano e Orçamento, para que o Governo fizesse um estudo da viabilidade de um avião mini cargueiro e não um cargueiro, como o senhor está a pensar, que será um Dash400 ou um Dash200 ou um antigo ATP, não. São aviões que se usam em toda a parte do mundo, nos Estados Unidos, na Austrália, em toda a parte do mundo civilizado, para transportar uma ou duas toneladas de carga e contentorizado, enfim, com aqueles módulos todos e que um [termo impercetível] e que existe em todo o lado e que é um avião muito económico, que tem um preço, por custo, um terço mais barato do que custa a SATA, aos preços atuais que os senhores subsidiando, é mais barato um terço do que aquilo que os senhores pagam à SATA. Agora, eu percebo que haja aqui outros interesses da SATA que não sejam os interesses de servir a economia dos Açores e os pescadores dos Açores. Portanto, o que eu lhe solicito, se tiver o estudo, que me faça chegar.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Para uma interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Garcia.

Deputado Luís Garcia (*PSD*): Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sra. Presidente, para dar a nota à Mesa que farei chegar o Quadro 6.13 do Serviço Regional de Estatística que diz "Preços médios anuais da pesca descarregada nos portos dos Açores", que tem os preços por quilo da espécie do goraz que eu aqui mencionei.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Depois de ser recebido, será distribuído.

Sras. e Srs. Deputados!

Sra. Deputada Zuraida Soares, pede a palavra para? Para uma interpelação à

Mesa.

(Burburinho geral)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados! Ainda não encerrámos este ponto.

Para uma interpelação à Mesa, Sra. Deputada Zuraida Soares, tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares** (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr.

Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Para partilhar com a câmara a impossibilidade de fazer uma síntese e um

encerramento deste debate de urgência, que muito me agradaria poder fazer,

mas por manifesta impossibilidade temporal, ficamos mesmo por aqui.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Exatamente pelo mesmo motivo, também o Governo não poderá usar da palavra

para fazer o encerramento e também não havendo mais inscrições, vou dar por

concluído este ponto da nossa Agenda e vamos dar continuidade ao ponto 4 da

nossa Agenda, onde ficámos na tarde de ontem e estávamos na fase do debate.

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Para também vosso conhecimento, informo que, ontem, quer o Bloco de

Esquerda, quer a bancada do governo também já tinham esgotado o seu tempo,

por isso não poderão, também, fazer intervenção no debate que está a acontecer.

XI Legislatura

Julgo não haver mais inscrições para o debate na generalidade.

Ainda está inscrito, então, o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Deputado João Corvelo (PCP): Senhora Presidente, Senhores Deputados,

Senhor Presidente do Governo, Senhores Membros do Governo,

Estamos a apreciar um Regime Jurídico, proposto pelo Governo Regional, para aquilo que dizem ser o apoio à comunicação social privada.

Para nós, com este regime proposto, na verdade, não se pretende incentivar um melhor apoio à divulgação da imprensa, principalmente a escrita, como vamos procurar analisar.

Com esta proposta de diploma excluem-se os apoios à modernização tecnológica; assim, num sector como este, isto significa que os equipamentos de trabalho...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Não se exclui nada!

O Orador: ... ir-se-ão degradando e os profissionais terão as suas tarefas profissionais cada vez mais dificultadas.

Senhora Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhores Membros do Governo,

A imprensa escrita é fundamental para diminuir a iliteracia, o que é muito importante nos Açores, pelo que a existência de apoio aos factores de produção seria imprescindível. Mas, com este diploma, desaparece o apoio ao papel e às chapas de impressão offset. Temos de discordar frontalmente deste modo de não apoiar aquilo que seria fundamental apoiar.

Finalmente, em ilhas como as Flores, onde já não existe comunicação social escrita, não compreendemos que nessas ilhas se aparecer alguma publicação periódica, ela não possa ser apoiada desde as suas primeiras publicações. Assim, estamos totalmente em desacordo com estas propostas na generalidade e

II Sessão Legislativa

XI Legislatura Número: 31

Horta, quarta-feira, 6 de setembro de 2017

aguardamos a votação na especialidade e votaremos no fim conforme as propostas de altura que forem introduzidas.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

(Pausa)

Vamos, então, passar à votação desta proposta de DLR, na generalidade.

(Pausa)

Vamos, então, proceder à votação na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de DLR apresentada foi aprovada com 29 votos a favor do PS; 1 contra do PCP; 1 do PPM; 14 abstenções do PSD; 3 do CDS/PP; 2 do BE.

Presidente: Passamos, agora, então, para o debate e votação na especialidade.

Já foram distribuídas por todos as propostas de alteração; elas ainda são em número significativo, por isso também peço a colaboração de todos para que a votação decorra com a maior normalidade possível.

Está inscrito o Sr. Deputado Artur Lima.

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima** (CDS/PP): Sra. Presidente, muito obrigado, Sras. e Srs. Deputados:

XI Legislatura

Só para um esclarecimento aqui nas propostas que nós fizemos da especialidade e dizer que, no artigo 9.º, por lapso, consta aqui um número 5 que não existe, onde diz eliminado. Portanto, para não considerar esta... Foi por lapso que aqui está, este número 5, que não existe.

De resto, se me permitem, eu já faria aqui...

Fazemos aqui uma apresentação de várias propostas, que são muito inclusivas, abrangem todos e naturalmente que é feito, uma lei deve ser cega e não para beneficiar A, B ou C, mas, de igual modo, ser feita para toda a gente.

Portanto, foi esse o espírito que presidiu à elaboração das nossas propostas de alteração e nós consideramos, hoje em dia, que um jornal é feito de papel, um jornal tem muitas despesas, tem despesas com papel, tem despesas com tinta, tem despesas com chapa e não financiar esses fatores de produção, como se financia em outras tantas indústrias e em outras tantas atividades, é matar a comunicação social escrita, nos Açores. Se não se financiar o papel, a tinta e as chapas, não haverá jornais a muito curto prazo, nos Açores. É ver a história recente, desde que o Partido Socialista tomou o poder, o que é que tem acontecido aos jornais nas diversas ilhas. E nós achamos que isso é fundamental que seja apoiado.

Por outro lado, consideramos que, na comissão de fiscalização, é absolutamente essencial, eu registei a proposta do Sr. Deputado André Bradford e do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, propondo um elemento eleito por dois terços desta casa, mas eu já ouvi, muitas vezes, quando nós queremos fazer os dois terços, o Sr. Deputado dizer, "O PS não concorda".

Deputado André Bradford (PS): Também já ouviu dizer que o PS concorda! **O Orador:** Portanto, quando o PS não concorda, não há dois terços.

Também já ouvi, Sr. Deputado!

Portanto, o que se verifica, se a sua proposta, naturalmente, não lhe retiro a bondade, mas a minha é mais bondosa do que a sua e, portanto, eu esperava que

o senhor aprovasse a nossa em vez de fazer uma proposta. É que o final desses dois terços será sempre quem o PS indicar, senão o PS nunca concordará e chegaremos sempre aonde o PS quer, que é isso que tem acontecido.

Portanto, é fundamental valorizar esta casa, não sei qual é o medo dos senhores, que têm medo da fiscalização democrática e que não fique entregue apenas nas mãos do Governo, que a comissão de fiscalização tenha um elemento de cada grupo parlamentar.

É fundamental que se aumente a pluralidade, a democracidade...

(Apartes inaudíveis de alguns deputados da câmara)

Presidente: Srs. Deputados, vamos permitir que o Sr. Deputado Artur Lima continue a sua intervenção!

O Orador: Por acaso, é Sr. Secretário Regional, não é Sr. Deputado. Aquele senhor, ali, é Sr. Secretário Regional!

A Sra. Presidente não ouviu bem, eu estava a permitir-lhe...

Portanto, já é a terceira vez que ele me interrompe e enfim!

É fundamental (quarta vez!) que se aumente a pluralidade, que se valorize esta casa, que tenha o poder também de decidir, de fiscalizar e não fique só nas suas mãos, Sr. Secretário, não fique só nas mãos do Governo, é preciso que fique nas mãos do Parlamento (do Parlamento!), é essa a proposta do CDS e é essa a proposta que vos incomoda, acima de tudo.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

Deputado Francisco Coelho (PS): Tínhamos saudades, Sr. Deputado!

(*) **Deputado João Bruto da Costa** (PSD): Muito obrigado!

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Horta, quarta-feira, 6 de setembro de 2017

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo: Não é bem uma intervenção sobre a matéria que estamos a discutir, em termos

da sua substância, é apenas um esclarecimento por parte do Grupo Parlamentar

do PSD, nomeadamente relativamente às propostas de alteração apresentadas

pelo CDS/PP e para justificar o seguinte.

Nós temos alguma dificuldade na votação de algumas dessas propostas porque elas, apesar de incidirem sobre determinados artigos que visam alterar, o teor

que visa alterar é diferente daquele que vem alterar. E nós deparamo-nos com

situações em que concordamos quer com a proposta inicial, quer com a

proposta de alteração, porque tem um teor diferente. E nessa medida, quando

surgirem essas situações, apenas para esclarecer a posição do PSD, ir-nos-emos

abster naquelas propostas, nomeadamente do CDS/PP, em que o teor da

proposta de alteração apresentada, não sendo contraditória com o teor da

proposta que visa alterar, nós, não podendo optar entre ambas porque

concordamos com ambas, ir-nos-emos abster naquelas que não podermos ter

uma posição definida.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) **Deputado Francisco Coelho** (PS): Sra. Presidente, Sr. Presidente do

Governo, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Umas breves palavras para, embora já tenha tido oportunidade, ontem, de fazer

referência a algumas das propostas de alteração que já tinham dado entrada,

para realçar que, na sequência do que foi aqui assumido como compromisso

pelo líder do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, deu entrada uma

proposta de alteração, no sentido de uma maioria qualificada para a eleição de

um representante desta Assembleia, e, sobre isso, entendamo-nos. Obviamente

que o Partido Socialista concorda, neste caso, por isso propõe, concorda em

muitos outros que, pela qualidade de determinado tipo de decisões, seja necessário e até conveniente que estabeleçam maiorias qualificadas. Mas em termos técnicos, que não haja qualquer tipo de dúvida sobre essa questão, porque o Partido Socialista não a tem. Uma maioria qualificada é sempre, em termos técnicos, uma entorse ao princípio democrático.

Nós entendemos que, em muitos casos, essa entorse é justificada, e até pensamos e até estaríamos dispostos a ir, eventualmente, mais longe, não talvez tão longe como o Sr. Deputado Artur Lima gostaria, mas eu atrever-me-ia a dizer que muito perto.

Chegamos a considerar a hipótese de a maioria qualificada de dois terços exigir, igualmente, a votação de mais do que dois partidos, só que, sendo a votação secreta, em termos técnicos, não víamos como é que seria possível, aqui, estabelecer isso e saber-se como é que seria.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Vote na minha proposta, Sr. Deputado!

O Orador: Agora, achamos que, também por uma questão de número e atendendo ao próprio equilíbrio interno da comissão, não é realista e seria desproporcionado, em termos quantitativos, a proposta que o CDS apresenta nesta matéria.

De resto, também como já tive oportunidade de indiciar, ontem, naturalmente, votaremos as propostas que apresentamos, sem qualquer tipo de problema, reconhecendo algumas, embora salvaguardando sempre os objetivos que também foram referidos, ontem, salvaguardando alguns problemas, designadamente de ordem técnica, de algumas das propostas iniciais, fazemo-lo sem qualquer tipo de problema e também sem qualquer tipo de problema naquilo que é a filosofia e a coerência do PROMÉDIA, também votaremos em conformidade.

Ainda assim, para além das propostas do Partido Socialista, ainda teremos o gosto de aprovar algumas das propostas apresentadas, designadamente pelo Bloco de Esquerda e pelo CDS/PP.

Muito obrigado.

Deputados Francisco César e André Bradford (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver, apesar de que se podem inscrever à medida que vamos avançando com a votação, mas, de qualquer forma...

O Sr. Deputado Artur Lima, para uma interpelação, tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Artur Lima** (CDS/PP): Sra. Presidente, é para solicitar um intervalo regimental de meia hora.

Presidente: É regimental. Regressamos a um quarto para as cinco.

Eram 16 horas e 16 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares porque vamos dar início às votações e é importante para efeitos de contagem.

Eram 16 horas e 49 minutos.

Vamos, então, iniciar o debate e votação na especialidade.

(Pausa)

Vamos, então, começar a votar.

Está à votação o artigo 1.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos, agora, à proposta de alteração apresentada pelo CDS à alínea A) do artigo 2.°.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 28 votos contra do PS; 3 a favor do CDS/PP; 2 do BE; 1 do PCP; 1 do PPM; 16 abstenções do PSD.

Presidente: Está, então, agora, à votação a proposta de aditamento apresentada pelo PSD à alínea G) a este mesmo artigo 2.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

(A proposta de aditamento apresentada pelo PSD, uma alínea G), a este mesmo artigo 2.º, que refere a modernização tecnológica dos meios de comunicação social.)

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento apresentada foi rejeitada com 29 votos contra do PS; 17 a favor do PSD; 4 do CDS/PP; 2 do BE; 1 do PCP; 1 do PPM.

Presidente: Está, então, agora, à votação também uma proposta de aditamento a este artigo 2.º, também uma alínea G), apresentada pelo CDS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

(Está à votação a proposta de aditamento apresentada pelo CDS a este artigo 2.º, que refere, para uma alínea G), apoios especiais e extraordinários.)

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS; 17 do PSD; 4 a favor do CDS/PP; 1 do PCP; 1 do PPM; 2 abstenções do BE.

Presidente: Está, então, agora, à votação o artigo 2.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS; 18 abstenções do PSD; 4 do CDS/PP; 2 do BE; 1 do PCP; 1 do PPM.

Presidente: Passamos, agora, às propostas de alteração apresentadas ao artigo 3.º.

A primeira é a do CDS/PP, apresentada a alínea A), do n.º 1, do artigo 3.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está, então, agora, à votação a proposta de alteração também apresentada pelo CDS à alínea C), do n.º 1, do artigo 3.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS; 18 a favor do PSD; 4 do CDS/PP; 2 do BE; 1 do PCP; 1 do PPM.

Presidente: Coloco, então, agora, à votação a proposta de aditamento apresentada pelo Bloco de Esquerda, alínea F), do n.º 3, do artigo 3.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está, então, agora, à votação...

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Para uma intervenção ou uma interpelação?

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (PPM): Para uma interpelação à Mesa....

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Orador: ... no sentido de lhe solicitar a repetição da votação, embora não altere o resultado final da votação, mas a alteração em relação à votação da alínea C), do n.º 1, do artigo 3.º.

Presidente: Da proposta de alteração do CDS?

O Orador: Do CDS.

Presidente: Então, vamos votar novamente a proposta de alteração do CDS apresentada à alínea C), do n.º 1, do artigo 3.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS; 1 do PPM; 18 votos a favor do PSD; 4 do CDS/PP; 2 do BE; 1 do PCP.

Deputada Graça Silveira (CDS/PP): Amiguinhos!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ah, é!

(Pausa)

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ah, a declaração de voto!

(Pausa)

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Os interesses dos amiguinhos, dos jantares!

Deputada Graça Silveira (CDS/PP): Mas consideramos votada a alínea F)!

Presidente: Está, então, agora, à votação a proposta de alteração apresentada pelo CDS à alínea C), do n.º 4, do artigo 3.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS; 18 a favor do PSD; 4 do CDS/PP; 2 do BE; 1 do PCP; 1 do PPM.

Presidente: Está, então, agora, à votação a proposta de alteração apresentada pelo CDS ao n.º 6 do artigo 3.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS; 18 a favor do PSD; 4 do CDS/PP; 2 do BE; 1 do PCP; 1 do PPM.

Presidente: Coloco, agora, à votação a proposta de eliminação apresentada pelo Partido Socialista ao n.º 8 do artigo 3.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Considerando que as outras três propostas de alteração que tinham dado entrada na Mesa, nomeadamente do Bloco de Esquerda, PSD e CDS, são de igual teor, estão prejudicadas pela aprovação desta proposta do PS. Sendo assim, eu vou colocar, agora, à votação o artigo 3.º da proposta, com as alterações que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS; 18 do PSD; 1 do PCP; 1 do PPM; 4 votos contra do CDS/PP; 2 abstenções do BE.

Presidente: Pergunto à câmara se posso colocar à votação conjunta os artigos 4.º e 5.º, uma vez que não têm quaisquer propostas de alteração. O 4.º e o 5.º da proposta.

Não havendo oposição, estão à votação conjunta os artigos 4.º e 5.º da proposta. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Passamos, agora, às propostas de alteração apresentadas ao artigo 6.°. A primeira é a do CDS ao n.° 1 do artigo 6.°. Portanto, proposta de alteração do CDS ao n.° 1 do artigo 6.°.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS; 18 a favor do PSD; 4 do CDS/PP; 1 do PCP; 1 do PPM; 2 abstenções do BE.

Presidente: Está, então, agora, à votação a proposta de alteração também apresentada pelo CDS ao n.º 2 do artigo 6.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS; 18 a favor do PSD; 4 do CDS/PP; 1 do PCP; 1 do PPM; 2 abstenções do BE.

Presidente: Está, então, agora, à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD ao n.º 3 do artigo 6.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS; 4 do CDS/PP; 1 do PCP; 1 do PPM; 18 votos a favor do PSD; 2 do BE.

Presidente: Vou colocar, então, agora, à votação o artigo 6.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS; 18 contra do PSD; 1 do PCP; 1 do PPM; 4 abstenções do CDS/PP; 2 do BE.

Presidente: Está, então, agora, à votação o artigo 7.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos, agora, às propostas de alteração ao artigo 8.º. A primeira foi apresentada pelo CDS, é ao n.º 1 do artigo 8.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS; 18 a favor do PSD; 4 do CDS/PP; 1 do PCP; 1 do PPM; 2 abstenções do BE.

Presidente: Está, então, agora, à votação a proposta de alteração apresentada pelo CDS à alínea B), do n.º 2, do artigo 8.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi rejeitado com 29 votos contra do PS; 18 a favor do PSD; 4 do CDS/PP; 2 do BE; 1 do PCP; 1 do PPM.

Presidente: A proposta de alteração apresentada pelo CDS à alínea C) deste n.º 2 fica prejudicada, uma vez que era a renumeração das alíneas e, por isso, passo à votação da proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda a esta alínea C), do n.º 2, do artigo 8.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS; 18 a favor do PSD; 4 do CDS/PP; 2 do BE; 1 do PCP; 1 do PPM.

Presidente: Está, agora, à votação a proposta de alteração apresentada pelo PS à alínea D), do n.º 2, do artigo 8.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Fica, assim, prejudicada a proposta de alteração do CDS a esta mesma alínea e passamos para uma proposta de aditamento apresentada pelo PS, que, neste caso, é a renumeração na alínea.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de aditamento apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Sr. Deputado André Bradford, tem a palavra.

(*) **Deputado André Bradford** (PS): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Era para solicitar a repetição desta última votação, se faz, favor.

Obrigado.

Presidente: A do aditamento do PS?

Portanto, esta proposta de aditamento apresentada pelo PS, que renumerava a alínea, está à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de aditamento apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Fica, assim, prejudicada a proposta de alteração apresentada pelo CDS e também fica prejudicada a proposta do CDS para a alínea F), uma vez que também se tratava da renumeração da alínea e uma vez que não foi aprovada, portanto, também não faz sentido colocar à votação.

E passamos à proposta de aditamento apresentada pelo CDS a uma alínea F) ao artigo 8.º.

A E) ficou prejudicada porque era a renumeração da alínea. A E).

Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo CDS à alínea E) do artigo 8.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS; 18 a favor do PSD; 4 do CDS-PP; 2 do BE; 1 do PCP; 1 do PPM.

Presidente: Está, agora, então, à votação a proposta de aditamento apresentada pelo CDS, criando um n.º 4 a este artigo 8.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento apresentada foi rejeitada com 29 votos contra do PS; 18 a favor do PSD; 4 do CDS/PP; 2do BE; 1 do PCP; 1 do PPM.

Presidente: Estão, então, agora, à votação o artigo 8.º da proposta com as alterações que acabamos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS; 18 do PSD; 1 do PCP; 1 do PPM; 4 votos contra do CDS/PP; 2 abstenções do BE.

Presidente: Está, então, agora, à votação a proposta de alteração apresentada pelo CDS ao artigo 9.º da proposta.

Acabámos de votar o artigo 8.º com as alterações aprovadas e, por isso, agora, avançamos com a proposta de alteração do CDS ao artigo 9.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS; 18 do PSD; 4 votos a favor do CDS/PP; 1 do PCP; 1 do PPM; 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos, então, votar, agora, o artigo 9.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS; 18 do

PSD; 2 do BE; 4 votos contra do CDS/PP; 1 abstenção do PCP; 1 do PPM.

Presidente: Vamos, então, agora, votar o artigo 10.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos, agora, às propostas de alteração ao artigo 11.º. A primeira a ser votada é uma proposta de eliminação apresentada pelo Partido Socialista à alínea D), do n.º 1, do artigo 11.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: As restantes três propostas de eliminação, portanto, são todas propostas de eliminação, ficam, naturalmente, prejudicadas.

Passamos para a proposta de alteração apresentada pelo CDS ao n.º 2, do artigo 11.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS; 18 a favor do PSD; 4 do CDS/PP; 1 do PCP; 1 do PPM; 2 abstenções do BE.

Presidente: Está, então, agora, à votação a proposta de alteração apresentada pelo CDS ao n.º 3, do artigo 11.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS; 1 do PCP; 1 do PPM; 18 a favor do PSD; 4 do CDS/PP; 2 abstenções do BE.

Presidente: Coloco, então, agora, por fim, à votação uma proposta de aditamento a este artigo 11.º, um n.º 4, apresentado pelo CDS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS; 18 a favor do PSD; 4 do CDS/PP; 1 do PCP; 2 abstenções do BE; 1 do PPM.

Presidente: Vamos, então, agora, votar o artigo 11.º com a alteração que acabamos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

(É o artigo da proposta, o 11.°.)

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS; 18 do PSD; 4 abstenções do CDS/PP; 2 do BE; 1 do PCP; 1 do PPM.

Presidente: Está, então, agora, à votação o artigo 12.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está, agora, à votação a proposta de alteração apresentada pelo CDS ao artigo 13.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS; 18 a favor do PSD; 4 do CDS/PP; 1 do PCP; 1 do PPM; 2 abstenções do BE.

Presidente: Coloco, então, agora, à votação o artigo 13.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS; 18 do PSD; 2 do BE; 1 do PCP; 4 votos contra do CDS/PP; 1 do PPM.

Presidente: Está, agora, à votação o artigo 14.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos, agora, à proposta de alteração apresentada pelo CDS ao artigo 15.°.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS; 4 a favor do CDS/PP; 1 do PCP; 1 do PPM; 18 abstenções do PSD; 2 do BE.

Presidente: Está, então, agora, à votação o artigo 15.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

(O artigo 15.°.)

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS; 18 do PSD; 2 do BE; 4 votos contra do CDS/PP; 1 abstenção do PCP; 1 do PPM.

Presidente: Está, agora, à votação o artigo 16.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos, então, agora, às propostas de alteração ao artigo 17.º.

Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo CDS à alínea A) do n.º 1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS; 18 a favor do PSD; 4 do CDS/PP; 1 do PCP; 1 do PPM; 2 abstenções do BE.

Presidente: Está, então, agora, à votação a proposta de alteração apresentada pelo CDS à alínea B), do n.º 1, do artigo 17.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS; 18 a favor do PSD; 4 do CDS/PP; 1 do PCP; 1 do PPM; 2 abstenções do BE.

Presidente: Está, então, agora, à votação a proposta de alteração também apresentada pelo CDS à alínea C), do n.º 1, do artigo 17.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS; 18 a favor do PSD; 4 do CDS/PP; 1 do PCP; 1 do PPM; 2 abstenções do BE.

Presidente: Passamos, agora, para a proposta de aditamento apresentada pelo Bloco de Esquerda, alínea D), do n.º 1, do artigo 17.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 29 votos contra do PS; 18 a favor do PSD; 4 do CDS/PP; 2 do BE; 1 do PCP; 1 do PPM.

Presidente: Vou colocar, então, agora, à votação a proposta de aditamento do PSD, que, apesar de ter uma redação semelhante, não é exatamente o mesmo objetivo e, por isso, vou colocar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

XI Legislatura

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento apresentada foi rejeitada com 29 votos contra do PS; 18 a favor do PSD; 2 do BE; 1 do PCP; 1 do PPM; 4 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Colocarei, então, agora, à votação também uma proposta de aditamento apresentada pelo CDS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

(É também uma proposta de aditamento do CDS para a criação desta mesma alínea.)

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS; 18 a favor do PSD; 4 do CDS/PP; 1 do PCP; 1 do PPM; 2 abstenções do BE.

Presidente: Vou colocar, agora, à votação a proposta de alteração apresentada pelo CDS ao n.º 2 do artigo 17.º. Portanto, é a proposta de alteração do CDS ao n. 2 do artigo 17.º. Na prática, são duas propostas de alteração às alíneas A) e B) e o aditamento de uma alínea C).

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS; 1 do PPM; 18 a favor do PSD; 4 do CDS/PP; 1 do PCP; 2 abstenções do BE.

Presidente: Está, então, agora, à votação a proposta de alteração apresentada pelo CDS ao n.º 3 do artigo 17.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS; 18 a favor do PSD; 4 do CDS/PP; 1 do PCP; 1 do PPM; 2 abstenções do BE.

Presidente: E, por fim, a proposta de aditamento de um n.º 6 a este artigo 17.º. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS; 18 a favor do PSD; 4 do CDS/PP; 1 do PCP; 1 do PPM; 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos, então, agora, votar o artigo 17.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS; 18 contra do PSD; 4 do CDS/PP; 1 do PCP; 1 do PPM; 2 abstenções do BE.

Presidente: Está, então, agora, à votação a proposta de alteração apresentada pelo CDS ao artigo 18.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS; 18 a favor do PSD; 4 do CDS/PP; 1 do PCP; 1 do PPM; 2 abstenções do BE.

Presidente: Está, então, agora, à votação o artigo 18.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS; 18 do PSD; 2 do BE; 4 abstenções do CDS/PP; 1 do PCP; 1 do PPM.

Presidente: Vamos, então, agora, votar a proposta de aditamento de um artigo 18-A, apresentada pelo PSD.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS; 18 a favor do PSD; 4 do CDS/PP; 1 do PCP; 1 do PPM; 2 abstenções do BE.

Presidente: Coloco, então, agora, à votação também uma proposta de aditamento, artigo 18-A, apresentada pelo CDS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS; 18 a favor do PSD; 4 do CDS/PP; 1 do PCP; 1 do PPM; 2 abstenções do BE.

Presidente: Passamos, agora, à votação da proposta de alteração apresentada pelo CDS ao artigo 19.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS; 18 a favor do PSD; 4 do CDS/PP; 2 do BE; 1 do PCP; 1 do PPM.

Presidente: Está, então, agora, à votação o artigo 19.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS; 18 do PSD; 4 abstenções do CDS/PP; 2 do BE; 1 do PCP; 1 do PPM.

Presidente: Está, então, agora, à votação a proposta de eliminação do artigo 20.º apresentada pelo CDS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS; 18 a favor do PSD; 4 do CDS/PP; 2 do BE; 1 do PCP; 1 do PPM.

Presidente: Está, então, agora, à votação o artigo 20.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS; 18 do PSD; 4 votos contra do CDS/PP; 2 abstenções do BE; 1 do PCP; 1 do PPM.

Presidente: Vamos, então, agora, votar o artigo 21.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos, agora, a quatro propostas de aditamento, apresentadas pelo CDS, artigo 21-A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS; 18 a favor do PSD; 4 do CDS-PP; 1 do PCP; 1 do PPM; 2 abstenções do BE.

Presidente: Artigo 21-B.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS; 18 do PSD; 4 do CDS/PP; 1 do PCP; 1 do PPM; 2 abstenções do BE.

Presidente: Artigo 21-C.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS; 18 do PSD; 4 do CDS/PP; 1do PCP; 1 do PPM; 2 abstenções do BE.

Presidente: Artigo 21-D.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 29 votos a favor do PS; 18 do PSD; 4 do CDS/PP; 1 do PCP; 1 do PPM; 2 abstenções do BE.

Presidente: Passamos, agora, à votação da proposta de alteração do CDS ao artigo 22.

São várias propostas de alteração, mas penso que posso colocar tudo à votação conjunta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS; 18 a favor do PSD; 4 do CDS/PP; 1 do PCP; 1 do PPM; 2 abstenções do BE.

Presidente: Está, então, agora, à votação o artigo 22.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS; 18 do PSD; 2 do BE; 4 abstenções do CDS/PP; 1 do PCP; 1 do PPM.

Presidente: Está, então, agora, à votação a proposta de alteração apresentada pelo CDS ao n.º 1 do artigo 23.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS; 18 a favor do PSD; 4 do CDS/PP; 2 do BE; 1 do PCP; 1 do PPM.

Presidente: Está, agora, à votação a proposta de alteração apresentada pelo PS à alínea A), do n.º 2, do artigo 23.

Tem a palavra o Sr. Deputado André Bradford.

(*) **Deputado André Bradford** (PS): Para uma interpelação no sentido de solicitar a repetição dos aditamentos a partir do artigo 21.

Muito obrigado.

Presidente: Muito bem. Vamos, então, repetir a votação dos aditamentos que foram apresentados pelo CDS, eram, nomeadamente, quatro: 21-A, B, C, e D e vamos votá-los separadamente.

Portanto, estamos a repetir a votação, aditamento de um artigo 21-A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29...

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, foi solicitada uma repetição de votação e, portanto... Nós estávamos a votar o artigo 23, mas foi solicitada a repetição de votação, portanto... Há pouco aconteceu o mesmo.

Penso que está esclarecida a situação.

Vamos, então, agora, votar o aditamento, o segundo aditamento, artigo 21-B.

Antes disso, vamos anunciar a votação do 21-A.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS; 18 a favor do PSD; 4 do CDS/PP; 1 do PCP; 1 do PPM; 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos, então, agora, votar o aditamento de um artigo 21-B, também apresentado pelo CDS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS; 18 a favor do PSD; 4 do CDS/PP; 1 do PCP; 1 do PPM; 2 abstenções do BE.

Presidente: Passamos, agora, para o artigo 21-C.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS; 18 a favor do PSD; 4 do CDS/PP; 1 do PCP; 1 do PPM; 2 abstenções do BE.

Presidente: E, por fim, o artigo 21-D.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS; 18 a favor do PSD; 4 do CDS/PP; 1 do PCP; 1 do PPM; 2 abstenções do BE.

Presidente: Muito bem. Vamos dar continuidade às votações.

Entramos, agora, na proposta de alteração apresentada pelo PS à alínea A), do n.º 2, do artigo 23.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

(É a alteração do Partido Socialista à alínea A), do n.º 2, do artigo 23.)

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 29 votos a favor do PS; 18 do PSD; 2 do BE; 1 do PCP; 4 votos contra do CDS/PP; 1 do PPM.

Presidente: Vamos, então, agora, votar o artigo 23.º da proposta, com esta alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS; 18 do PSD; 4 do CDS/PP; 1 do PCP; 2 abstenções do BE; 1 do PPM.

Presidente: Passamos, agora, à votação do artigo 24.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 25.°.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 26.°.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: E, por fim, artigo 27.°.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos, agora, ao artigo 28.º e às suas propostas de alteração. A primeira é apresentada pelo CDS à alínea B), do n.º 1, do artigo 28.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Sra. Deputada Zuraida Soares, pede a palavra para uma interpelação?

(*) **Deputada Zuraida Soares** (BE): Para pedir-lhe para identificar novamente a alínea que estamos a votar.

Presidente: Esta é a alínea B), do n.º 1, do artigo 28.º, apresentada pelo CDS, B), nomeadamente, refere um representante da Associação Portuguesa de Radiodifusão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS; 4 a favor do CDS/PP; 2 do BE; 1 do PCP; 1 do PPM; 18 abstenções do PSD.

Presidente: Está, agora, à votação a proposta de alteração também apresentada pelo CDS à alínea C), do n.º 1, do artigo 28.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS; 4 a favor do CDS/PP; 2 do BE; 1 do PCP; 1 do PPM; 18 abstenções do PSD.

Presidente: A proposta de alteração que o CDS apresentava à alínea D) deste mesmo n.º 1 fica prejudicada, porque dependia da aprovação das duas anteriores.

Sendo assim, coloco, agora, à votação a proposta de alteração apresentada pelo PS à alínea D), do n.º 1, do artigo 28.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

(A do PS, porque a do CDS a esta mesma alínea D) era a renumeração das alíneas anteriores e como elas foram ambas chumbadas, parece-me que não faz muito sentido colocar à votação.)

Sr. Deputado João Bruto da Costa (eu peço o favor que se sentem), para uma interpelação, tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa** (*PSD*): Apenas uma interpelação porque eu estava na dúvida se iríamos votar a proposta de alteração do CDS relativamente às alíneas deste artigo e uma vez que esta proposta do PS entrou posteriormente, se a votaríamos posteriormente. Como estamos a votar alínea a alínea, já percebi que vamos seguir a ordem das alíneas e não propriamente a ordem de entrada das propostas.

Presidente: Apesar de tudo, considerei a ordem de entrada. A questão é que a proposta de alteração do CDS à alínea era considerar a anterior alínea B) da proposta, porque dependia da aprovação das duas propostas de alteração anteriores e, nesse sentido, tendo sido prejudicadas, mantém-se a redação inicial à alínea B), portanto, da proposta inicial. E foi nesse sentido que passei de imediato à votação da proposta de alteração do PS.

Sendo assim, está à votação, então, a proposta de alteração do PS a esta alínea D).

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 29 votos a favor do PS; 18 do PSD; 4 votos contra do CDS/PP; 1 do PPM; 2 abstenções do BE; 1 do PCP.

Presidente: Está, então, agora, à votação a proposta de aditamento apresentada pelo PSD, uma alínea E), a este n.º 1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento apresentada foi rejeitada com 29 votos contra do PS; 18 a favor do PSD; 2 do BE; 1 do PCP; 1 do PPM; 4 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Salvo melhor opinião, parece-me que a proposta de alteração apresentada pelo CDS a esta alínea E) também está prejudicada, considerando que as suas propostas de alteração a este conjunto de alíneas não foram aprovadas, uma vez que esta proposta de alteração limitava-se a renumerar as alíneas.

Sendo assim, passamos para uma nova proposta de aditamento, apresentada pelo PSD, uma alínea F), a este n.º 1, do artigo 28.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS; 18 a favor do PSD; 4 do CDS/PP; 2 do BE; 1 do PCP; 1 do PPM.

Presidente: E agora coloco à votação a proposta de aditamento apresentada pelo CDS também de uma alínea F) a este n.º 1, do artigo 28.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS; 18 a favor do PSD; 4 do CDS/PP; 2 do BE; 1 do PCP; 1 do PPM.

Presidente: Passamos, então, a votar, agora, o artigo 28.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Presidente: Eu peço desculpa, mas vamos ter que repetir a votação. Também a Mesa tem direito de se enganar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

(É o artigo 28.º da proposta.)

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS; 4 votos contra do CDS/PP; 1 do PCP; 1 do PPM; 18 abstenções do PSD; 2 do BE.

Presidente: Passamos, agora, à proposta de alteração apresentada pelo CDS ao artigo 29.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Horta, quarta-feira, 6 de setembro de 2017

A Sra. e o Sr. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS; 18 a favor do PSD; 4 do CDS/PP; 1 do PCP; 1 do PPM; 2 abstenções do BE.

Presidente: Votamos, então, agora, o artigo 29.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS; 18 do PSD; 4 votos contra do CDS/PP; 2 do BE; 1 do PCP; 1 do PPM.

Presidente: Coloco, então, agora, à votação a proposta de alteração apresentada pelo CDS ao artigo 30.°.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votemos, então, agora, este mesmo artigo com esta alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Votamos, agora, o artigo 31.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passo, agora, à votação da proposta de alteração apresentada pelo CDS ao artigo 32.º.

Deputado Francisco Coelho (PS): Separar por números, Sra. Presidente.

Presidente: Sim, senhor.

Portanto, vamos colocar à votação, em primeiro lugar, a proposta de alteração apresentada ao n.º 1 deste artigo.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS; 18 a favor do PSD; 4 do CDS/PP; 2 do BE; 1 do PCP; 1 do PPM.

Presidente: E, agora, a proposta de alteração apresentada ao n.º 2 deste artigo.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos, então, agora, votar o artigo 32 com esta alteração.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS; 18 do PSD; 2 do BE; 1 do PCP; 1 do PPM; 4 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Está, agora, à votação o artigo 33.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passo, agora, à votação do artigo 34.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos, agora, à proposta de alteração apresentada pelo CDS ao artigo 35.°.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS; 18 a favor do PSD; 4 do CDS/PP; 1 do PCP; 1 do PPM; 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos, então, agora, votar o artigo 35.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Julgo que poderei colocar à votação conjunta os últimos três artigos...

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Para repetir a votação do artigo 35.°.

Presidente: O 35.º da proposta. Está, então, à votação o artigo 35.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS; 18 do PSD; 2 do BE; 4 abstenções do CDS/PP; 1 do PCP; 1 do PPM.

Presidente: Julgo que posso colocar à votação conjunta os últimos três artigos da proposta.

Não havendo oposição, estão à votação os artigos 36, 37 e 38 da proposta.

Sr. Deputado, ainda estamos a votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: Votação final global. A proposta de DLR apresentada foi aprovada com 29 votos a favor do PS; 18 abstenções do PSD; 4 do CDS/PP; 2 do BE; 1 do PCP; 1 do PPM.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, pede a palavra para?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Declaração de voto.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O Partido Socialista voltou a votar sozinho a aprovação do PROMEDIA...

Deputado Francisco Coelho (PS): Mas vai justificar o sentido de voto do Partido Socialista? Eu depois explico o do PPM!

O Orador: Isto é só a introdução, Sr. Deputado!

... e isto significa que, pelo menos no que diz respeito ao sentido de voto da Representação Parlamentar, nós queremos garantir que exista um PROMEDIA, mas não estamos inteiramente de acordo com o seu conteúdo, pela falta de ambição, da documentação,...

Deputado André Bradford (PS): Nunca apresentou nada!

O Orador: ... mas, apesar de tudo, e é importante referenciar isso, eu votei, inicialmente, a proposta inicial, a proposta do Governo, votei contra.

As alterações que significam um recuo muito significativo do Governo em matérias que foram muito contestadas aqui, no Parlamento, e também por

muitos órgãos de comunicação social, significaram uma melhoria do documento, não que ele tivesse ficado bom, mas ficou menos mal.

E, nesse sentido, na votação final global, o PPM optou por abster-se. Eu quero aqui referenciar algo que considero da maior importância. Nós vivemos numa região governada por um mesmo partido há 21 anos, que domina a administração regional, que tem um domínio sobre a sociedade e uma influência sobre a sociedade muito acentuado.

Os órgãos de comunicação social são fundamentais para o pluralismo, para a democracia.

Deputado Francisco Coelho (PS): Remeta isso para há quatro anos, para o Diário das Sessões!

O Orador: É a partir dos órgãos de comunicação social que chega um conjunto de informação muito importante para que as pessoas possam optar...

Deputado André Bradford (PS): Isso não é uma declaração de voto!

O Orador: ... por diferentes...

É uma declaração de voto! Não quer violar a minha...

Presidente: Srs. Deputados, por favor, não entrem em diálogo.

Deputado André Bradford (PS): Com certeza!

O Orador: Com certeza!

E o que lhe estava a dizer é que é muito importante uma comunicação social forte e independente para o funcionamento do nosso sistema democrático.

E, nesse sentido, eu quero aqui referenciar o seguinte.

Nós estamos aqui a falar de um PROMEDIA que significa meio milhão de euros, há vários anos, está estagnado neste valor, mas, entretanto, o Governo aumentou as despesas no Gabinete de Apoio à Comunicação Social, por exemplo,...

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, não vamos repetir o debate, como compreende. Portanto, deve cingir-se à declaração de voto.

II Sessão Legislativa

O Orador: Sra. Presidente, mas isto explica o sentido de voto: porque eu não compreendo esta incongruência...

Deputado André Bradford (PS): Então tivesse votado contra!

O Orador: ... entre manter limitado o apoio aos órgãos de comunicação social privados e, ao mesmo tempo, aumentar, todos os anos, todas as verbas que vão para o Gabinete de Apoio à Comunicação Social.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Isso não é verdade!

O Orador: Esta incongruência é que explica o meu posicionamento.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, peço-lhe que acate a minha recomendação, por favor.

O Orador: Portanto, Sra. Presidente, eu vou terminar, mas veja a relevância e veja como este é um argumento que é decisivo, pelo menos para nós, e gostaríamos de o poder exprimir em liberdade.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: A questão fundamental é que, depois, nos apoios aos gabinetes da comunicação social do Governo, estamos a falar de mais meio milhão de euros. Ou seja, no total, o bolo que o Governo disponibiliza para si próprio é de um milhão de euros. Em relação às verbas que disponibiliza para o apoio à comunicação social, cada vez mais enfraquecida e até a desaparecer, por exemplo, nas ilhas mais periféricas, aqui estamos a falar de um valor muito baixo e de um valor que o Governo não tem incrementado.

Deputado André Bradford (PS): Então votasse contra!

O Orador: Por isso, nesse sentido, dada a falta de ambição desta legislação, evidentemente que o PPM não pode votar favoravelmente esta iniciativa.

Muito obrigado.

Deputado André Bradford (PS): Por que é que não votou contra?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional... Para uma interpelação à Mesa, tem a palavra.

(*) Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma interpelação à Mesa, Sra. Presidente, para informar V. Ex.ª, informar também a câmara que farei chegar à Mesa uma resposta que o Governo deu a um requerimento apresentado pelo Partido Popular Monárquico em que fica claro que não é verdade que o valor afeto ao Gabinete de Apoio à Comunicação Social...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O que é isto?

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): As declarações de voto agora dão para tudo!

O Orador: ... tem aumentado nos últimos três anos. Nos últimos três anos,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O que é isto?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... o Gabinete de Apoio à Comunicação Social viu o seu valor reduzido.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não, não!

O Orador: Muito obrigado.

Presidente: Sr. Secretário Regional, a Mesa ficará a aguardar o seu documento para, depois, poder distribuir a todos.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, pede a palavra para?

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (PPM): Uma interpelação no mesmo sentido.

Vou fazer chegar também à Mesa a resposta que o Governo Regional me deu em relação à evolução das despesas do Gabinete de Apoio à Comunicação Social, acrescido de mais uma documentação que nós produzimos que prova que, em relação aos jornalistas que trabalham para os diversos departamentos

II Sessão Legislativa

do Governo, estamos a falar de mais meio milhão de euros e, portanto, no total, um milhão de euros.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Isso não é verdade!

Presidente: A Mesa ficará também a aguardar a documentação referida, para, depois, a distribuir.

Sr. Secretário Regional, para uma interpelação, mas não nos vamos alargar no debate com as interpelações.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Uma interpelação para perguntar a V. Ex.ª se, neste momento do debate, é possível que um grupo parlamentar ou representação parlamentar ou Governo utilize a figura regimental do protesto.

Presidente: Sr. Secretário Regional, o Regimento não permite protestos a declarações de voto.

Sr. Deputado Paulo Parece, julgo que se inscreveu para uma declaração de voto. Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Parece** (*PSD*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Aquando do debate na generalidade da proposta de DLR referente ao PROMEDIA 2020, o PSD anunciou que, numa atitude responsável, abster-se-ia na votação e que apresentaria propostas de alteração. Assim fizemos em resultado da auscultação possível a profissionais de informação e representantes das diversas áreas da comunicação. Apresentamos propostas credíveis e que, indo de encontro às reais necessidades e expetativas, enriqueceriam este diploma, preenchendo lacunas que o Governo não contemplou. Lamentamos que a maioria socialista as tenha rejeitado.

Número: 31

Apresentamos soluções em coerência com as nossas posições assumidas no

passado, como, por exemplo, a comparticipação no consumo de papel e chapas

de impressão para a edição de jornais, que representa o custo mais significativo

da imprensa escrita e que esta maioria teima em não reconhecer.

Uma referência também ao sentido de votação do Partido Social Democrata

referente à composição da comissão de análise e acompanhamento. Apesar da

rejeição da nossa proposta relativa à composição, votamos favoravelmente a

proposta apresentada pelo Partido Socialista pela introdução de uma melhoria

significativa quanto à eleição por maioria de dois terços do representante desta

Assembleia.

Quando falamos em sentido de responsabilidade é a isto que nos referimos,

meus senhores.

Finalmente, apesar da atitude arrogante do Governo e da maioria que o suporta,

o PSD, responsavelmente, viabilizou a aprovação deste diploma por considerar

da maior importância para a comunicação social privada dos Açores, que já

esperou e desesperou pela sua aprovação.

Disse.

Vozes de alguns Deputados do PSD: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima** (CDS/PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados,

Sr. Presidente e Membros do Governo:

Uma comunicação social livre, uma comunicação social com meios de exercer

o direito de informar e ser informado é uma comunicação social essencial à

democracia.

Secretário Regional Presidência Adjunto da **Assuntos** para OS

Parlamentares (Berto Messias): Muito bem!

O Orador: E foi à negação disso que assistimos hoje.

136

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito mal!

O Orador: A comunicação social nos Açores começa a não ter meios para exercer, nomeadamente os jornais, em liberdade e garantirem aos açorianos serem informados, com informação livre e não condicionada.

Nós propusemos, aqui, apoio à aquisição de papel, de chapas e de tinta. É um apoio tão justo como a qualquer outra atividade que o Governo dá a dezenas e dezenas de atividades nos Açores. É interessante notar a negação do Governo em apoiar a comunicação social escrita nos Açores...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Isso não é verdade!

O Orador: ... nos seus materiais de produção.

Por outro lado, nós propusemos que a pluralidade...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Sra. Presidente, eu vou ter que fazer um protesto!

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, pode continuar.

O Orador: Vou voltar ao princípio.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Uma comunicação social livre e independente é fundamental para exercer o direito, a democracia, nos Açores. Não há democracia sem comunicação social livre e independente do poder político e por isso era necessário estender os apoios para que pudessem exercer, cabalmente, o direito de informar e dos açorianos serem informados.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Mantivemos, também, e propusemos aqui aumentar a pluralidade e a fiscalização, propondo que na comissão de fiscalização cada um, neste

Parlamento, dignificando esta casa, estivesse um membro de cada representação e grupo parlamentar. O Partido Socialista votou contra e, portanto, isto é votar contra a pluralidade, contra uma fiscalização desta casa aos apoios concedidos pelo Governo, deixando tudo nas mãos do Secretário Regional e negando que esta casa possa ter uma palavra a dizer nessa matéria.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Isso não é verdade, Sr. Deputado!

O Orador: Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco Coelho, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Coelho** (*PS*): Eu, como não comecei, tenho a vantagem de não ter que repetir tudo do princípio. Vou aguardar.

Sra. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Porque estamos a falar de comunicação social e na sequência de algumas declarações de voto que já ouvi, lembrei-me, na sequência de uma tempestade que isolou Inglaterra do resto da Europa, que o *Times*, demonstrando bem o espírito inglês, titulou a toda a largura da sua primeira página: "O continente está isolado". E lembrei-me disso depois de ouvir o Sr. Deputado Paulo Estêvão começar a sua declaração de voto dizendo que a maioria estava isolada.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Isto é a justificação da votação positiva do PS!

O Orador: Eu tenho outra perspetiva e começo por dizer isto: é com orgulho que a maioria que apoia este Governo vê que este projeto, continuando e sendo fiel e coerente com a sua filosofia, não teve, nesta casa, nenhum voto contra. É uma perspetiva que eu gostava de realçar.

De resto, desde o início, salientámos a história, a filosofia e a coerência do Governo e desta maioria a respeito destes apoios, explicámos, também, por quê, tivemos atenção às propostas e às auscultações que fizemos no sentido de

corrigir aquilo que achávamos que devia ser corrigido. Mantivemos, no entanto, a respeito de pedras basilares da filosofia deste diploma, aquilo que já é, há uns anos, o nosso pensamento, que a prática, aliás, tem vindo a confirmar, quer pela importância que estes apoios acabam por ter para a existência e a independência da comunicação social privada, quer, inclusive, pelo facto de, sendo certo que alguns também têm desaparecido, outros têm surgido e a verdade é que o número de órgãos de comunicação social no seu conjunto é cada vez maior.

Pensamos também que é útil haver um representante deste Parlamento no seu conselho de fiscalização e acompanhamento; pensamos que foi útil a demonstração de democracia e de consenso que quisemos dar ao propor a alteração para a eleição desse representante por dois terços. Sabemos, também, que este Parlamento, a respeito dos atos do Governo e da administração, naturalmente, também destes atos do Governo e da administração, nesta matéria, mantêm todos os seus largos poderes, inclusive de natureza potestativa, sendo certo que também agora passará a contar com um relatório anual sobre a atividade e a execução prática das verbas orçamentais no concernente ao cumprimento desta legislação.

Face a tudo isto, naturalmente, foi com prazer e com coerência que aprovámos esta proposta do Governo, que ouvimos quem devíamos ter ouvido, que introduzimos algumas propostas de alteração e temos a certeza que o Governo continuará a cumprir esta legislação, ajudando em muito e contribuindo em muito para que a liberdade de imprensa e de comunicação social privada, nos Açores, exista e exerça o seu papel imprescindível.

Muito obrigado.

Deputado André Bradford (PS) e Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

XI Legislatura Número: 31

II Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 6 de setembro de 2017

Julgo não haver.

(Pausa)

Para uma interpelação, tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

Deputada Zuraida Soares (BE): Muito obrigada, Sra. Presidente.

Para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental. Regressamos a um quarto para as sete.

Eram 18 horas 14 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

Eram 18 horas 54 minutos.

Entramos agora no ponto 5 da nossa Agenda: Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 11/XI – "Promove a igualdade de género na atribuição de prémios em competições desportivas", apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Os tempos são os habituais e para apresentar o diploma tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes** (*BE*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Secretários:

Apesar da evolução positiva, francamente positiva, ao longo das últimas décadas, a nível mundial e também a nível nacional e, claro, como é óbvio, a nível regional, quanto à redução de evidências, de práticas que traduzam mentalidades e atitudes machistas e misóginas, apesar da evolução positiva na redução dessas práticas, na realidade e na verdade, infelizmente, persistem

ainda práticas machistas e misóginas no mundo do desporto, apesar da evolução positiva.

Aliás, não é o Bloco de Esquerda que retira essas conclusões, é o próprio Comité Olímpico Português que reconhece, de facto, a menor participação de mulheres na atividade desportiva e essa menos participação das mulheres tem também na sua origem, não só, mas também, e, se calhar, sobretudo, a persistência de práticas que traduzem comportamentos de machismo e mentalidades e atitudes que revelam também machismo e misoginia.

Pelo que o Comité Olímpico Português desafia as entidades públicas a tomar medidas que contribuam para fomentar a participação das mulheres. E nós, Bloco de Esquerda, entendemos que medidas que possam fomentar essa participação das mulheres passam pela eliminação de práticas discriminatórias em função do género.

A discriminação por género, quer pela região, ou pelo estado, quer por privados, sejam eles clubes ou federações, é claramente contrária àquele que devia ser um espírito dominante e consagrado da igualdade de género, aliás, traduzido na nossa Constituição da República Portuguesa.

No entanto, são várias as evidências da persistência de situações ilustrativas da desigualdade de género.

A nossa proposta, a proposta que trazemos aqui, e esta casa, e que será debatida nos próximos tempos, é uma proposta que pode ser acusada de ser redutora e creio, até mesmo, que é uma proposta redutora, porque vai a um aspeto que pode ser entendido como meramente simbólico, mas que pela discussão que se gerou em comissão, se calhar, não é assim tão pouco incómoda, antes pelo contrário. Porque eu esperava uma atitude diferente por parte quer do Partido Socialista, até mesmo do PSD, que, na comissão, revelaram algumas reservas quanto ao teor da nossa proposta, que, na minha perspetiva, até dá um passo que, apesar de simbólico, poderá trazer vantagens para a redução das práticas de

XI Legislatura

machismo e misoginia no mundo desportivo também na região. E não vale a pena aqui pensar que no desporto a região é um oásis no que diz respeito a práticas de machismo e misoginia, porque elas, infelizmente, persistem. Muitas delas estão latentes e não são tão evidentes nem são tão...

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Voltamos a essa realidade já a seguir! **Deputada Zuraida Soares** (*BE*): Nós estamos nesta realidade! Pois é! Dói muito!

O Orador: Como eu estava a dizer, essas práticas são, na sua maioria, latentes, mas não deixam de existir.

Pois, digo que poderá ser entendida como uma iniciativa redutora, porque o que pretendemos é tão somente (tão somente!) garantir que a região, quer diretamente, quer através das suas entidades dependentes, inclusive, as entidades públicas empresarias, ao financiarem competições desportivas, garantam a igualdade de género no que diz respeito à atribuição de prémios. O que é que isso quer dizer? Que, na mesma modalidade, quer a competição masculina, quer a competição feminina, prevejam os mesmos prémios, quer sejam prémios pecuniários, quer sejam prémios não pecuniários.

Portanto, a nossa proposta, como eu disse, poderá ser acusada, sim, de ser redutora, até porque esta proposta acabou por suscitar um outro debate paralelo, mas que também é muito importante, porque com esta proposta nós estamos a abrir caminho para outros problemas, esses, sim, muito mais relevantes no que diz respeito à garantia de igualdade de género no mundo do desporto na região. Ora, só quero chamar a atenção dos Srs. e das Sras. Deputadas para uma pequena alteração que nós pretenderíamos, caso esta proposta venha a ser aprovada, nesta casa, uma pequena proposta de alteração ao preâmbulo, mais concretamente no parágrafo que enuncia, "Felizmente, longe já vão os tempos em que Pierre de Coubertin excluiu as mulheres da participação nos Jogos

Olímpicos, posição que, hoje, seria, de forma generalizada, considerada

inadmissível".

De facto, esta é uma afirmação que é imprecisa, porque Pierre Coubertin não

excluiu, de facto, as mulheres das olimpíadas, mas não deixava de ter uma

postura machista, de tal forma que se fosse por Pierre de Coubertin as

olimpíadas, ainda, hoje em dia, teriam dois momentos distintos: um primeiro

momento, o momento oficial e comercial, seria reservado exclusivamente à

prática desportiva masculina e só depois seriam feitos uns jogos olímpicos

especiais para as mulheres. Porque Pierre de Coubertin tinha afirmações, tais

como: "Uma olimpíada com mulheres seria impraticável, desinteressante,

inestética e imprópria".

Em 1934, Pierre de Coubertin também afirmava que, "continuo a pensar que o

contacto com as práticas atléticas femininas é mau para os atletas masculinos e

que estas atividades deveriam ser excluídas do programa olímpico".

Mais! Em 1936, Pierre de Coubertin também afirmou que o único herói

olímpico real é o homem individual, por isso nada de mulheres ou desportos de

equipa.

Bem, fazendo este reparo, penso que esta é a altura certa para os diferentes

partidos, nesta casa, se posicionarem. Ou querem estar no mundo em que o

desporto não é um mundo em que subsistem e persistem práticas machistas e

misóginas, ou se querem estar num mundo que, na melhor das hipóteses, tapa

os olhos e os ouvidos para não ouvir nada do que se passa no mundo do

desporto e fazer de conta que o machismo, apesar de latente, não existe.

Com isto termino a apresentação da nossa iniciativa.

Obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

143

XI Legislatura Número: 31

II Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 6 de setembro de 2017

(Pausa)

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Recordo que no processo legislativo comum podem inscrever-se as vezes que quiserem.

Deputado Francisco Coelho (PS): Independentemente do género!

Presidente: Sr. Deputado João Paulo Corvelo, tem a palavra.

Deputada Zuraida Soares (BE): Mas houve tempos que não era assim, Sr.

Deputado! Sabe?

Deputado João Corvelo (PCP): Senhora Presidente, Senhores Deputados,

Senhor Presidente do Governo, Senhores Membros do Governo,

Julgamos lamentável que para ser respeitada a igualdade de género seja necessário consigná-lo em letra de lei. Mas infelizmente vivemos numa sociedade que ancestralmente se acostumou a considerar o machismo uma norma normal.

Valerá a pena lembrar que no nosso país o voto feminino foi consignado pela primeira vez após a Revolução dos Cravos e foi pela primeira vez exercido normalmente para as eleições para a Assembleia Constituinte em 1975.

Durante 48 anos de fascismo. existiam profissões a que as mulheres não tinham acesso. Nesse período, uma professora do ensino primário necessitava de autorizações dos seus superiores hierárquicos para se casar e existiam diversas modalidades desportivas que não eram praticadas por mulheres.

Deputada Zuraida Soares (BE): Era o tempo do Sr. Deputado Paulo Estêvão! **O Orador:** Também no ensino se implementavam políticas similares ao que atrás referimos; eram as escolas do ensino primário onde se lecionava o sexo

feminino, separada, às vezes, por muros das escolas que lecionavam o sexo masculino. Também ao nível liceal existiam os Liceus Femininos e os Masculinos. Tão caricato como isso era a existência dos alunos do sexo masculino terem aulas de Educação Física e, simultaneamente, as alunas terem aulas de Lavores.

Perante este passado retrógrado é sintomático termos uma sociedade sexista e machista. Assim, julgamos ter razão de ser consignar por Decreto a igualdade de género na atribuição de prémios em competições desportivas e por isso vamos votar favoravelmente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Continuam abertas as inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado Dionísio Faria e Maia, tem a palavra.

(*) **Deputado Dionísio Maia** (*PS*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Eu até poderia aceitar que houvesse aqui uma recomendação que fosse um alerta a maior participação, a maior inclusão, a maior incentivo a todo o desporto...

Deputada Zuraida Soares (BE): Que romântico!

O Orador: ... onde a mulher, por direito próprio, na nossa sociedade,...

Deputada Zuraida Soares (BE): Poeta!... O romantismo é uma coisa linda!

O Orador: Não, lirismo e "antiguismo" é que é uma coisa que eu, sinceramente, achava que não ia ouvir aqui.

Os tempos que passaram, felizmente, já passaram e, neste momento, nós temos leis. A Lei 5/2007, a lei de base das atividades físicas é muito clara sobre isso e, depois, falarmos aqui em machismo e em misoginia, misoginia é crime e

machismo pode ser alguma identidade cultural que ainda não está erradicada, mas que não faz parte das nossas preocupações porque a luta sobre isso é uma luta educacional, é uma luta contínua. Portanto, isto não faz sentido. Não faz sentido esta história aqui da mulher do século passado nem do princípio deste século. A mulher, hoje em dia, tem uma posição na nossa sociedade, uma posição que lutou por ela, uma posição que é reconhecida, está integrada em todas as práticas e em todas as atividades e isto é que dever ser aqui sublimado. Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Mendes, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes** (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Secretários:

Poderia dizer que fiquei surpreendido com as palavras do Sr. Deputado Dionísio Faria e Maia, mas, se calhar, nem tanto, porque essa era a reação que eu esperava do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, de se refugiar num mundo em que, segundo, até mesmo Pierre de Coubertin, a mulher é uma espécie de complemento ao homem.

Deputado José San-Bento (PS): Temos duas mulheres na Mesa da Assembleia!

(Burburinho geral)

O Orador: Porque Pierre de Coubertin não dispensava a atividade física da mulher; Pierre de Coubertin, aliás, utilizava a mesma lógica que o Sr. Deputado Dionísio Faria e Maia, aqui, transmitiu, que é a mulher, sim, pode praticar desporto, reconhecia a utilidade da inclusão da mulher no desporto, mas logo que complementar ao homem. Teria que estar sempre complementar ao homem.

Portanto, assistimos aqui a uma demonstração de temos que tratar diferente, porque homens e mulheres são diferentes e já não vivemos...

(Burburinho geral)

O Orador: O mundo não funciona dessa forma.

Pensar que, hoje em dia, na região, é tudo um mar de rosas no que diz respeito ao cumprimento de políticas de igualdade de género...

Deputado Francisco Coelho (PS): De rosas e de cravos, Sr. Deputado!

O Orador: ... é tapar o sol com a peneira, é fazer de conta que não se passa nada na região e que está tudo muito bem.

Eu vou passar a transmitir aquele que é um exemplo de discriminação...

Deputada Zuraida Soares (BE): Um exemplo, romântico!

O Orador: ... no que diz respeito em função de género, e não é um exemplo lírico, é um exemplo muito concreto e que seria evitado se a nossa proposta for aprovada aqui, nesta casa.

Passo aqui a relatar a experiência de uma atleta, que não é do Maláui, não é da Tanzânia, não é do outro lado do mundo, é aqui nos Açores: "Já participei em competições de atletismo em que o vencedor da prova masculina recebeu 250 euros, os segundos e terceiros lugares também receberam prémios monetários e eu não recebi nada por vencer a prova feminina, no mesmo escalão e com as mesmas distâncias".

Deputada Zuraida Soares (BE): Tão romântico!

O Orador: Portanto, temos aqui um exemplo concreto de como essa igualdade de género não é, em muitos casos, uma realidade e está aqui a fazer de conta que nós vivemos numa região perfeita, uma região em que tudo corre conforme o ideal e conforme aquilo que muitas vezes o Partido Socialista vem para aqui transmitir e querer convencer todos os açorianos e açorianas que vivem numa

Número: 31

região que é isenta de todos os males, a começar pela desigualdade de género, a pensar que aqui, nesta nossa região, não persistem exemplos de desigualdade de género e até mesmo no desporto, sim, eles persistem, estão aqui, são bem evidentes.

E vou também passar a dar um outro exemplo, que seria um exemplo que não seria evitado pela nossa proposta, que, tal como eu disse e assumi no início na apresentação da nossa proposta, a nossa proposta até pode ser considerada redutora. Refiro-me a um caso, por exemplo, na ilha Terceira, uma equipa de futsal que só existe graças à sua equipa de futsal feminina, essa equipa conseguiu vencer diversas competições,...

Deputado André Bradford (PS): Posto Santo!

O Orador: Do Posto Santo, exato! Vamos chamar as coisas pelos nomes!

... e essa equipa, a partir de determinada altura, começou a ter também uma equipa masculina. Problema nenhum com isso, não temos problema nenhum com isso, o problema está é a partir da altura em que o financiamento que é atribuído pela região é gerido por esse clube, já agora, cujo presidente é bem conhecido também do Partido Socialista, e é gerido de uma forma em que esta época, já nesta época,...

Presidente: Sr. Deputado Paulo Mendes!

O Orador: ... já não vai existir equipa feminina, mas somente equipa masculina. Por quê? Porque o dinheiro foi todo canalizado para a equipa masculina, nem que para isso tivessem que eliminar a equipa feminina.

Por isso é que eu assumo, aqui, que a nossa proposta é redutora e se o Partido Socialista não tem a coragem de aprovar esta nossa proposta, que nós assumimos que é redutora, então, temos um longo percurso para percorrer no que diz respeito à garantia de igualdade de género no mundo do desporto.

Temos aqui mais exemplos.

Um exemplo bastante recente: mundiais de surf masculinos e femininos. Aqui, um exemplo, patrocinado, e este caso seria evitável se a nossa proposta for aprovada e seria evitável por quê? Porque é uma prova, uma competição que é organizada pela Azores Airlines, ou seja, uma empresa pública.

Deputado Francisco César (PS): Não organiza prova nenhuma!

Deputado André Bradford (PS): Patrocina, não organiza!

Deputada Zuraida Soares (BE): Patrocina com que dinheiro? Com o nosso!

O Orador: Patrocina, financia!

Deputada Mónica Rocha (PS): Faz diferença!

O Orador: Não faz diferença para a nossa proposta, porque tem a ver com financiamento.

(Burburinho geral)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Com 150 mil dólares de *prize money* e 6 mil pontos atribuídos ao vencedor masculino, esta é também uma prova de extrema importância pelo forte contingente português que corre atualmente o circuito mundial de surf de qualificação. A prova feminina tem um estatuto de QS1500 e atribui, por isso, 1500 pontos à vencedora, contando com um *prize money* total de 15000 dólares, portanto, uma diferença abismal aqui de *prize money*.

Mais! O famoso *Red Bull Cliff Diving*, que recebeu dois milhões de euros de financiamento público, que foi considerado, inclusive, uma competição de interesse público pela própria região, tem também *prize money* completamente distintos, quer para os atletas masculinos, quer para as atletas femininas. Primeiro lugar, por exemplo, para os masculinos, 6700 euros, enquanto a atleta feminina que ficar em primeiro lugar vai auferir um *prize money* de 5000 euros.

(Apartes inaudíveis da câmara)

O Orador: Temos aqui mais do que evidências, e estas duas situações muito concretas seriam completamente evitáveis se a nossa proposta for aprovada aqui, hoje, nesta casa.

Obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (PPM): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Presidente e Membros do Governo:

Eu acho que esta proposta não fundamentada, de facto, se enquadra no mundo irreal que o Bloco de Esquerda, muitas vezes, desenha, inventando problemas onde eles não existem.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

O Orador: O que lhe vou dizer é o seguinte. Longe de defender igualdade de géneros, essa vossa proposta acaba por atingir problemas reais, esconder problemas reais, porque eu vou dizer-lhe: existe desigualdade de género? Com certeza, mas digo-lhe aonde, por exemplo, num problema que afeta muito as mulheres que é a violência doméstica, por exemplo, nos Açores. Esse é um problema real e esse é um problema que nós deveríamos estar aqui a discutir. Essa é uma questão real e essa é uma questão que existe, de facto. E também existe, por exemplo, a inserção das mulheres no mundo do trabalho, que, como se sabe, também têm, neste momento, dificuldades acrescidas na nossa sociedade. Há muito a fazer nestas matérias. Agora, vir aqui com um tema destes,...

Deputada Zuraida Soares (BE): Faça alguma coisa, Sr. Deputado!

O Orador: ... esquecendo matérias que são, de facto, importantes, que são de importância crucial, vir aqui com um tema destes...

Deputado Paulo Mendes (BE): E viver nos Açores, não é importante?

O Orador: Eu conheço também, também posso dar muitos exemplos de equipas femininas dos Açores que estão a ter muito êxito e que os clubes estão a premiar e que estão a valorizar em relação, por exemplo, em comparação com as equipas masculinas e não sinto que exista aqui qualquer tipo de discriminação, pura e simplesmente, há uma aposta do clube nestas coletividades e nestas equipas femininas. E não sinto que exista aqui nenhum tipo de discriminação.

Portanto, este é um problema que os senhores inventaram, esta questão não existe, existem muitas outras questões e a vossa proposta só vem criar uma enorme sombra para aquilo que é importante, para aquilo que é verdadeiramente importante e os senhores vêm aqui com coisas e com cenários irrealistas e matérias que, de facto, não existem.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Graça Silveira, tem, agora, a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira** (*CDS/PP*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Primeiro, queria fazer aqui uma declaração de interesses e dizer que o CDS sempre defendeu que a valorização deve ser feita ao mérito e não ao género.

Posto isto e na discussão específica do DLR trazido pelo Bloco de Esquerda, eu devo dizer que o regime jurídico...

Deputada Zuraida Soares (BE): Quando não havia mulheres nesta casa o mérito era todo dos homens!

A Oradora: Sra. Deputada,...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

A Oradora: ... cada pessoa tem um mérito nas funções que desempenha. Não considero que o desempenho de um qualquer elemento desta casa tenha mais mérito do que as outras mulheres que fizeram parte da história dos Açores.

Número: 31

II Sessão Legislativa

Deputada Zuraida Soares (BE): Por isso é que houve décadas em que só houve homens!

A Oradora: Mas não vamos entrar na... Eu não considero que uma mulher por ser deputada e estar nesta casa tem mais mérito do que qualquer outra mulher que não é deputada e que na sua vida contribui de igual forma.

Está a dizer que há uns anos não havia mulheres aqui, portanto, que o mérito era todo dos homens!

Presidente: Sras. Deputadas, por favor, não entrem em diálogo! Por favor, não entrem em diálogo!

Sra. Deputada Graça Silveira!

A Oradora: E, portanto, considerando que a valorização deve ser feita ao mérito e não ao género, e em relação ao DLR em particular, o regime jurídico do apoio ao movimento associativo desportivo, na sua versão aprovada pelo DLR de 21/2015, não encontro qualquer discriminação negativa à prática desportiva feminina, antes pelo contrário, na alínea A), do ponto 6, do artigo 20.º, permite uma majoração de 25% no apoio anual à atividade do treino e competição dos escalões de formação se mantiverem contratos programa por apenas duas épocas consecutivas; quando se for do género masculino, obriga-se a que tenha contratos programa por cinco anos consecutivos.

Mais! Na fórmula de cálculo do montante da comparticipação financeira a atribuir a cada associação, constante do regulamento aprovado pela Portaria 147/2015, são expressamente valorizados indicadores relativos ao número de atletas federados femininos e equipas e grupos de trabalho femininos, como consta nas alíneas A) e B) do ponto 7.2, respetivamente.

Deputada Zuraida Soares (BE): Não é, não é!

A Oradora: Outra coisa bem diferente, e não é do que fala o seu DLR,...

Deputada Zuraida Soares (BE): Do meu?!

A Oradora: Do Bloco de Esquerda!

Horta, quarta-feira, 6 de setembro de 2017

... são os contratos programa celebrados com o Governo e as entidades

participantes em eventos desportivos que sejam de manifesto interesse público

para o Governo, como, por exemplo,...

Deputado André Bradford (PS): Região!

A Orador: Para a região!

... que permitam promover, por exemplo, o destino Açores, como têm sido

feitos contratos programa entre a Direção Regional do Turismo e equipas que,

estando na primeira divisão, levam a imagem dos Açores a outras fronteiras. E

aí, sim, há, efetivamente, uma discriminação, em que, por exemplo, o montante

atribuído às equipas da primeira divisão femininas recebem exatamente o

mesmo da segunda divisão de masculinos, ou seja, o Governo entende que deve

dar um apoio às equipas da primeira divisão femininas equivalente a uma

segunda divisão masculina e aí, sim, há uma discriminação.

Deputado André Bradford (PS): Isso era outra coisa!

A Orador: E aí, sim,...

(Aparte inaudível da Deputada Zuraida Soares)

A Oradora: ... há uma discriminação, mas que não é do que versa o DLR que

estamos aqui a discutir.

Se o Governo entende que uma primeira divisão feminina só merece uma

segunda divisão masculina em termos de equivalência e faz o cálculo dos seus

apoios assim, aí, efetivamente, há uma discriminação.

Em relação à questão levantada pelo Deputado Paulo Mendes, leva-nos a uma

outra questão diferente.

Deputado André Bradford (PS): Isso é outro critério!

Deputada Zuraida Soares (BE): O critério é que a segunda divisão vale mais

que a primeira!

153

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Ontem, concordavam que o bovino macho recebesse mais do que o bovino fêmea, e hoje já não...

Presidente: Vamos permitir que a Sra. Deputada Graça Silveira possa dar continuidade à sua intervenção.

A Oradora: Eu sei que estes temas mais fraturantes são sempre mais difíceis, mas, só em modo de finalizar,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Fraturante? Qual fraturante!

Deputado Francisco César (PS): Isto não é fraturante!

Deputado André Bradford (PS): Eles querem que seja!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isto é inventado!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

A Oradora: Em relação ao exemplo que nos foi aqui trazido pelo Deputado Paulo Mendes, levanta-se uma dúvida, que é a seguinte. O apoio é dado à instituição, à associação e não diretamente ao desportista, ao atleta. Portanto, não sei até que ponto é que a instituição ficou com o dinheiro e não passou para os atletas, porque temos casos de desportos coletivos, não sei se a associação fica com o montante ou divide pela equipa toda ou, no caso de desportos individuais, se atribui diretamente ao desportista.

Deputado Ricardo Ramalho (PS): Não!

A Oradora: Portanto, acho que essas questões deviam ser esclarecidas, porque não há, pelo menos, pela leitura do DLR, nenhuma razão para que tenha havido uma diferença nesse apoio, pode essa discriminação estar a ser feita ao nível da distribuição dos apoios por parte da instituição que recebe do Governo, depois, em relação aos desportistas.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi.

(*) **Deputada Mónica Seidi** (*PSD*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma primeira intervenção para perguntar diretamente ao Sr. Deputado Paulo Mendes, no que concerne ao primeiro exemplo que deu dos 250 euros atribuídos, se esse apoio foi dado diretamente pela Direção Regional ao atleta ou se o apoio foi dado ao clube e o clube, depois, é que decidiu como faria a distinção entre a atribuição ao atleta masculino e a atleta feminina? Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Ávila.

(*) Deputado João Paulo Ávila (PS): Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Umas breves notas relativamente àquilo que está em causa nesta discussão.

É verdade que nós vivemos num país em que existe uma lei de bases do desporto que promove e incentiva a igualdade de género na prática desportiva, aliás, até impede qualquer discriminação. Também é verdade que nós vivemos numa região onde há um regime jurídico de apoio ao movimento associativo desportivo, que também estimula a promoção da igualdade.

Mais! É verdade que a igualdade entre homens e mulheres é até um princípio fundamental da Constituição,...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... ou seja, é um princípio soberano, por si só.

Nesse sentido, não é verdade que haja discriminação nos Açores.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Não é verdade! Aliás, o regime jurídico de apoio ao movimento associativo desportivo não faz qualquer menção ao género, uma única vez, em nenhum artigo se faz menção ao género. Aliás, tal como já foi dito aqui, até

existe uma discriminação positiva relativamente ao início de atividade em escalões de formação femininos, exatamente por haver menos pessoas do sexo feminino a praticar desporto nos Açores do que no sexo masculino. Portanto, até aí se promove a prática desportiva feminina nos Açores.

Também não é menos verdade que esse projeto legislativo está confuso e impreciso quanto à definição de prémio, deixando no ar se nós estamos a falar de retribuição relativamente a resultados obtidos ou se nós estamos a falar de apoios concedidos à simples prática e à participação desportiva, e era importante que, tal como não foi esclarecido em comissão, essa definição de prémio fosse aqui esclarecida para nós.

Obrigado.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes** (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Secretários:

Eu vou tentar clarificar aquilo que está claro, é isso que vou fazer.

A Sra. Deputada Graça Silveira colocou um problema que nós achamos que é um problema concreto e real que existe, mas, tal como eu disse numa das minhas intervenções, não é evitável, mesmo que o nosso projeto de DLR fosse aprovado.

Deputada Zuraida Soares (BE): Tem de ser outro! Lá chegaremos!

O Orador: E os casos que serviram de exemplo pela Sra. Deputada Graça Silveira estão, talvez, na mesma linha e são comparáveis ao segundo exemplo, salvo erro, que eu aqui recorri da equipa de futsal, e assumi aqui que era um exemplo que não seria evitável se a nossa proposta fosse aprovada, porque tem a ver com financiamento público atribuído aos clubes, que, por sua vez, gerem o dinheiro da forma como, não digo como entenderem, porque devem obedecer

XI Legislatura

a algumas regras, a alguns regulamentos, é claro, mas a nossa proposta, logo no seu primeiro artigo, define o objeto: "O presente diploma visa promover a igualdade de género na atribuição de prémios...". E o que é que nós entendemos por prémios? Vamos ao artigo 2.º, nas definições, porque apesar de ser um projeto de DLR com um articulado curto, tem cinco artigos, o segundo artigo dedica-se somente a definir termos, conceitos. Ora, o que é que se entende por prémios ou prémio? Prémio: recompensa atribuída pela participação ou classificação de atletas e equipas em competição desportiva.

Agora, em competições desportivas, o que é uma competição desportiva, de acordo com este projeto de DLR? Alínea D), do artigo 2.º. Competição desportiva: toda a atividade desportiva de prática individual ou coletiva (e eu penso que isso responde a uma das questões que foi colocada, salvo erro, pela Sra. Deputada Mónica Seidi, na comissão de apreciação desta iniciativa) levada a cabo de forma organizada e com classificação da prestação dos atletas ou equipas. Ou seja, este diploma, esta proposta, se vier a ser aprovada, evitaria situações como a da atleta que não recebeu qualquer prémio monetário, enquanto os concorrentes e vencedores masculinos receberam, evitaria essa situação, porque trata-se de um prémio atribuído pela organização da competição, não pelo clube, são duas coisas distintas, e aplica-se, sem sombra de qualquer dúvida, por exemplo, ao *Red Bull Cliff Diving*,...

Deputado André Bradford (PS): É um circuito mundial!

O Orador: ... que, aqui confesso e assumo o erro, a região não financiou em dois milhões de euros, mas em bem menos, 400 mil euros, salvo erro, ou 200 mil, mas não deixa de ser interessante que esta mesma competição foi considerada pela região, pelo Governo Regional como uma competição de interesse público e com financiamento público e se esta nossa proposta tivesse sido aprovada anteriormente e já estivesse em vigor, esta organização, esta competição, pelo menos, não ocorreria nestes moldes. O mesmo se passa nos

mundiais de surf masculino e feminino. Portanto, aqui, o ónus recai sobre o organizador da competição. Portanto, está mais do que claro.

Quanto ao regime jurídico de apoio ao desporto, aqui foi enunciado e, aliás, em comissão, o Sr. Secretário Regional da Educação teve oportunidade, também, de, pela primeira vez, elucidar todos os Srs. e Sras. Deputadas de que este regime já instituía, inclusive, medidas de discriminação positiva para incentivar a participação feminina, a participação das mulheres, das raparigas, e nós consideramos que isso está corretíssimo, só que, como eu disse, a nossa proposta, até, comparativamente ao regime jurídico, pode ser considerada redutora, porque nós não estamos aqui a recomendar a instituição de uma medida de discriminação positiva; nós só queremos que haja uma plena igualdade no que diz respeito à atribuição de prémios, ao valor dos prémios, quer seja um valor pecuniário ou não. Tão simples quanto isso.

Portanto, a nossa proposta, se peca, é por ser redutora; se tem algum problema, é de, talvez, ser demasiado detalhada na definição de conceitos. E vêm para aqui os Srs. e Sras. Deputadas tentar lançar a confusão, dizendo e acusando o proponente de não ser claro, de não definir conceitos, quando, só no artigo 2.º da proposta, nós temos uma, duas, três, quarto, cinco, seis, sete, oito alíneas, com oito conceitos completamente distintos e completamente definitos.

Portanto, só não aprova esta proposta quem quiser continuar, das duas uma, ou a fazer de conta que este não é um problema real e concreto, ou quem, assumidamente, quer perpetuar atitudes machistas. Tão simples quanto isso.

Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Maurício.

(*) **Deputado Luís Maurício** (*PSD*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr.

Presidente, Srs. Membros do Governo:

Para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental.

Considerando o nosso horário, vamos interromper, agora, os trabalhos.

Regressamos amanhã, às 10 horas, com o PTAP.

Eram 19 horas e 31 minutos.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

André Cláudio Gambão Rodrigues

João Paulo Ávila

Partido Popular (CDS/PP)

Maria da Graça Amaral da Silveira

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Pedro Miguel Medeiros de Moura

A redatora: Sónia Nunes